

NILCÉIA DE JESUS ALVES DA SILVA

A PRODUÇÃO HORTIGRANJEIRA NO MUNICÍPIO DE MARINGÁ

Dissertação apresentada a Universidade Estadual de Maringá, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientador: Elpídio Serra.

MARINGÁ

2006

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela graça recebida ao concluir mais esta etapa em minha vida.

Esta dissertação é resultado de muito trabalho, cujo mérito não está somente em um esforço pessoa. Entretanto, pode-se dizer que ele é partilhado com todas as pessoas que convivi, pelas contribuições, pelas idéias, ou somente pela paciência em ouvir, assim, a todos de meu convívio muito obrigado.

Agradeço a Dalton Áureo Moro(*in memoriam*), pela caminhada percorrida ao meu lado deste os trabalhos de iniciação científica desenvolvidos na graduação, até a elaboração do projeto de dissertação, se hoje não tenhamos a honra de tem-lo conosco é porque Deus necessitava de um bom observador no céu.

O meu muito obrigado vai também para Elpídio Serra, pela orientação, pela paciência no momento de desespero, e pelas cobranças no tempo de sossego, sem você certamente, este trabalho não teria esta face.

A minha família pela força nos períodos de dificuldades.

Aos professores do mestrado da UEM de Maringá e colegas de turma responsáveis pelas discussões de conceitos e temas, por discordarem e/ou retificarem os pressupostos do meu objeto de pesquisa, a opinião de vocês trouxe-me a reflexão.

A CAPES que cedeu uma bolsa de estudos, alguns meses, para realização deste trabalho.

Ao senhor Raul Pimenta que efetivou a correção desta investigação, contribuindo assim, para eliminação de “meus assassinatos a língua portuguesa”.

Á Claudia uma amiga querida que faz as traduções para o inglês, pela agilidade e rapidez.

Aos representantes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, que com muita gentileza cederam dados sobre a região.

Aos representantes da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Paraná - EMATER, pelas informações sobre a produção hortigranjeira na região de Maringá, em especial, agradeço ao senhor Jorge Ogassawara que independente da hora auxiliou bastante no desenvolvimento do trabalho.

Aos representantes da Central de Abastecimento do Paraná S/A - CEASA, pelos dados secundários, e pelas entrevistas, além do bom e velho “cafezinho”.

Aos representantes da Feira do Produtor, bem como, a todos os agricultores que me atenderam com muita cortesia e simpatia.

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO.	11
2.	A PEQUENA PROPRIEDADE NO CONTEXTO DO PLANEJAMENTO REGIONAL E SUA FUNÇÃO ECONÔMICA.	17
2.1.	AS ESTRATÉGIAS DA COLONIZAÇÃO E A FUNÇÃO ECONÔMICA DA PEQUENA PROPRIEDADE.	17
2.2.	AS LAVOURAS DE CAFÉ E AS LAVOURAS DE SUBSISTÊNCIA.	23
2.3.	O ANEL VERDE, SUA LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA E O ABASTECIMENTO URBANO.	31
2.3.1.	O planejamento regional: aproximações ideológicas.	41
2.3.1.1.	O planejamento regional: aproximações ideológicas do projeto de colonização da Companhia de Terras Norte do Paraná.	41
2.3.1.2.	Cinturão Verde: aproximações ideológicas.	46
3.	A CRISE DO CAFÉ E A CRISE DA PEQUENA PROPRIEDADE NO NORTE DO PARANÁ.	52
3.1.	O PROCESSO DE DESARTICULAÇÃO DA ECONOMIA CAFEIEIRA E SUAS PRINCIPAIS CAUSAS.	52
3.2.	A EXPANSÃO URBANA E A INCORPORAÇÃO DE ÁREAS DO ANEL VERDE.	62
3.2.1.	Considerações sobre o espaço urbano de Maringá: implantação de seu núcleo urbano.	63
3.2.2.	Expansão urbana de Maringá correlacionada com a desterritorialização do anel verde.	71
3.2.2.1	Incorporadores imobiliários: as ações no espaço urbano de Maringá.	76
3.3.	O NOVO MODELO AGRÍCOLA, A CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA E A CRISE DA PEQUENA PROPRIEDADE EM MARINGÁ.	82

4.	A RETERRITORIZAÇÃO DA PRODUÇÃO HORTIGRANJEIRA E SUAS NOVAS CARACTETÍSTICAS.	94
4.1.	AS NOVAS FORMAS DE ABASTECIMENTO URBANO E A (RE)INSERÇÃO NO MERCADO.	94
4.2.	A CEASA: MECANISMO POUCO UTILIZADO PELO PEQUENO PRODUTOR.	100
4.3.	A FEIRA DO PRODUTOR E A VENDA DIRETA AO CONSUMIDOR.....	107
4.4.	O PROGRAMA DE FINANCIAMENTO E O SEU USO PELO HORTICULTOR.	115
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.	126
6.	REFERENCIAS.	129

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1	Maringá – Área dos primitivos lotes rurais 1938-1973.	33
QUADRO 2	Evolução da População Urbana, Rural e Total do Município de Maringá-PR.	72
QUADRO 3	Evolução da mão-de-obra ocupada de acordo com os setores da economia de Maringá – 1960-2000	74
QUADRO 4	Expansão urbana sobre áreas do cinturão verde.	78

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1	Propriedades Hortigranjeiras do município de Maringá.	32
FIGURA 2	A paisagem dos lugares centrais.	42
FIGURA 3	Modelo de Von Thünen.	48
FIGURA 4	Traçado de Maringá.	64
FIGURA 5	Planta Urbanística da Cidade de Maringá – Segundo o padrão econômico.	66
FIGURA 6	Principais fluxos migratórios intermesorregionais – PR, 1986/1991.	69

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1	Evolução dos estabelecimentos rurais de Maringá, entre 1970 e 1995/96.	89
GRÁFICO 2	Evolução dos grupos de áreas dos estabelecimentos rurais de Maringá, entre 1970 e 1995/96.	90
GRÁFICO 3	Origem da produção hortigranjeira comercializada na CEASA de Maringá, em percentual do volume por Kg, entre novembro de 2004 e outubro de 2005.	96
GRÁFICO 4	Comparativo da produção comercializada na CEASA de Maringá, entre Maringá, o Paraná, e Estado Brasileiros e importações, entre novembro de 2004 e outubro de 2005.	98
GRÁFICO 5	Percentual dos produtores da região de Maringá que efetivam ou não a comercialização com a CEASA.	102
GRÁFICO 6	Percentual dos produtores que já utilizou linhas de crédito.	115
GRÁFICO 7	Linhas de crédito utilizadas pelo horticultor de Maringá.	117
GRÁFICO 8	Propriedades que possuem financiamentos agrícolas em janeiro de 2006.	122
GRÁFICO 9	Grau de interesse em efetivar financiamento para custeio e/ou investimento na propriedade hortigranjeira.	124

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACARPA	Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná.
AFPRM	Associação da Feira do Produtor Rural de Maringá.
APROINGÁ	Associação dos Produtores de Maringá.
ARPUM	Associação Representativa dos Usuários da CEASA de Maringá.
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento.
BIRD	Banco Interamericano de Reconstrução e Desenvolvimento.
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.
CEASA	Central de Abastecimento do Paraná.
CEAGESP	Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo.
CMNP	Companhia Melhoramentos Norte do Paraná.
CODEM	Conselho de Desenvolvimento de Maringá.
CODESUL	Conselho de Desenvolvimento do Extremo Sul.
CTNP	Companhia de Terras Norte do Paraná.
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Paraná.
FAEP	Federação da Agricultura do Estado do Paraná.
FAT	Fundo de Amparo ao Trabalhador.
FP	Feira do Produtor.
GERCA	Grupo Executivo de Racionalização de Cafeicultura.
Hortifruti	Hortifrutigranjeiros.
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte.
PROGER	Programa de Geração de Emprego e Renda.
POMAR	Produtores de Orgânicos de Maringá.
Pronaf	Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar.
SEAB	Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Paraná.
SNCR	Sistema Nacional de Crédito Rural.
TDR	Territorialização, Desterritorialização e reterritorialização.

RESUMO

O objetivo principal perseguido no desenvolvimento deste trabalho foi identificar a configuração socioespacial e econômica da produção horti,granjeira no município de Maringá. Para isto utilizaram-se os conceitos de territorialização e desterritorialização. Sinteticamente, pode-se definir territorialização como ocupação do espaço, e desterritorialização, como a perda dele. A partir deste ponto identificaram-se as mudanças sofridas por estas unidades agrícolas em decorrência da expansão urbana e da modernização da agricultura. Primeiramente, observou-se a formação do cinturão verde, na década de 1950; porém, com implantação do núcleo urbano, devido ao crescimento acelerado da cidade ocorrido no final dos anos 1960 e ao êxodo rural ocasionado pela mudança da base técnica de produção, teve então início o processo de desterritorialização das propriedades de horticultura e produtos de viveiro. Esse período foi marcado por um desequilíbrio entre a produção obtida e o mercado consumidor, uma vez que a demanda era superior ao consumo. Este fator, aliado às pressões imobiliárias, provocou a total desconfiguração do anel verde. A partir desse período, os horticultores passaram a vivenciar uma nova fase, que implicou, de início, na redução do número de unidades produtivas, que passou de 700 para 72 ao longo do período do estudo. Os agricultores que permaneceram nessa atividade agrícola uniram-se em associações, as quais contribuíram para a reprodução social do grupo. A junção dos agricultores permitiu a (re)inserção destes no mercado, tendo eles utilizado como canal de comercialização a *Feira do Produtor*, na qual, mediante a venda direta ao cliente final, tem-se a quebra da cadeia intermediária dos hortigranjeiros. Esta ruptura tem assegurado uma capitalização do horticultor e colaborado para o fortalecimento da pequena produção na região de Maringá, além de permitir ao consumidor uma diferenciação dos produtos, observada através da qualidade e durabilidade das mercadorias. Assim sendo, a capacidade de associação dos produtores permitiu a reterritorialização do cinturão verde, na medida em que se consolida um novo modelo agrícola, onde a pequena propriedade é viável economicamente.

Palavras-chave: hortigranjeiros; territorialização; pequena propriedade.

ABSTRACT

The main objective pursued in the development of this work went identify to configuration socioespacial and economic of the production hortigranjeira in the municipal district of Maringá. For this the territory formation concepts and without territory were used. Synthetically, can be defined territory formation as occupation of the space, and without territory, as his loss. Starting from this point they identified the changes suffered by these agricultural units due to the urban expansion and of the modernization of the agriculture. Firstly, the formation of the green belt was observed, in the decade of 1950; even so, with implantation of the urban nucleus, due to the accelerated growth of the city happened in the end of the years 1960 and to the rural exodus caused by the change of the technical base of production, he/she had beginning then the process of without territory of the horticulture properties and nursery products. That period was marked by an unbalance between the obtained production and the consuming market, once the demand was superior to the consumption. This factor, ally to the real state pressures, provoked to total desconfiguration of the green ring. To leave of that period, the horticulturists passed the live a new phase that implied, at the beginning, in the reduction of the number of productive units that passed of 700 for 72 along the period of the study. The farmers that stayed in that agricultural activity joined in associations, which contributed to the social reproduction of the group. The farmers' junction allowed the (re) insertion of these in the market, tends them used as commercialization channel the Fair of the Producer, in the one which, by means of the direct sale to the final customer, the break of the intermediary chain of the hortigranjeiros is had. This rupture has been assuring a capitalization of the horticulturist and collaborated for the invigoration of the small production in the area of Maringá, besides allowing to the consumer a differentiation of the products, observed through the quality and durability of the goods. Like this being, the capacity of association of the producers allowed the territory formation of the green belt, in the measure in that consolidates a new agricultural model, where the small property is economically viable.

Word-key: hortigranjeiros; territory formation; small property.

1. INTRODUÇÃO

A questão da produção hortigranjeira foi analisada ao longo deste estudo a partir dos pressupostos da territorialização e desterritorialização. Antes de falar das pressuposições que permearam a análise, cabe observar que foram considerados como sinônimos de produção hortigranjeira os termos anel verde, cinturão verde, propriedades de horticultura e produtos de viveiro e unidades agrícolas. Cumpre ainda lembrar outro ponto: devido ao crescimento que as granjas de aves e suínos tiveram nas últimas décadas, consideraram-se neste trabalho apenas os produtos de viveiro cuja produção não atinja escala industrial, mas esteja voltada ao consumidor final.

Sendo assim, retorna-se aos conceitos de desterritorialização e territorialização. Nestes identificou-se como estes processos ocorrem e como estão permeados de aspectos econômicos típicos do modo de produção capitalista. Desta forma, observou-se que a partir do momento em que a reprodução das unidades produtivas de olerícolas e produtos de viveiro é negada nos locais de implantação do anel verde, esta é deslocada a outros locais do território, surgindo deste modo a desarticulação dessas unidades e, por conseqüência, a reterritorialização da produção em outro lugar.

A noção de território foi utilizada porque se procurou entender o espaço a partir de um olhar geográfico, e a partir dessa perspectiva compreendeu-se como uma porção da terra pode ser apropriada pelo ser humano. Considerando-se esta apropriação, passou-se a observar as mudanças decorrentes desta utilização. Assim se observou a formação do cinturão verde como local de uso, e como todo espaço, este está repleto de costumes, de hábitos, de símbolos, além das forças políticas, econômicas e sociais que nele atuam. Assim sendo, considerou-se a ocupação do espaço como territorialização e o deslocamento da produção como desterritorialização, analisando-se sempre como estes processos ocorreram ao longo da história maringaense.

Em ambos os processos (territorialização, desterritorialização) atuam os fatores sociopolíticos e econômicos; por isso, quando se analisou o caso da produção hortigranjeira, inicialmente foram identificadas as ações da Companhia de Terras Norte do Paraná - CTNP - de implantar um cinturão verde. A função desse cinturão seria o abastecimento urbano; todavia, por causa da incompatibilidade entre a produção obtida e o

mercado consumidor, iniciou-se o processo de desterritorialização, deixando esse espaço de ser lugar de produção e passando a atender a interesses econômicos. As áreas destinadas ao anel verde tornaram-se locais de reserva imobiliária, destinada à futura expansão urbana.

A partir deste quadro, pode-se ver que as forças econômicas predominam em detrimento da finalidade social. Não é reservado ao horticultor outro local para alocação da sua produção, por isso esse agricultor não tem outra solução a não ser vender sua propriedade, transferindo-se neste caso para outros locais.

Para entender como ocorreu este processo, inicialmente analisou-se a pequena propriedade contextualizada no período de planejamento regional, procurando-se identificar sua função econômica. Para isso, inicialmente foi feita uma revisão bibliográfica da temática abordada, para dar uma fundamentação teórica e metodológica ao estudo, o que contribuiu também para a contextualização do período.

Além disto, foi necessário observar a história da região, o que foi feito a partir da análise das entrevistas feitas. A primeira entrevista foi com um ex-funcionário da Companhia de Terras Norte do Paraná, e nela buscou-se analisar as ações de planejamento da empresa colonizadora em Maringá. A segunda entrevista foi feita com uma moradora da região de Maringá do período de colonização da região, entrevista na qual se identificou o hábito alimentar das pessoas naquele momento, registrando-se então os valores atribuídos às olerícolas, bem como aos produtos de viveiro. Em ambas as entrevistas procuraram-se dados qualitativos, os quais auxiliaram na compreensão do momento de ocupação regional e do papel da pequena propriedade.

Para conhecer a pequena propriedade no contexto de sua inserção na região do Norte do Estado do Paraná torna-se fundamental entender o planejamento regional, como também a sua função econômica. Para isto, foram enfocadas temáticas que permitissem apreender a conjuntura em que a produção hortigranjeira estava incorporada.

Primeiramente, analisaram-se as estratégias da colonização e a função econômica da pequena propriedade e se observou o planejamento da CTNP. Nessa análise foi abordado o papel dos hortigranjeiros, bem como o da produção cafeeira durante a implantação dos núcleos urbanos e a estruturação do espaço agrário, refletindo-se sempre sobre o modo como estes aspectos alavancaram o desenvolvimento regional.

Posteriormente, foram identificadas as características da lavoura de café e da de subsistência, momento em que se analisou como estas culturas participaram ou não da organização das unidades produtivas de horticultura e produtos de viveiro. Foi necessário também abordar a constituição do anel verde no município de Maringá, apresentando-se, desta forma, a função do cinturão verde no abastecimento urbano durante a ocupação e colonização regional. Para entender melhor o projeto da produção dos hortigranjeiros foi relevante ressaltar a teoria de Von Thünen¹ que justifica a instalação destas propriedades. Desta forma pôde-se concluir a primeira parte desta investigação.

Para a realização da segunda seção foi necessário efetuar uma revisão bibliográfica da temática trabalhada; além disto, foi relevante também efetivar levantamentos de dados secundários², o que permitiu a construção de um texto que reproduzisse a realidade do período.

Para iniciar, enfocou-se a crise do café e da pequena propriedade no Norte do Paraná, uma vez que essa crise revelou os problemas vivenciados pela produção hortigranjeira, tanto no espaço rural como no urbano. A crise da produção cafeeira no Norte do Paraná teve reflexos bastante significativos na configuração do espaço geográfico, pois a pequena propriedade era responsável por uma parte significativa da produção estadual. Sendo assim, quando se iniciou o processo de desarticulação da economia cafeeira, incentivado pelo Governo Federal, começaram as dificuldades dos cafeicultores, sobretudo dos pequenos.

A conjuntura do período (1960) desestimulava o setor cafeeiro, pois o preço do café no mercado internacional apresentava-se baixo e indicava tendências a novos declínios. Além destas circunstâncias existiam outros fatores, como o incentivo à produção de soja, a implantação do Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura - GERCA, a descapitalização do cafeicultor, o Estatuto do Trabalhador Rural, as doenças, a idade avançada de muitas lavouras de café, além de geadas em algumas regiões cafeeiras do Brasil, as quais eram entraves constantes para a produção. A conjugação desses fatores, destarte, levou à substituição da produção cafeeira pela de soja, trigo, milho, algodão e pastagens.

As novas culturas foram possibilitadas pela mudança da base técnica de produção agrícola, a qual reduziu as pequenas propriedades rurais, que atravessavam um período de

¹ A Teoria de Von Thünen aborda a organização da produção agrícola, e segundo ela cada tipo de produto deve estar implantado em cinturões agrícolas específicos.

² Os dados secundários foram levantados no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

crise com o café. Sendo assim, em poucas décadas o Norte Paranaense presenciou uma redução do número de pequenas propriedades, gerando-se a concentração fundiária.

Quando se observa o quadro da paisagem rural, verifica-se um intenso fluxo demográfico no sentido campo - cidade, ocasionado pela introdução da modernização da agricultura. Esse fluxo, por sua vez, iria interferir diretamente na organização das cidades, que não estavam preparadas para receber um número tão grande de migrantes em poucas décadas. Na década de 1980 as cidades paranaenses não estavam preparadas para atender à demanda por infra-estrutura gerada por uma taxa de crescimento de 73%, motivo pelo qual se iniciou o crescimento desordenado de muitas cidades.

Maringá vivenciou também este crescimento acelerado. Assim, quando essa população migrava para as cidades, demandava espaços físicos, e esta necessidade leva à ampliação da cidade; como consequência, quando ocorre a ampliação da malha urbana, observa-se em contrapartida a desterritorialização do cinturão verde. O anel verde, objeto deste estudo, sofria a desarticulação da produção na proporção em que ocorria o crescimento horizontal da cidade. Desta forma tornou-se necessário observar o caminho percorrido pelas pequenas propriedades desde a crise do café, para entender como ocorreu a desterritorialização das propriedades hortigranjeiras e a partir daí refletir sobre o processo da sua reterritorialização. Esse caminho passa pela introdução da modernização da agricultura, que gera uma mobilidade populacional intensa, a qual, por sua vez, pressiona a expansão urbana.

Deste modo, após focar os problemas urbanos que acarretaram a transferência do anel verde, bem como as dificuldades ocorridas no campo após a modernização da agricultura, encerra-se a segunda e inicia-se a terceira parte do trabalho.

Para a construção do texto do terceiro eixo da abordagem, fez-se necessário realizar levantamentos primários e secundários, que foram efetivados a partir de saídas a campo. Foram visitadas instituições como a CEASA – Central de Abastecimento do Paraná, onde se entrevistou o gerente de mercado da instituição, o senhor Ismael Batista da Fonseca, com o objetivo de analisar a participação dos produtores de Maringá nessa organização.

Além do gerente da Central de Abastecimento, foram entrevistados dois presidentes de associações da CEASA: o senhor Edvaldo Roberto Menegassi, presidente da Associação Representativa dos Usuários da CEASA de Maringá- ARPUM - e o senhor Valdecir

Benedito Perlato, presidente da Associação dos produtores de Maringá - APROINGÁ. Foi entrevistado também um Engenheiro Agrônomo da Emater-PR, o senhor Jorge Ogassawara.

Além das entrevistas, foram aplicados questionários, através dos quais se verificou a participação dos produtores na CEASA de Maringá bem como as ações do Estado em benefício dos produtores, através de linhas de crédito.

Após o processo de desterritorialização a produção deslocou-se para outros locais do município de Maringá, como também para municípios vizinhos. Iniciava-se então o processo de reterritorialização, objeto do quarto eixo da abordagem. Ocorreu naquele momento a consolidação do novo modelo agrícola, em que a horticultura e os produtores de viveiro criaram novas estratégias para permanecer no meio rural. Para isso, foram geradas novas formas de abastecimento urbano, por meio das quais o horticultor procurou a sua (re)inserção no mercado.

Neste contexto, principia-se a comercialização da produção nas CEASAs. Nestas centrais o agricultor procura colocar sua produção; todavia, encontra empecilhos durante o processo de comercialização, pois as ações efetivadas na unidade de Maringá dificultavam a permanência do produtor nos espaços da instituição, persistindo os atravessadores e/ou intermediários na central. A deficiência dos incentivos dados ao agricultor neste local faz com que o volume de comercialização efetivado pelo produtor seja pequeno. Além deste fator, cabe ressaltar que existe uma resistência por parte dos horticultores da região de Maringá em comercializar suas mercadorias na CEASA local, e mesmo os que possuem um volume de produção para vender por atacado privilegiam os supermercados e quitandas, em detrimento da central de abastecimento.

Deste modo, grande parte dos produtores de Maringá opta pela comercialização direta como forma de reprodução social, ou seja, estes produtores, reunidos na Associação da Feira do Produtor Rural de Maringá – AFPRM, estabelecem estratégias para crescimento da produção na região, bem como organizam sua produção para que não ocorram excessos nem falta de alimentos em determinados períodos na Feira do Produtor.

A Feira do Produtor surge como um mecanismo para alavancar a produção. Ela propiciou e propicia o abastecimento urbano de olerícolas e produtos de viveiro, cujo diferencial está na qualidade e na durabilidade, e estes fatores levam à capitalização dos produtores, além de efetivarem uma quebra na cadeia de intermediação.

Esta ruptura na cadeia dos hortigranjeiros consolidou a reterritorialização da produção, já que a partir da eliminação dos intermediários o produtor obteve uma maior renda, o que lhe possibilitou alguma capitalização. O aumento dos lucros para o produtor traz a fixação deste em um dado território, cabendo ressaltar que a partir do momento em que tem um retorno financeiro, o agricultor consegue defender-se das pressões imobiliárias, e destarte inicia-se um processo de construção de sua identidade com o lugar.

A identidade com o lugar ocorre entre o produtor e sua unidade agrícola, mas surge também entre o produtor e o cliente final, a partir da formação de laços de amizade; e ambos os fatores permitem a consolidação deste modelo agrícola. Sobre os novos moldes da agricultura foi necessário identificar as ações do Estado para a reterritorialização da produção hortigranjeira.

Este estudo foi elaborado a partir destas informações. Certamente, muitos pontos foram levantados sobre a temática e outros poderão ser levantados; porém, o que se espera desta investigação é que ela venha a despertar o interesse e a consciência da comunidade acadêmica sobre a importância de analisar a produção interna nesta sociedade capitalista, que procura focar os produtos de exportação como prioridade. Cabe lembrar a relevância dos agricultores que destinam seus produtos ao mercado consumidor interno, por isso esta pesquisa se inicia com a seção sobre a pequena propriedade no contexto do planejamento regional e sua função econômica.

Assim sendo, o objetivo central deste estudo foi a analisar a configuração sócio-espacial e econômica da produção hortigranjeira no município de Maringá.

2. A PEQUENA PROPRIEDADE NO CONTEXTO DO PLANEJAMENTO REGIONAL E SUA FUNÇÃO ECONÔMICA.

*A pequena propriedade agrícola é viável economicamente ou não?
(Autor desconhecido).*

2.1. AS ESTRATÉGIAS DA COLONIZAÇÃO E A FUNÇÃO ECONÔMICA DA PEQUENA PROPRIEDADE.

No final do século XIX e início do século XX, principia-se o processo de ocupação espontânea que ao dar origem a colonização do Norte do Paraná. Sob o comando do capital inglês, a Companhia de Terras Norte do Paraná - CTNP - desenvolveu um importante projeto de repartição da terra agrícola, efetivando assim a incorporação da região ao sistema de produção capitalista. A empresa colonizadora, em parceria com o Estado, efetivou a ocupação de uma grande parte da Região Norte do Paraná, acompanhando sempre, de modo empresarial e organizado, o avanço da “onda cafeeira”. Os projetos implantados pela Companhia nortearam a ocupação das terras urbanas e rurais, processo que, por seus resultados práticos, foi desenvolvido em outras regiões do Paraná e em outros estados.

A parceria do governo estadual com a Companhia contribuiu para o desenvolvimento econômico regional. O primeiro privilegiou um pequeno grupo, cedendo a ele a comercialização dos lotes. Buscava com isso a organização de seu espaço, cujo vazio demográfico constituía-se num entrave ao desenvolvimento econômico estadual. Então, o Estado incentivou a colonização por empresas privadas, buscando povoar os territórios desocupados, e para isso estabeleceu uma relação de permuta. Sobre esta ligação, Serra afirma que, “em troca do favorecimento na cessão de grandes áreas de terras devolutas, mediante pagamentos apenas simbólicos, o Estado obtém das empresas a aplicação de seu capital financeiro e de sua experiência na estruturação urbano e rural do território” (1993, p. 50).

A Companhia de Terras Norte do Paraná, no início do século XX adquiriu lotes de uma área inicial de 515 mil alqueires, posteriormente destinados à colonização. Deste total “a Companhia adquiriu títulos de concessões inseguros e posses referentes a uma área de 415

alqueires” (COMPANHIA, 1975, p. 76). A compra de titulações duvidosas garantiu a idoneidade da empresa, bem como assegurou aos migrantes a posse das propriedades adquiridas.

Uma vez assegurada o direito de posse ao comprador final, a Companhia iniciou seus projetos e verificou a área de atuação, ou seja, a região compreendida entre os rios Paranapanema, Tibagi e Ivaí, a CTNP percebeu que nesse local havia contenda entre posseiros e possuidores de concessões outorgadas pelo governo estadual, e que estas disputas poderiam gerar desconfiança em relação à legitimidade dos títulos. Assim, como uma empresa poderia comercializar sem assegurar a autenticidade dos contratos de compra e venda?

Segundo a Companhia, a partir de uma relação conflituosa, a empresa colonizadora passou a adquirir títulos de concessão inseguros e posses. As aquisições desses documentos somente foram realizadas a partir de uma aprovação prévia do Governo do Estado do Paraná. Posteriormente representantes da CTNP compraram do Estado essas mesmas terras pelos preços estabelecidos em lei. A Companhia propôs então eliminar os papéis e documentos discutíveis, acabando assim com os litígios que atrasavam a ocupação e colonização da região (COMPANHIA, 1975). “Assim, embora pagando duas ou três vezes pelas terras, a Companhia assegurou a si e aos seus sucessores o direito líquido e inquestionável sobre a terra negociada” (COMPANHIA, 1975, p.59). Uma vez solucionadas as questões referentes à titulação, a CTNP voltou-se efetivamente para a implantação do seu projeto no Norte do Paraná.

O loteamento da Companhia de Terras Norte do revestiu-se de importância, de um lado pela extensão da área envolvida: 515 mil alqueires paulistas, ou 1.321.499 hectares; de outro lado pelo seu significado no processo de repartição da terra: tornou-se o modelo de colonização, tanto para os projetos desenvolvidos por outras empresas colonizadoras, como para o próprio Estado nos loteamentos oficiais, isto em função das estratégias adotadas como pela CTNP que garantiram o sucesso do empreendimento (SERRA, 1993, p.51).

O êxito do empreendimento deveu-se também ao público destinatário, uma vez que os clientes da CTNP eram, em sua grande maioria, ex-colonos das fazendas paulistas e imigrantes que estavam dispostos a aplicar suas economias em propriedades cujos títulos não fossem contestados. Esses migrantes vinham para a nova região dispostos a crescer e fazer desenvolver este território. Este entusiasmo, associado a qualidade do solo, atraíu

enorme contingente de pessoas para o Norte paranaense, principiando a colonização da região pautada na cultura cafeeira.

Os novos proprietários chegaram ao Norte paranaense com o objetivo de produzir café. Esta cultura foi incentivada pela Companhia, uma vez que se adequava a pequenas áreas. Por outro lado a economia brasileira estava arraigada na produção cafeeira, o que foi motivo de novos interesses por este tipo de cultivo, já que o país vivenciava muitas políticas agrícolas voltadas para o setor, beneficiando então os cafeicultores.

Não obstante, o novo cultivo apresentou alguns empecilhos a serem vencidos pela Companhia, pois o deslocamento da futura produção demoraria dias até chegar ao porto de Santos-SP. Logo a empresa colonizadora anteviu que as dificuldades ocorridas durante o transporte de mercadoria poderiam ser um problema para futuras comercializações dos lotes urbanos e rurais. Então a CTNP “manifesta interesse pelas obras da estrada de ferro e em vista disso constitui a sua segunda subsidiária no Brasil, a Companhia Ferroviária São Paulo-Paraná” (SERRA, 1993, p. 53).

A Companhia Ferroviária não apenas foi a responsável pelo transporte de mercadorias, mas também facilitou o deslocamento de pessoas na região. O trem tornou-se o principal meio de transporte nos períodos de colonização, já que o solo da região apresenta um alto teor de argila, e esta camada pedológica, em dias de chuva, faz com que a argila absorva e concentre um percentual elevado de água logo esta expande-se, tornando a camada superficial bastante pegajosa. Em dias chuvosos as estradas rodoviárias tornavam-se intransitáveis, por essa razão as linhas ferroviárias tornaram-se relevantes.

Cabe ressaltar que os trilhos da ferrovia percorriam os topos dos espigões, lado a lado com as rodovias, formando um eixo rodoferroviário. As principais estradas eram interligadas com as estradas secundárias, fazendo uma junção da zona rural com a urbana.

O acesso a essas propriedades é garantido graças a uma rede de estradas vicinais [...]. Essas rodovias apresentam elevado índice de densidade de tráfego, o que demonstra não somente a pujança econômica da região mas também como é elevado o número de famílias fixadas na sua zona rural (COMPANHIA, 1975, p. 125).

Esta população necessitava, então, de formas alternativas de transporte, não podendo estar presa somente a rodovias, então o trem surgia como a solução para esta problemática.

Pode-se afirmar que a Companhia Ferroviária São Paulo – Paraná atuou subordinada à Companhia de Terras Norte do Paraná na estruturação do espaço urbano e rural do Norte do Paraná. A CTNP foi a responsável pela instalação dos núcleos urbanos, os quais foram fundados com funções econômicas preestabelecidas. “Pequenas cidades próximas entre si foram surgindo, estabelecendo-se a cada 100 Km uma cidade-pólo, destinada a centralizar as atividades econômicas, sociais e administrativas do seu raio de influência” (LUZ, 1997, p.3). Logo, o planejamento regional foi realizado a partir de uma hierarquia urbana.

O projeto regional evidenciou as cidades enquanto função econômica. Em cada núcleo urbano existia uma divisão interna: a área urbana e a rural. Em relação à última, a Companhia utilizou como estratégia a divisão da área em pequenas propriedades. Cada lote possuía a forma de um retângulo. Na parte alta encontrava-se uma estrada e na parte baixa existia um rio ou córrego; assim os produtores teriam acesso à água e poderiam se deslocar facilmente, uma vez que nenhuma propriedade instalada pela companhia ficou “encravada” entre outras (COMPANHIA, 1975).

“A ocupação da região chama a atenção desde logo porque nela as atividades agrícolas se desenvolveram numa estrutura fundiária baseada nas pequenas e médias propriedades. Caracterizou-se também pela sua forma e rapidez” (LUZ, 1997, p.12). O Norte do Paraná foi diferenciado, uma vez que a produção voltada para a exportação era cultivada em sua maioria em pequenas unidades produtivas, ao passo que no Brasil, as grandes propriedades produziam para o mercado externo.

No Brasil, em grande parte, as pequenas propriedades estiveram ligadas a posses e ocupações, poucos foram os casos de comercialização de terras em pequenas áreas. Desde a colonização do país predominaram os grandes latifúndios, cuja produção era voltada para o consumo externo. Na história da agricultura brasileira, “[...] padrões diversos só podiam ser encontrados em atividades marginais e subsidiárias - como a pecuária extensiva dos sertões ou as pequenas culturas de subsistência - atividades que em nada afetavam os atributos dominantes da economia colonial” (SZMERECSÁNYI, 1998, p.12).

Gonçalves (1999) afirma que o Brasil vivenciou diversas transformações, tais como o processo da Independência, a proclamação da República, a Revolução de 1930 e o Movimento de 1964; porém estas metamorfoses pouco contribuíram para alterar a estrutura agrária

brasileira, perpetuando-se assim a marginalização das pequenas propriedades rurais. Por essa razão esse autor diz que o país “passou por uma pseudometamorfose da agricultura”.

Tomando como exemplo o Estado de São Paulo, pode-se afirmar que este enfrentava diversos entraves em relação à produção cafeeira, e o deslocamento da produção de café tornou-se a melhor solução. Neste ponto uma observação deve ser feita: como o Brasil apresenta uma extensão continental, isto permitiu os deslocamentos da fronteira agrícola para novos locais. Não existia preocupação com a melhoria do solo, mas havia uma constante busca por novas áreas.

Em relação a este deslocamento, Gonçalves afirma que a existência de uma enorme válvula de fronteira funcionou historicamente como uma válvula de escape para as tensões sociais. A migração e a colonização permitiram a canalização do excedente da população das famílias rurais de antigas regiões para os novos espaços de reprodução social (1999).

Quando se observam os deslocamentos percebe-se que, em relação ao Norte paranaense, o excedente populacional transferido vem do território paulista. Esta afirmação é confirmada quando se observa que as terras paulistas precisavam de muitos investimentos para a recuperação do seu potencial agrícola. O uso do solo sem nenhum cuidado tornou a terra desgastada, todavia os preços do alqueire paulista eram altos, comparados ao valor cobrado pela terra no Norte do Paraná. Tradicionalmente, o Brasil não possuía uma tendência de investimentos na terra; logo, a cada nova dificuldade de produção a expansão se dava através da migração e colonização; isto explica a ocupação desta região pelos imigrantes paulistas.

Além disso, cabe ressaltar que a Companhia facilitava o pagamento das propriedades, atraindo assim muitas famílias que com suas economias pagavam a primeira parcela da aquisição dos lotes e trabalhavam o ano inteiro para reunir recursos para quitar suas dívidas com a companhia colonizadora.

Sabe-se que a divisão das propriedades rurais em pequenas áreas possibilitou um crescimento demográfico, o qual não havia ainda observado em nenhuma região brasileira, isto porque em cada propriedade se fixava pelo menos uma família composta de 5 ou mais pessoas.

Sobre este crescimento demográfico, Luz afirma:

Pelo Censo Demográfico de 1950, dos 80 municípios do Paraná, 36 estavam localizados na região norte. Esta, portanto contribuiu com 22 dos

31 municípios criados na década de 1940. Viviam na região 974.287 habitantes, que representavam 45% da população do Estado. Essa participação era mais expressiva na zona rural (48,8%) do que na urbana (37,8%). A densidade demográfica do Norte superou, pela primeira vez, a do Estado. Enquanto a população estadual teve um acréscimo de 71,1% no período intercensitário 1940/1950, da região Norte foi de 186,2%. Em números absolutos, o Paraná ganhou, entre 1940 e 1950, 879.271 novos habitantes; desse total, 633.838 pessoas, ou 72,1%, residiam na região norte (1997, p.23-24).

Em poucas décadas a região norte-paranaense vivenciou um “boom” demográfico. Como o crescimento acelerado era esperado durante a fase de implantação do projeto, a CTNP não esboçou somente a estrutura rural, mas realizou também o planejamento urbano e o regional.

No planejamento regional foram definidas as cidades que deveriam ser os pólos regionais. Estas teriam a função de abastecer o seu entorno, bem como fornecer aos municípios vizinhos produtos mais especializados que as cidades de porte médio e os patrimônios não possuísem.

Apesar de estar voltada principalmente para a vida rural e de ter como objetivo a exploração agrícola, a colonização desenvolvida no Norte do Paraná não descurou, em seu planejamento geral, do estabelecimento de núcleos urbanos que pudessem servir como pontos de convergência para a vasta região, que necessitava cada vez mais de serviços públicos e privados, como retaguarda para o seu desenvolvimento (LUZ, 1997, p.3).

Neste sentido, a fundação das cidades foi estratégia utilizada pela Companhia, uma vez que os núcleos urbanos foram planejados para atender às funções urbanas. Os projetos previam bairros industriais, operários e comerciais, locais administrativos, e por fim, áreas residenciais, distinguidas em zonas de alto, médio e baixo padrão. A regionalização feita nas cidades propiciou a valorização de algumas áreas em detrimento de outras, iniciando-se assim a segregação espacial na região. A diferenciação do valor do solo urbano na região, em especial nas cidades-pólos, foi planejada pela empresa colonizadora para garantir proveitos durante a comercialização. Sobre isto Luz afirma:

A companhia não loteou todas as zonas de uma só vez e mesmo naquelas que colocou à venda não procurou vender todos os lotes. Ao contrário, preferiu reservar alguns para vender depois com maiores lucros, enquanto simultaneamente dava início a uma nova área comercial ou residencial. Dessa forma, além de incentivar o crescimento da cidade em todos os

sentidos, pôde auferir bons resultados financeiros com a valorização desses lotes vendidos mais tarde, numa fase em que o desenvolvimento da cidade e a expansão dos equipamentos urbanos provocaram uma demanda por imóveis, sobretudo os de melhor localização (1997, 4p.).

Desde a fase de implantação a cidade de Maringá não parou de receber população. A expansão contínua do povoamento fez com que as terras fossem sendo valorizadas rapidamente, em boa parte graças à fertilidade do solo propício ao desenvolvimento da agricultura cafeeira, e, também por causa da infra-estrutura criada pela Companhia, tanto na cidade como no meio rural.

2.2. AS LAVOURAS DE CAFÉ E AS LAVOURAS DE SUBSISTÊNCIA.

A colonização e ocupação do Norte do Estado do Paraná estão ligadas à atividade agrícola, principalmente à produção de café. A estrutura agrária implantada nessa região conciliou uma produção voltada para a exportação com a estrutura baseada em pequenas propriedades. Só por esta razão essa história deveria ser detalhada; entretanto existem muitos outros aspectos a serem considerados que denotam a riqueza desse período.

“A expansão da cultura de café no Brasil tem correspondido a uma constante abertura de fronteiras incorporando novas áreas à agropecuária e, por isso mesmo, realizando o papel de estruturação da economia agrária” (GONÇALVES, 1999, p.139). Em relação a este ciclo econômico, convém dizer que a onda cafeeira espalhou-se pelo Vale do Paraíba fluminense, pela Zona da Mata mineira, pelo Espírito Santo, pelo Sudoeste Paulista e pelo Norte do Paraná, entre outras regiões; todavia, o que diferencia a última das outras é a organização rural, sendo que esta se baseou em pequenas e médias propriedades.

A economia brasileira do final do século XIX estava pautada na cultura cafeeira, uma produção mercantil com poucos investimentos, fixada no potencial do solo. Estes aspectos evidenciam os deslocamentos comuns entre alguns produtores, uma vez que o país possuía muitas áreas a serem ocupadas.

Sobre isto Oliveira afirma:

Mesmo sem nenhum cuidado tecnológico, porém, as lavouras de anteriormente [entenda-se as que não são modernas] garantiam alta

remuneração, pois, pelo fato das terras serem novas, davam naturalmente grande produtividade. A própria economia de mercado não forçava um desenvolvimento tecnológico nas plantações, para aumento da competitividade (1978, p.43).

Neste contexto, cabe destacar que, quando o cultivo de café em São Paulo apresentou uma conjuntura difícil para produção, os cafeicultores optaram pela transferência de sua produção primeiramente para o Sudoeste Paulista e posteriormente para o Norte Paranaense, seguindo as manchas do latossolo vermelho, conhecido popularmente como “terra roxa”.

“Nos fins do século XIX e no começo do século XX, quando o extravasamento da extensão dos cafeeiros paulistas atingiu o Paraná, a cafeicultura brasileira estava ameaçada por dificuldades, decorrentes de aumento excessivo da oferta” (CANCIAN, 1981, p.18). Por esta razão, o governo brasileiro proibiu o plantio e o replantio em São Paulo durante cinco anos, bem como em outras regiões produtoras. Não obstante, o Estado do Paraná não sofreu com as restrições impostas pelo Acordo de Taubaté.

Segundo Furtado (1995), os principais objetivos do Acordo de Taubaté³ eram recuperar os preços pressionados pela superprodução da época. Para concretização desta meta estabeleceu quatro pontos a serem cumpridos.

- a) com o fim de restabelecer o equilíbrio entre a oferta e procura de café, o governo interviria no mercado para comprar os excedentes;
- b) o financiamento dessas compras se faria com empréstimos estrangeiros;
- c) o serviço desses empréstimos seria coberto com um novo imposto cobrado em ouro sobre saca de café exportada;
- d) a fim de solucionar o problema a mais longo prazo, os governos dos Estados produtores deveriam desencorajar a expansão das plantações (1995, p.178-179).

Em relação ao último item, cabe destacar que a sanção relativa aos plantios trouxe o deslocamento da produção para o Norte Pioneiro ou Velho. Entretanto, a migração não se deveu somente ao Acordo. Fator igualmente importante foi o fato de as terras paulistas apresentarem-se “cansadas”, após anos de exploração do solo, contribuindo assim para

³ O Acordo de Taubaté proibiu o plantio, replantio e ampliação do cultivo de café em áreas cuja produção fosse grande assim sendo as proibições foram para Estados como São Paulo e Minas Gerais, desta forma o acordo não prevaleceu para o Paraná.

transferência da cultura cafeeira. Outro ponto a ser ressaltado é que a economia paulista vivenciava a transferência de recursos financeiros da agricultura para a indústria.

Aliado ao processo de industrialização do Estado de São Paulo, que demandava produtos alimentares, matérias-primas e terras para loteamentos urbanos, sofria a cafeicultura os reflexos do esgotamento de seus solos, além do ataque de pragas como a broca que baixavam ainda mais os rendimentos dos cafezais e exigiam maiores gastos para manutenção das lavouras (SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, 1985, p. 22).

Os custos de produção do café aumentavam a cada novo problema surgido, então a transferência da produção tornou-se uma questão de tempo. Já que naquele momento não existia interesse em investir na melhoria do solo, a saída encontrada foi a migração para o Norte Paranaense.

A primeira ocupação ocorrida na região do Norte Pioneiro foi espontânea, o que gerou irregularidades na apropriação da terra. O governo provincial na época (final do século XIX), receoso das conseqüências da ocupação desordenada, passou a ceder áreas a empresas colonizadoras que teriam a função de planejar a organização do espaço. Uma das empresas beneficiadas foi a Companhia de Terras Norte do Paraná - CTNP. Esta foi a responsável pela efetivação do projeto de colonização. Cabe acrescentar ainda que a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná foi a sucessora da CTNP após a repatriação do capital inglês, ocasionada pela Segunda Guerra Mundial.

A CTNP sucedida pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná - CMNP, realizou a colonização de parte da Região Norte do Paraná, sendo esta organizada em três grandes subdivisões. Segundo a CMNP, as regiões podem ser classificadas como: A) *Norte Velho*, que se estende do rio Itararé até a margem direita do rio Tibagi, região colonizada entre 1860 e 1925; B) *Norte Novo*, região delimitada entre as barrancas dos rios Ivaí e Tibagi até a linha traçada entre as cidades de Terra Rica e Terra Boa, colonizada entre 1920 e 1950; C) *Norte Novíssimo*, área entre os rios Ivaí, Paraná e Piquiri, colonizada entre 1940 e 1960. Esses momentos estão ligados ao ciclo econômico do café, observando-se que a cada período de alta do preço da *rubiácea* no mercado internacional elevava-se também o número de lotes comercializados na região (COMPANHIA, 1975). Segundo Luz e Omura (1976), as duas últimas são mais relevantes, pois decorreram da estrutura econômica do Brasil.

A empresa colonizadora adotou estratégias bem-definidas, que contribuíram para o sucesso da ocupação regional, com a repartição das áreas rurais em pequenas propriedades. Sobre isto a CMNP afirma que os pequenos produtores eram orientados a estruturar suas propriedades de forma que:

[...] As casas de vários lotes contíguos, alinhados nas margens dos cursos d'água, formariam comunidades que evitassem o isolamento das famílias e favorecessem o trabalho em mutirão, principalmente na época da colheita do café, que para a maioria dos pequenos agricultores representaria lucro líquido de sua atividade independente, porquanto no decorrer do ano ele viveria –consumido o necessário e vendendo o supérfluo - das culturas paralelas: arroz e milho plantados por entre as fileiras de café novo, legumes e hortaliças, frutas diversas, porcos e galinhas (COMPANHIA, 1975, p.78).

Para que efetivamente fosse realizada a ocupação do espaço geográfico, a CTNP incentivava a produção de subsistência que assegurava o sustento familiar no período de formação do parque cafeeiro – produto principal. Sobre o cultivo de café no norte do Paraná Serra afirma que:

A cultura cafeeira foi tão importante para a ocupação humana e econômica e, por extensão, para o desenvolvimento global da região que os avanços e recuos da atividade vai obter respostas imediatas em termos de maior ou menor intensidade na incorporação de novas terras ao processo produtivo, vale dizer, para o avanço da frente pioneira. Assim, por exemplo, historicamente a cafeicultura obtém três fases ou “piques” de melhor desempenho e, da mesma forma, como prolongamento natural, o processo de regionalização também vai se desenvolver em três fases distintas no Norte do Paraná (SERRA, 1991, p.32-33).

A partir de 1860 inicia-se a primeira fase, correspondente à ocupação do Norte Velho, que inicialmente ocorre de maneira espontânea. Posteriormente, tem-se uma ocupação planejada pela CTNP (COMPANHIA, 1975). Ambas estavam voltadas para o café, porém a dinamização do processo de colonização do Norte Pioneiro deu-se principalmente após as restrições do plantio de novas lavouras de café em São Paulo.

Sabe-se que em “[...] 1902 surgiu a primeira medida restritiva. São Paulo tornava proibitiva a plantação e replantação de cafeeiros, por cinco anos. Ao contrário, o governo paranaense procurava proteger os interesses da cafeicultura ainda incipiente” (CANCIAN,

1981, p.20). Sendo assim, o plantio estendia-se pelo Norte Pioneiro, e isto, aliado ao fato de que o Governo Estadual incentivará o desenvolvimento da cafeicultura como um dos mecanismos para ocupação dos espaços vazios, acarretou numa expansão do café nessa região.

“Em 1920 [...] já existiam no Paraná 1.215 propriedades cafeeiras, com pouco mais de 14 milhões de pés” (OLIVEIRA, 1978, p.59). Entretanto, as áreas produtoras não paravam de crescer, e em 1929, ano da Grande Depressão, a região cafeeira possuía 40 a 60 milhões de pés da *rubiácea*. Esse aumento da produção num período de recessão mundial levou a uma crise da cafeicultura, uma vez que a oferta era superior à demanda.

Sobre isto Oliveira afirma:

A violenta crise financeira de 1929 encontrou a cafeicultura paranaense no início de sua etapa de maior expansão, pois nessa época a ocupação da região já estava se estendendo até Londrina, a pouco mais de 150 quilômetros da divisa de São Paulo. Os problemas causados por essa anomalia da economia foram um grande obstáculo ao crescimento da cafeicultura paranaense da época, embora deva-se reconhecer que tiveram proporção ínfima se comparados com os verificados por exemplos em São Paulo, onde o nível de atividade econômica era muito mais elevado (1978, p.59).

Este período pós-crise mundial (1929) evidencia um declínio nas vendas dos lotes rurais, bem como demonstra um crescimento das culturas de subsistência (CANCIAN, 1981). Não se pode afirmar que o Norte do Paraná existia exclusividade para a monocultura cafeeira, embora este fosse o produto mais importante economicamente. “Havia tendência à diversificação desde que houvesse mercados disponíveis. Monocultura ou policultura era uma questão de preços e de mercado” (CANCIAN, 1981, p. 66). Então, quando o preço do café se apresentava muito aquém do esperado observava-se uma tendência à diversificação da produção. Disto se pode inferir que a produção de subsistência era uma estratégia do agricultor em períodos de crise: ele utilizava a diversificação da produção para permanecer no campo. Logo, em períodos de preço baixo do café as lavouras de subsistência ganhavam espaço no campo no Norte do Paraná.

Quanto à diversificação da produção agrícola deve ser feita uma consideração, uma vez que este estudo tem como objeto central a produção hortigranjeira. Cabe esclarecer que a forma de organização das propriedades cafeeiras instaladas no Norte do Paraná trouxe dificuldades para o cinturão verde no período de colonização, uma vez que o mercado

consumidor era inferior à produção regional. Sabe-se que o pequeno cafeicultor produzia hortaliças e produtos de viveiro para o consumo e destinava os excedentes da sua produção para a comercialização. É fácil entender que uma cidade em implantação não teria clientes suficientes para absorver os produtos cultivados no anel verde e aqueles obtidos nas pequenas propriedades. Assim, o que ocorre é a desterritorialização deste cinturão verde ainda no período de colonização regional.

Existiam outras lavouras no Norte paranaense, embora a cafeicultura fosse considerada o “carro-chefe”, sendo assim sua produção era bastante significativa, e contribuía de maneira decisiva para desequilibrar os estoques de café no Brasil. Os aumentos sucessivos de produção mesmo nos anos de recessão pós-1929 contribuíram para mudanças na política agrícola, ou seja, o país passou a impor metas para o plantio e replantio de café.

Em 1931 o Governo Federal passou a cobrar um imposto anual por cada novo cafeeiro plantado; entretanto o Paraná conseguiu uma cota para plantar 50 milhões de pés, e, embora este total já estivesse plantado, foram semeados outros 50 milhões (OLIVEIRA, 1978). Os próximos anos foram períodos de dificuldades de comercialização do café, e isto se agravou principalmente com o início da Segunda Guerra Mundial. Não obstante, a ocupação do Norte do Paraná se expandia em ritmo acelerado, fazendo com que a produção brasileira crescesse, ao passo que não aumentava a demanda do mercado externo.

“Os primeiros anos da década de 30 representam para a cafeicultura brasileira, em particular a paulista, um momento de grave crise causado pela conjuntura internacional desfavorável, situação esta que vai se agravar com o conflito mundial de 1939, estendendo-se até 1945” (SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, 1985, p. 22). Logo, diversas medidas foram tomadas no intuito de preservar a cafeicultura brasileira.

Além destas circunstâncias, no Norte do Paraná influiu também os efeitos da geada de 1942 e o conseqüente aumento do preço da saca da rubiácea. Esses eventos como foram citados anteriormente, ocasionaram o deslocamento da onda cafeeira para o Norte Novo e Novíssimo do Paraná. Essa onda continuou a crescer nas décadas seguintes, incorporando assim novas áreas à economia cafeeira. “O bom comportamento da demanda, fez com que a safra de 2.318 mil sacas na temporada 1949/50 – 14,2% da nacional – passasse a 4.206 mil sacas no ano seguinte – 24% da produção brasileira” (OLIVEIRA, 1978, p.64). Em 1955, o

Paraná sofreu uma nova geada, entretanto a produção paranaense elevou-se “até alcançar o recorde de 18,032 mil sacas em 1959/60 - 62,8% do total” (OLIVEIRA, 1978, p.64). Proporcionalmente, também cresciam os entraves à comercialização com o mercado externo também.

Sobre estas décadas Cancian afirma:

Voltada para o setor externo, a produção tendia sempre a aumentar quando os preços do café se mantinham em níveis satisfatórios ou estimulantes. Sob incentivo dos preços durante os programas de defesa, São Paulo atingiu o período mais dinâmico da produção nas décadas de 1920 e 1930, extravasando o plantio para o Paraná, ocasião em que se verificou desequilíbrio entre a oferta e procura com pressão baixista sobre os preços. Não havia grande expansão no Paraná até a década de 1940, quando em 1942 também sofreu os efeitos da geada. Sob a nova fase de preços ascendentes o Paraná tomou grande impulso na década de 1950, atingindo na década de 1960 sua fase mais dinâmica, ultrapassando inclusive a produção paulista, com a qual entrou a concorrer e sofrer concorrência, pois ali também se verificou novo aumento da produção, dado o incentivo dos preços (1981, p.92).

Esse aumento de produção no início dos anos de 1960 trouxe preocupação ao Governo Federal, por essa razão passaram a ser construídas políticas de racionalização da produção de café no Brasil.

Assim sendo, em 1961 foi elaborado o Programa de Racionalização da Cafeicultura, pelo Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura – GERCA. O objetivo era desenvolver um Programa de erradicação de cafeeiros antieconômicos e fixar preços internos para o café, desestimulando assim os cafeicultores. Por fim, buscava incentivar a diversificação de culturas, surgindo como conseqüência o algodão, as pastagens, a soja, o trigo e o milho. A desestruturação da economia cafeeira incidiria diretamente sobre a pequena propriedade rural no Norte do Paraná. As restrições impostas pelo Programa do Governo Federal dificultaram a permanência do pequeno agricultor no campo, uma vez que este não foi contemplado com uma política de crédito adaptado às suas necessidades para produzir. Esta temática será mais detalhada no próximo item.

Ocorreu na época uma ampla resistência à erradicação cafeeira, apesar das políticas do Estado contrária a manutenção da cafeicultura na região, tendo em vista desequilíbrios de mercado, mesmo assim, a produção ampliava-se cada vez mais. “No Estado do Paraná,

as lavouras chegaram a atingir em 1968 a área de 1.187.532ha, correspondendo a 46,22% da área do café cultivado no Brasil e em 1969, 58,12% da produção cafeeira brasileira” (PAIVA⁴,1976, *et al. apud* MORO, 1980 p.26). A cada novo aumento da produção cafeeira no Estado, igualmente cresciam os obstáculos à comercialização, bem como as pressões do GERCA. Assim, quando ocorreu a grande geada de 1975, as políticas agrícolas do Estado voltaram-se para o binômio soja-trigo, transformando a paisagem de algumas áreas do campo paranaense.

A entrada dos novos moldes de produção modificou as relações de trabalho e alterou os níveis de emprego no setor agrícola, ou seja, com a inserção de máquinas no meio rural ocorreu uma redução do número de trabalhadores rurais, porquanto a mecanização possibilita a liberação de um significativo contingente de mão-de-obra, iniciando-se assim a migração do campo para a cidade. “Em suma, os processos de modernização da agricultura concorreram para reduzir expressivamente o quadro do pessoal ocupado na produção agropecuária, acelerando o êxodo rural e alterando a composição numérica das categorias de trabalhadores rurais [...]” (MORO, 1991, p. 330). Não obstante, esta mão-de-obra, em sua maior parte, permaneceu vinculada às atividades agrícolas através do trabalho volante.

A partir dos anos 60, torna-se visível, no campo brasileiro, o fenômeno do chamado “trabalho volante”. Denomina-se comumente, “volante” o trabalhador agrícola que reside fora das fazendas, em geral nas periferias das cidades e vilas, e que se desloca continuamente para executar tarefas, em regime de empreitada, nas áreas rurais (GONZALES; BASTOS, 1979, p. 25).

A região de Maringá não foi exceção à regra. A modernização da agricultura trouxe a erradicação da produção cafeeira, e com ela a eliminação das formas de trabalho. Assim, foram excluídos dos moldes de produção agentes como o pequeno produtor, o arrendatário, o meeiro, o porcentageiro, entre outros. O desemprego rural gerado pelas novas práticas agrícolas trouxe a transferência desta população para as periferias das cidades, mas o novo local de residência não a desvinculou da atividade agrícola, apenas precarizou suas condições de trabalho, bem como a qualidade de vida de toda a família.

⁴ PAIVA, R.M.; SCHATTAN, S.;FREITAS, C.P. de. **Setor agrícola do Brasil - Comportamento econômico, problemas e possibilidades**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/Editora Forense Universitária. 1976.

A permanência nas periferias indicou não somente a expropriação desse contingente do meio rural, mas também que esta condição de desapropriação perpetua-se, na medida em que essa população não consegue assegurar o mínimo, ou seja, moradia digna, educação para os filhos, uma alimentação balanceada, acesso a atendimentos de saúde dignos, entre outros. A vinda do campo para a cidade não beneficiou a todos.

A transferência desta população também não foi benéfica para as cidades, na medida em que os órgãos municipais perdem o controle sobre os espaços físicos, pois o fluxo intenso de pessoas fez com que as periferias proliferassem em um curto espaço de tempo, e assim muitos espaços urbanos vivenciaram um crescimento horizontal acelerado. Maringá também presenciou este processo, e quando isto ocorreu, percebe-se a desterritorialização do cinturão verde, uma vez que estas áreas se encontram no entorno da zona urbana. Não obstante, antes da discussão deste processo, torna-se relevante observar a constituição do projeto do anel verde maringaense, que está na seqüência desta abordagem.

2.3. O ANEL VERDE, SUA LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA E O ABASTECIMENTO URBANO.

Para se entender o processo de colonização do município de Maringá, sob o enfoque das propriedades hortigranjeiras, torna-se necessário resgatar o contexto histórico em que estas estão inseridas. Durante a colonização, a Companhia de Terras Norte do Paraná reservou lotes de terra adjacentes ao espaço urbano destinados à produção de hortigranjeiros para o abastecimento da população local. A área constituída por esses lotes ficou conhecida como “cinturão verde”, representada na Figura 1.

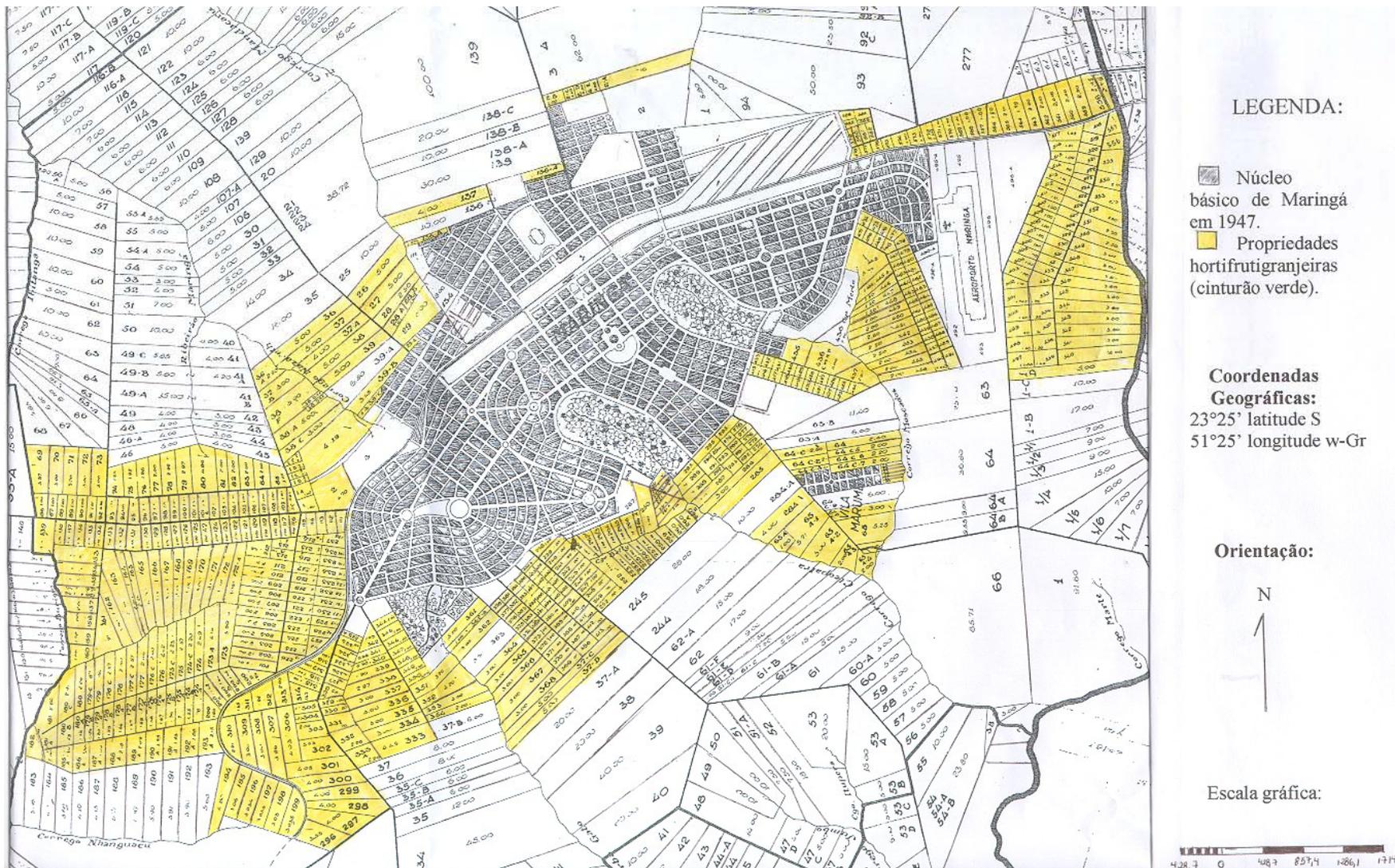


Figura 1: Propriedades Hortigranjeiras do município de Maringá.
 Organização: SILVA, N.J.A.
 Fonte: Prefeitura Municipal de Maringá.

Esta abordagem focalizou a estrutura fundiária implantada pela Companhia de Terras Norte do Paraná, sucedida pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, na qual está mostrada a relação dos lotes rurais comercializados no Município de Maringá entre 1938 e 1973, visto no Quadro-1. Cabe ressaltar que o enfoque desta investigação está centrado nas chácaras que possuíam área de até 3 alqueires, correspondentes a 7,26 hectares.

Em relação à Maringá e à área comercializada, pode-se perceber que 36,7% dos lotes rurais são compreendidos entre 0 e 3 alqueires, perfazendo 700 propriedades que correspondem aos lotes destinados à produção de hortigranjeiros (LUZ; OMURA, 1976). Fazia parte do projeto urbanístico, bem como do primeiro plano diretor de desenvolvimento de Maringá, que ao redor do sítio urbano existisse uma área em anel, cujo fim era a produção de hortaliças e produtos de viveiro. Assim as áreas adjacentes às glebas de Iguatemi⁵ e Maringá eram os principais locais para este tipo de produção.

Quadro 1- Maringá – Área dos primitivos lotes rurais 1938-1973.

Alqueires	Número de Lotes	%
0-3	700	36,7
3-5	318	16,7
5-10	444	23,2
10-15	1666	8,7
15-20	99	5,2
20-30	91	4,8
30-50	54	2,8
50-100	31	1,8
100-300+	6	0,3

Fonte: Livro de registro de vendas de lotes rurais da C.M.N.P.
Adaptado de: Luz; Omura (1976, p.34).

Cabe dizer que a propriedade hortigranjeira - objeto deste estudo - se constituía de até 3 alqueires. Sobre isto Luz afirma que

A incidência maior de lotes de até 3 alqueires nas glebas Patrimônio Iguatemi e Patrimônio Maringá se deve ao fato de tais glebas circundarem respectivamente o distrito de Iguatemi e a área urbana de Maringá, sendo seus lotes, no planejamento geral da companhia, destinados a chácaras que forma o “cinturão verde”, a fim de suprir a população urbana de produtos hortigranjeiros” (1976, p.34).

⁵ Iguatemi é um patrimônio pertencente ao Município de Maringá.

Luz (1976) informa que entre 1943 e 1973 foram comercializados 1.909 lotes rurais, com áreas entre menos 1ha e mais de 300 alqueires. Além disso, deve-se lembrar que durante a divisão dos lotes rurais a Companhia privilegiou os estratos entre 5 e 20 alqueires paulistas; entretanto, serão destacadas neste estudo as áreas que formam as pequenas propriedades.

Os outros dois grupos que compõem os pequenos estabelecimentos rurais são os compreendidos entre 3 e 5 alqueires, que representam 16,17%, bem como, aqueles entre 5 e 10 alqueires, que correspondem a 23,2%. Este fato evidencia que a região colonizada foi ocupada principalmente por pequenas propriedades. As propriedades, em sua grande maioria, foram ocupadas pela cafeicultura, responsável pela dinamização da economia no Norte do Estado do Paraná.

Cabe lembrar que a regulamentação para instalação das propriedades hortigranjeiras coube à Prefeitura Municipal de Maringá, no entanto, poucas ações foram efetivadas para a permanência destas no meio rural. Pode-se afirmar que pelo menos em relação ao anel verde o projeto de Jorge Macedo de Vieira⁶ na cumpriu suas finalidades originais. Assim, Maringá observou a utilização de seus lotes hortigranjeiros para diversas funções, tanto urbanas como rurais, desvirtuando-se assim os objetivos de seu projeto inicial.

Segundo depoimento informal de um ex-funcionário da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, *“Cabia à empresa a divisão e comercialização dos lotes rurais dos hortigranjeiros; mas, a regulamentação da implantação era de responsabilidade da administração municipal”* (SOUZA, D.P. de, 2004) grifo nosso. Esta divergência acarretou uma utilização desigual do espaço agrícola próximo à zona urbana. Muitas propriedades reservadas para os hortigranjeiros possivelmente não tenham sido ocupadas por esta produção. Este fato,

⁶ O engenheiro civil formado pela Escola Politécnica de São Paulo, em 1917, Jorge de Macedo Vieira (1894-1978), foi responsável, do início dos anos 20 até os anos 50, por inúmeros projetos de loteamentos residenciais e planos urbanísticos em vários Estados. Tendo iniciado sua vida profissional na Companhia City de São Paulo, na mesma época em que o arquiteto inglês Barry Parker, Jorge foi muito influenciado pelas soluções tipo “Garden City”. Seu traçado espalhou-se por São Paulo (como Chácara da Mooca, Parque Edu Chaves, Vila Nova Manchester, Jardim da Saúde, Jardim Japão etc.); Campinas (Vila Isa, Nova Campinas e Chácara da Barra), Osasco (Vila Campesina) e Rio de Janeiro (Jardim Guanabara). Foi também o autor dos planos urbanísticos da cidade nova balneária de Águas de São Pedro (1943), em São Paulo, bem como das cidades novas de colonização do Norte do Paraná - Maringá (1947) e Cianorte (1955). Cabe acrescentar ainda que, Macedo desenvolveu o projeto urbanístico de Maringá sem nunca ter visitado o município. (http://www1.uol.com.br/bienal/4bia/salas/pao_16.htm).

aliado à falta de documentos que comprovem o uso do solo de cada lote, inviabilizou uma análise comparativa da redução dos lotes rurais. Nestes casos, o processo de desterritorialização da propriedade hortigranjeira decorre da expansão urbana e da incompatibilidade entre o mercado produtor e o consumidor, detalhados na seqüência desta análise.

Efetivamente, pode se supor que o processo de territorialização das propriedades hortigranjeiras tenha sido parcialmente executado, o termo parcialmente explica-se pelo fato de que o projeto hortigranjeiro já se inicia voltado também para outras atividades, já que o número consumidores para os produtos finais era insuficiente, se comparado com o total de estabelecimentos rurais destinados à horticultura e produtos de viveiro. O projeto foi prejudicado, uma vez que faltava assistência técnica e econômica, bem como política para sua perpetuação no espaço. Sabe-se que a formação do território comum é muito importante para a formação e constituição de identidade de um grupo social.

O território surge, na tradicional Geografia Política, como espaço concreto em si (com seus atributos naturais e socialmente construídos), que é apropriado, ocupado por um grupo social. A ocupação do território é vista como algo gerador de raízes e identidade: um grupo não pode mais ser compreendido sem o território, no sentido de que a identidade sócio-cultural das pessoas estaria inarredavelmente ligada aos atributos do espaço concreto (natureza, patrimônio arquitetônico, “paisagem”) (SOUZA, 2000, p.84).

Destarte, a formação de laços de um dado grupo está ligada ao seu espaço comum, ou seja, ao seu território. Este tem um caráter simbólico, que propicia a união deste grupo. Santos (1996) denomina a junção de um grupo como uniões horizontais; ele afirma que estas podem ser ampliadas, mediante as próprias formas de produção e consumo. O autor cita o exemplo dos agricultores:

Um exemplo é a maneira como produtores rurais se reúnem para defender os seus interesses, o que lhes permitiu passar de um consumo puramente econômico, necessário às respectivas produções, a um consumo político localmente definido e que também distingue as regiões brasileiras umas das outras. Devemos ter isso em mente, ao pensar na construção de novas horizontalidades que permitirão, a partir da base da sociedade territorial, encontrar um caminho que nos libere da maldição da globalização perversa que estamos vivendo e nos aproxime da possibilidade de construir uma outra globalização, capaz de restaurar o homem na sua dignidade (SANTOS, 1996, p.20).

Não obstante, existem muitas formas de definir o território, sendo uma das primeiras a concepção de território enquanto Estado-Nação. Este é um dos mitos⁷ que se devem romper, pois o conceito não deve estar ligado somente a esta concepção, uma vez que sua abordagem é mais ampla e deve ser definida a partir do objeto de estudo.

Sobre esta concepção de território e Estado-Nação, Souza (2000) afirma:

Retornando ao conceito de território, é imperioso que saibamos despi-lo do manto de impotência com o qual se encontra, via de regra, adornado. A palavra território normalmente evoca o “território nacional” e faz pensar no Estado - gestor por excelência do território nacional -, em grandes espaços, em sentimentos patrióticos (ou mesmo chauvinistas), em governo, em dominação, em “defesa do território pátrio”, em guerras... A bem da verdade, o território pode ser entendido também à escala nacional e em associação com o Estado como grande gestor (se bem que, na era da globalização, um gestor cada vez menos privilegiado). No entanto, ele *não precisa e nem deve* ser reduzido a essa escala ou à associação com a figura do Estado. Territórios existem e são construídos (e desconstruídos) nas mais diversas escalas, da mais acanhada (por ex. uma rua) à internacional (p.ex. a área formada pelo conjunto dos territórios dos países-membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte - OTAN); territórios são construídos (e desconstruídos) dentro de escalas temporais as mais diferentes: séculos, décadas, anos, meses ou dias; territórios podem ter um caráter permanente, mas também podem ter uma existência periódica, cíclica. Não obstante essa riqueza de situações, não apenas o senso comum, mas também a maior parte da literatura científica, tradicionalmente restringiu o conceito à sua forma mais grandiloqüente e carregada de uma carga ideológica: o “território nacional” (SOUZA, 2000, p.81).

Também Haesbaert (1988) afirma, em relação ao território, que este deve ser observado a partir do modo de produção vigente. Observando-se estes fatos durante o período de implantação do anel verde, pode-se inferir que o mercado consumidor naquele momento era incompatível para os lotes rurais destinados à produção, pois as 700 unidades produtivas, uma vez gerando mercadorias poderiam suprir toda a região. Desse modo observou-se que foram poucas as preocupações, por parte dos administradores locais, para efetivação do cinturão verde. Supõe-se que mínimas foram as ações para adequar o projeto original, adaptando o número de propriedades viáveis para aquele momento.

⁷ O termo mito foi utilizado, pois, a noção de território surgiu a partir das abordagens de Friedrich Ratzel (Século XIX) que analisou as ações do Estado sobre o espaço, a partir da dominação dos territórios. O autor vivenciou um período de constituição do Estado alemão, desta forma a definição das fronteiras era uma questão importante, assim sendo, as discussões realizadas por Ratzel estavam permeadas com a noção de Estado-nação.

Num modo de produção que busca lucro, seria improvável uma vida longa para os estabelecimentos hortigranjeiros nesta conjuntura, onde se tem um total desequilíbrio entre o mercado produtor e o consumidor; por isso a utilização destes locais foi destinada a outras funções: “[...] o capitalismo se reordena, sobretudo em função das constantes inovações tecnológicas, criando com elas novas ‘necessidades’ capazes de redirecionar e reimpulsionar os ciclos produtivos” (HAESBAERT, 1998, p. 14). Assim iniciou-se o processo de desterritorialização do anel verde em Maringá.

A perda do território, bem como a transferência deste para outros locais, não é um processo que possa ser datado, pois está condicionado aos processos históricos ocorridos. Eles podem ser rápidos ou demorados; entretanto, o que interessa nestas situações são os fatores que levam às alterações do território. Estas passam de uma territorialização para uma desterritorialização, até que se efetive uma reterritorialização. “O processo de TDR (territorialização, desterritorialização e reterritorialização) gera um *espaço temporalizado* em razão destas informações que circulam e se intercomunicam. Há então também fatores culturais nas bases que condicionam a TDR” (SAQUET, 2004, p. 124). Destarte não se deve atribuir somente um fator para as modificações do território, pois economia, cultura e política estão intimamente interligadas nas alterações do espaço habitado.

É interessante observar Souza, que afirma:

[...] Territórios, que são no fundo antes *relações sociais projetadas no espaço* que espaços concretos (os quais são apenas os *substratos materiais* das territorialidades[...]), podem [...] formar-se e dissolver-se, constituir-se e dissipar-se de modo relativamente rápido (ao invés de uma escala temporal de séculos ou décadas, podem ser simplesmente anos ou mesmos meses, semanas ou dias), ser antes instáveis que estáveis ou, mesmo, ter existência regular mas apenas periódica, ou seja, em alguns momentos – e isto apesar de que o substrato espacial permanece ou pode permanecer o mesmo (SOUZA, 2000, p.87).

Neste contexto, Haesbaert (2000) afirma que:

[...] é muito importante também distinguir as escalas de difusão da desterritorialização, tanto espaciais quanto temporais longa, média ou de curta duração[...]), pois pode ocorrer concomitante desterritorialização numa escala (regional/local) e reterritorialização em outra (nacional e mundial, por exemplo (2000, p. 181).

Assim, quando se estuda este processo deve-se deixar clara a escala estudada, sabendo-se que vários serão os fatores que influirão na área de estudo; todavia, serão abordados apenas os aspectos mais relevantes. “Assim, para cada propósito de pesquisa e para cada processo territorial, podemos ter uma abordagem, mais coerente com o real” (SAQUET, 2004, p. 143). Destarte, cada investigação procura em sua escala de evidências os aspectos mais próximos da realidade, quiçá possa descrever a realidade.

Dessa forma, quando se pensa na formação do território dos hortigranjeiros percebe-se que este perde sua função principal durante a colonização, uma vez que era complicada a execução deste projeto. Se considerar que em 1960 existiam 104.131 habitantes no município de Maringá, sendo que, destes, 56.539, ou seja, 54,30%, moravam no campo (IBGE, 1960) e produziam os alimentos para sua subsistência, perceber-se-á que as 700 unidades produtivas voltadas para 47.592 habitantes urbanos, tornava incompatível a produção com a população, sendo assim, a oferta maior que a procura. Além deste fator deve ser lembrado que, parte dos habitantes urbanos do município estavam ligados às atividades do campo, obtendo assim muitos dos alimentos que consumiam sem depender da compra. Por isso o total de propriedades destinadas ao abastecimento rural era largamente superior à demanda.

Para exemplificar estas informações foi realizada uma entrevista⁸, buscando observar um testemunho que resgatava a história oral do anel verde neste período. Para alcançar os objetivos escolheu-se uma pessoa que tivesse residido muitos anos na zona rural e houvesse presenciado as transformações rurais. Além disso, o entrevistado deveria residir na região maringaense durante o período de formação socioeconômica regional.

A pessoa entrevistada afirma que morou muitos anos no campo: “Fui criada no sítio, saí do sítio em 1979, aí depois, voltei ‘pro sítio’ em 1982. Minha vida inteira morei no sítio, fiquei até 1987” (SILVA, N.S.). É sempre enfática ao afirmar que na zona rural produziam tudo o que consumiam.

Assim, percebeu-se que os habitantes rurais produziam quase tudo o que consumiam. O relato pode exemplificar esta afirmação.

⁸ A entrevista foi realizada com uma senhora que viveu na região Norte do Paraná em 1950. A entrevista foi realizada em 15/08/2005, esta encontra-se em fita cassete.

Quase tudo era produzido no sítio, quase tudo - carne, legume, frutas, ovos, verduras, leite, queijos... deixa ver mais que faziam. Ah! Produziam arroz, feijão. Ah! Eram todos alimentos saudáveis, sem veneno. Até sabão “nóis” fazia. Do porco produzia banha, carne, lingüiça e sabão. Da mandioca, polvilho doce, polvilho azedo, farinha. “Nóis” produzia muita coisa no sítio (SILVA, N.S.).

“Ninguém usava comprar fruta, verdura, todo mundo tinha para seu consumo, tinha muita fartura” (SILVA, N.S.). A resposta enfática revela que os horticultores do período não possuíam um mercado consumidor extenso; o entrevistado afirma que os alimentos produzidos eram consumidos pela família dos parceiros e meeiros, bem como pelos proprietários do estabelecimento rural. Isso é comprovado na afirmação em que a pessoa diz que “o patrão levava tudo para a cidade e dava para seus parentes” (SILVA, N.S.). Sendo assim, definitivamente os consumidores que pagavam pelas mercadorias eram em número bastante restrito.

Cabe acrescentar ainda que os hortigranjeiros sofreram diversas restrições no que se refere ao consumo, particularmente para pessoa de origem rural. Estes alimentos foram considerados durante muitos anos alimentos para mulheres, crianças e pessoas “ricas”, pois acreditava-se que eles não proporcionavam a força necessária para as atividades físicas. Assim, as famílias mais carentes destinavam o maior percentual dos gastos alimentares a produtos como carnes, cereais, massas e farinhas. Os outros mantimentos não eram privilegiados na dieta de muitas famílias brasileiras.

Destarte, quando principiou a colonização e ocupação da região Norte do Paraná, os produtos hortigranjeiros não eram bem aceitos para o consumo dos pioneiros, uma vez que estes realizavam diversas atividades nas quais esforço físico era intenso. Sobre estas restrições quanto aos hortícolas, Musumeci afirma que:

Não é correto, portanto, atribuir a variáveis “culturais”, pura e simplesmente, às restrições ao consumo de hortifrutigranjeiros pelos pobres urbanos (pelo menos no centro-sul do país); deve-se perceber que essas variáveis se referem a uma situação de penúria alimentar e intenso desgaste físico, ditando a escolha e a valorização comparativa dos produtos capazes de proporcionar “barriga cheia” (sensação de repleção, representada como oposta à de fome) e “força” para o trabalho, ou seja, os alimentos energéticos e de digestão lenta, em contraste com a “comida de rico” – frutas, legumes, verduras, peixe -, que “alimentam mas não enchem a barriga” (1987, p. 19)

Graziano da Silva e Queda (1977) afirmam que, à medida que ocorre uma elevação da renda, proporcionalmente tem-se aumento no consumo de alimentos protéicos de origem animal e de hortigranjeiros, observando-se então numa redução do consumo de alimentos energéticos. Assim, não se pode afirmar que o baixo consumo dos alimentos se deva somente a fatores culturais, pois também deve-se a fatores econômicos. Quando se considera que muitos dos pioneiros foram pessoas que parcelaram a compra de sua propriedade rural, que produziam quase todo o alimento que consumiam, e que, somado a isto, tem-se um quadro de trabalho com desenvolvimento de atividades pesadas, pode-se inferir que estas pessoas não eram adeptos ao consumo dos hortigranjeiros por mais de uma causa. Não os consideravam alimentos importantes em sua dieta básica. Assim o cinturão verde foi perdendo sua função econômica naquele período, o que revela um quadro desapropriado para reprodução dos hortigranjeiros.

Estas informações ficaram exemplificadas durante a entrevista. Silva afirma que nas “marmitas” os alimentos selecionados eram apenas os que proporcionavam sustento para o trabalho, sendo: “arroz, feijão, carne, abobrinha, beterraba, batatinha, macarrão, farinha, polenta, não eram todos de uma vez, eram diversificados. À tarde tomava leite, com broa ou pão” (SILVA, N.S.). Não havia o hábito de consumir regularmente os hortigranjeiros, e também, como havia estes alimentos em abundância em suas propriedades, sua aquisição através da compra fazia-se desnecessária.

Nesta conjuntura, as funções das propriedades hortigranjeiras deveriam ser modificadas, pois numa sociedade capitalista não existe espaço para atividades ociosas.

Na dinâmica econômica, artesões, industriais, comerciantes e agricultores concretizam, de diferentes formas, suas redes e territórios de atuação e domínio, pois somente a territorialização (que gera os territórios) permite o acesso às necessidades, aos desejos, às diferenciações de cada lugar e momento histórico (SAQUET, 2004, p. 133).

Neste contexto, os horticultores foram desterritorializados e deste modo sua organização socioespacial tornou-se distinta, uma vez que as propriedades encontravam-se num formato de anel adjacente ao núcleo urbano maringaense. Sendo assim, o seu território foi se tornando automaticamente território para outros fins ou destinações. Sua função foi sendo descaracterizada por dois principais aspectos, a saber: a incompatibilidade do projeto

inicial do cinturão verde com a demanda de consumidores do período e o crescimento urbano. Este último aspecto será detalhado no próximo capítulo.

A organização socioespacial da produção hortigranjeira atual no município de Maringá claramente apresenta-se de forma distinta da observada na década de 1950, período de sua instalação. A nova configuração reflete as transformações pelas quais passaram os lotes estudados, bem como nos dá indícios dos planos agrícolas utilizados por esses produtores para permanecerem no campo. A relação entre o Estado e os horticultores será abordada no último capítulo.

2.3.1 O planejamento regional: aproximações ideológicas

Planejar implica conhecer para ordenar e entregar-se a um desejo para dar-lhe vida. O planejamento sem conhecimento será uma fantasia; sem a entrega, uma peça morta, útil para recheiar arquivos (Autor Desconhecido).

2.3.1.1. O planejamento regional: aproximações ideológicas do projeto de colonização da Companhia de Terras Norte do Paraná.

O planejamento regional implantado pela Companhia durante a colonização da região assemelha-se aos estudos desenvolvidos por Walter Christaller em 1933, na Alemanha. Esse autor construiu a Teoria das Localidades Centrais quando escreveu “*Central Places in southern Germany*”⁹ (1933). Nesta obra, ele apresenta o conceito de centralização:

[...] como princípio de ordem, isto é, como uma forma de organização observada no mundo orgânico e inorgânico, é também encontrada na esfera humana, predominantemente em certas estruturas organizacionais expressas “em uma invisível forma objetiva”, o que seria particularmente observado na distribuição do povoamento, onde as cidades se destacariam como centro de uma região [grifo do autor] (MELLO e SILVA, 1986, p.9).

⁹ A obra *Central places in southern Germany* é uma tradução inglesa da obra *Dies zentrale orte in süddeutschland*, não existe registro de tradução em português deste livro.

Em seus estudos Christaller buscou compreender as leis que determinam o número, o tamanho e a distribuição das cidades no espaço geográfico. Ele procurava identificar as localidades centrais que distribuem bens e serviços para a região de sua influência. A regionalização de hierarquia urbana pode ser observada na Figura 2. “Bens e serviços centrais são, então, ‘produzidos e oferecidos em um pequeno número de pontos dispersos’” (CHRISTALLER¹⁰, 1966 *apud* MELLO e SILVA, 1976, p.9). Nestes pontos dispersos são construídos os espaços urbanos.

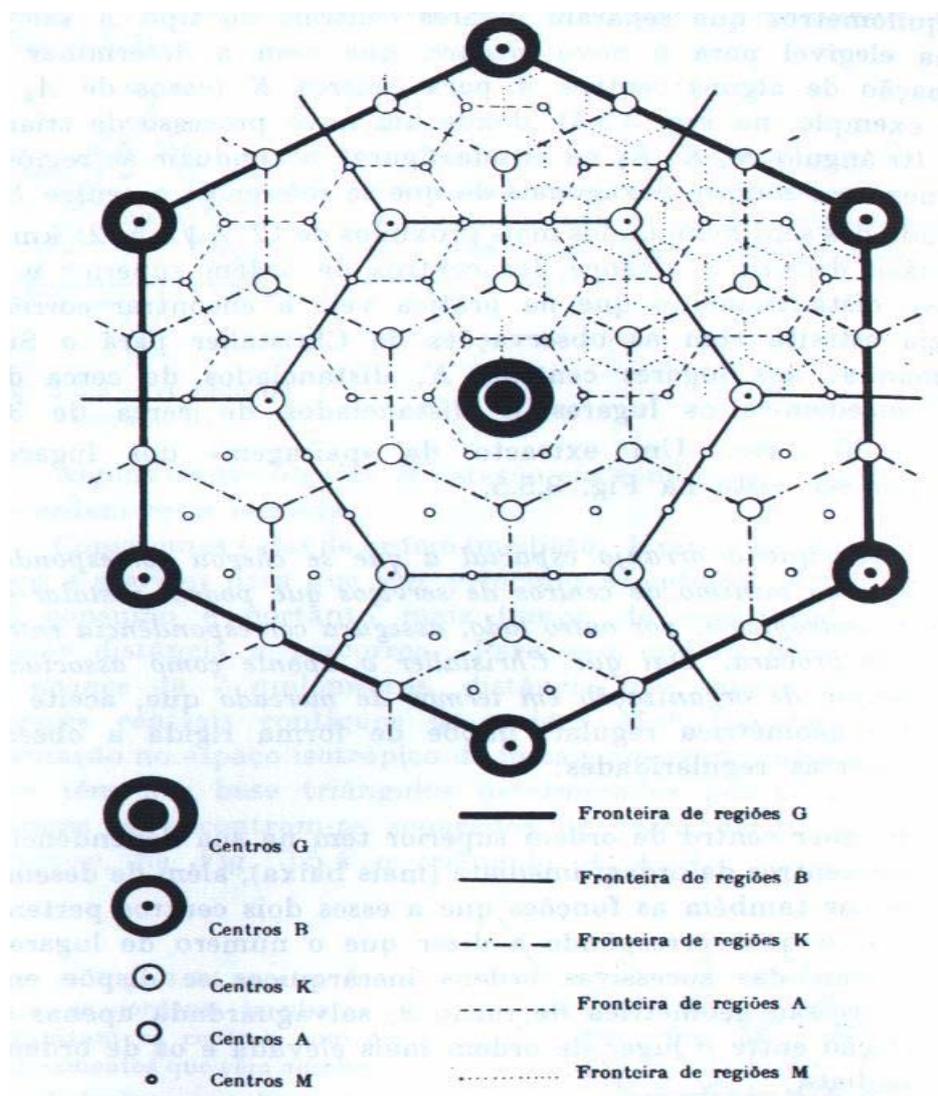


Figura 2: A paisagem dos lugares centrais.

Fonte: Christaller (1933) *apud* Lopes (1979, p. 224).

¹⁰ CHRISTALLER, W. **Central places in southern Germany.** In: BASKIN, C.W. (Trad). **Die zentrale orte in süddeutschland.** Nova Jersey, Prentice-hall: e. Cliffs. 1966

Para concretização de seus objetivos, Christaller analisou a distribuição espacial das cidades no Sul da Alemanha, ressaltando então que os espaços urbanos apresentavam-se equidistantes, sendo estes polarizados por uma localidade central. Surgia então a hierarquia urbana. “Os mecanismos fundamentais que atuam gerando hierarquia de centros é, de um lado, o alcance espacial máximo e, de outro, o alcance espacial mínimo [...]” (CORRÊA, 1997, p.41).

Os níveis espaciais de alcance máximo e mínimo não são fixados, dependerão de cada região. Cada espaço urbano terá que suprir as necessidades básicas de sua população, os bens e serviços mínimos, ficando a polarização das atividades e serviços mais especializados a cargo da cidade central, a qual apresentará também os serviços básicos.

Esta estruturação passa assim pelo exercício de funções localizadas em centros, centros que as desempenham para áreas tributárias que são suas *regiões complementares*; ela decorre do facto de, para um mesmo habitante, existirem bens e serviços a que ele tem de recorrer diariamente, outros só semanalmente, outros só mensalmente, outros ainda com menor frequência – donde os centros serem diferenciáveis de acordo com as funções desempenhadas sendo portanto diferenciáveis também as suas regiões complementares pelo menos quanto à área de domínio (LOPES, 1979, p. 219).

Segundo Christaller (1966) “o fato mais decisivo no desenvolvimento dos lugares centrais não é o consumo dos bens centrais, mas a receita da venda dos bens centrais, i.e., a renda líquida (igual à renda bruta menos a produção e outros custos) que os habitantes dos lugares centrais ganham” (*apud* MELLO e SILVA, 1976, p.10). Logo, a concentração de riquezas ocorre graças à concentração das atividades prestadas aos núcleos urbanos circunvizinhos.

A hierarquia urbana pensada por Christaller apresenta aspectos análogos aos encontrados na estrutura da região implantada pela Companhia Terras Norte do Paraná. A empresa colonizadora, que inicialmente pertencia a empresários ingleses, deve ter tido acesso à obra do geógrafo alemão, ao que tudo indica o projeto de colonização foi desenvolvido sob a influência desse estudo.

O projeto implantado distinguiu os espaços urbanos segundo suas funções regionais, onde estabeleceu uma hierarquia urbana.

As cidades destinadas a se tornarem núcleos econômicos de maior importância seriam demarcadas de cem em cem quilômetros,

aproximadamente. Entre estas, distanciados de 10 e 15 quilômetros um do outro, seriam fundados os patrimônios, centros comerciais e abastecedores intermediários (COMPANHIA, 1975, p.76).

As organizações espaciais implantadas pela empresa colonizadora apresentam muitos aspectos considerados essenciais no estudo de Christaller. Quando analisou as cidades no Sul da Alemanha através de bens e serviços, Christaller considerou:

[...] os bens e serviços com limiars e alcances menos elevados serão oferecidos em um grande número de centros. Entre esses dois extremos completa-se a hierarquia das localidades centrais, ou seja, aparecem os centros intermediários de diferentes níveis oferecendo uma correspondente gama de bens e serviços (MELLO e SILVA, 1976, p.10).

Christaller identificou um nível hierárquico, condição que também foi construída no Norte do Paraná, a fim de que os produtores de café não se sentissem isolados. A estrutura espacial implantada englobou os três princípios básicos do geógrafo alemão.

O primeiro ponto da constituição do sistema de localidades centrais Christaller afirma que, “[...] é o mercado, i.e., aquele que diz respeito à distribuição espacial de bens centrais por um número mínimo de localidades centrais” (MELLO e SILVA, 1976, p.76). Em relação ao Norte Paranaense verificou-se que a economia cafeeira determinou a localização das cidades-pólos como locais de prestação e distribuição de bens e serviços mais especializados. Para serem centros regionais foram fundadas as cidades de Maringá, Londrina, Cianorte e Umuarama.

O segundo ponto “é o princípio do tráfego ou da circulação, que é o de satisfazer o máximo de demanda para o transporte como o mínimo de custos, o que vale tanto no estabelecimento do tráfego, quanto para a operação do sistema de transporte” (MELLO e SILVA, 1976, p.10).

Para atender a esse pressuposto, a Companhia estabeleceu um projeto observando as características do relevo, adequando assim o planejamento regional aos aspectos naturais. Levou-se em conta que a região apresentasse um relevo suavemente ondulado, com poucas variações. Cabe destacar que os declives suaves foram ideais para a instalação das estradas ferroviárias e rodoviárias, pois reduziram os custos do projeto.

O terceiro fundamento da obra de Christaller refere-se ao “princípio da administração, que tem como objetivo principal o da criação de uma estrutura administrativa hierarquizada em grande parte atendido de acordo com o mercado” (MELLO e SILVA, 1976, p. 10). No que se refere à administração, coube às cidades-pólos a comercialização da produção cafeeira com o mercado externo. Em relação à comercialização das safras, a colonizadora também estabeleceu algumas estratégias que foram seguidos pelos proprietários de terra, predominantemente pequenos produtores.

[...] Esse pequeno proprietário não agiria como o grande fazendeiro de café, que produzia grandes safras e as comercializava nos grandes centros, diretamente em São Paulo ou em Santos. Ele venderia [...] aos pequenos maquinistas, que por sua vez comercializavam a sua produção nas cidades maiores, já com representantes das casas exportadoras (COMPANHIA, 1975, p. 78).

Destarte, as cidades destinadas a serem localidades centrais possuíam os representantes das casas de exportação, além de outros prestadores de serviços mais especializados, cumprindo-se assim a função administrativa ressaltada por Christaller. Maringá encarregou-se de prestar bens e serviços para a região, fato que fica muito evidente quando se observa o traçado rodoviário regional, percebendo-se que o entroncamento das principais vias passa pela cidade.

Os espaços urbanos nessa região tiveram em sua gênese funções diferenciadas. “Desse modo afirma-se que a rede hierarquizada de localidades centrais constitui-se em uma forma de organização do espaço vinculado ao capitalismo, sendo, portanto, de natureza histórica” (CORRÊA, 1997, p.20).

Embora apresentem aspectos próprios, estas características são muito próximas das estudadas por Christaller na Alemanha, daí poder-se inferir que o projeto de colonização da Companhia tenha sido influenciado pela Teoria das Localidades Centrais do geógrafo alemão.

2.3.1.2. Cinturão Verde: aproximações ideológicas.

A formação do cinturão verde implantado durante a colonização no município de Maringá apresenta alguns aspectos que se assemelham aos enfocados na Teoria do Estado Isolado, do alemão Johann Heinrich Von Thünen, em 1826. Ele construiu esta teoria baseado em sua vivência de agricultor, onde observou que o transporte de mercadorias poderia inviabilizar algumas produções; por esta razão ele idealizou pressupostos de localização para a produção agrícola.

Thünen desenvolveu um projeto no qual construiu um Estado sem variações. Neste modelo foram definidas características fictícias, em que fosse estabelecida uma estrutura para a agricultura. Sobre a teoria thüniana, Mesquita afirma que, este local apresentaria uma “[...] área finita, de terra plana, arável e de fertilidade uniforme, haveria uma única e grande cidade, centralmente localizada, para a qual os agricultores encaminhariam sua produção e onde se abasteceriam de produtos manufaturados” (1978, p. 64). A população desse local apresentar-se-ia distribuída uniformemente e estaria ligada à produção agrícola. As propriedades rurais possuiriam o mesmo tamanho e todas as áreas seriam exploradas, sendo que todos os estabelecimentos seriam interligados por estradas axiais.

As características descritas no modelo de Thünen não hipotética, nenhum lugar da terra possui os aspectos descritos, contudo, “[...] trata-se, evidentemente, de uma abstração a partir da realidade, abstração necessária no sentido de classificar a atuação de uma variável, neste caso, o custo do transporte” (GEIGER, *et al.*, 1974, p.3). Cabe esclarecer que no período vivenciado por Thünen os transportes eram precários, sendo realizados por carroças puxadas por animais, e que durante as estações chuvosas a circulação de pessoas e mercadorias tornava-se difícil. Por esta razão esse autor desenvolveu um modelo em que a produção agrícola seria organizada segundo os custos de transporte e a perecibilidade da produção. Esta seria comercializada na cidade-pólo. “A cidade fornece todos os produtos manufaturados para o Estado, e este por sua vez tem de abastecer a cidade de gêneros, [...] o valor de troca destes produtos é determinado pelo preço pago pelos mesmos na cidade” (WAIBEL, 1979, p. 104).

O valor de troca, ou seja, de comercialização, seria proporcional à distância da propriedade rural ao centro urbano; logo, quanto maior a distância do centro, maiores

seriam os custos da produção e menores seriam os lucros. “Atribui-se a Johann Heinrich Von Thünen o mérito de ter denunciado o fato de que a renda gerada por um determinado uso da terra *declina à medida que a distância do mercado de consumo aumenta*” (CERON, 1976, p. 28). Cabe observar que, além deste aspecto, era considerado também o tempo de deterioração da mercadoria. Desta forma os produtos mais perecíveis e que deveriam ser consumidos frescos deveriam estar localizados próximos ao centro. A classificação destes produtos seria observada na formação de anéis circundando o núcleo urbano.

Thünen organiza o Estado isolado construindo seis anéis, que:

[...] formarão em torno da cidade círculos concêntricos [...] bem definidos, nos quais estes ou aqueles produtos representam a principal produção. Com a cultura de um ou outro produto, encarado como finalidade principal, modifica-se também toda a forma de economia, e vamos encontrar nos diferentes círculos sistemas de economia inteiramente diferentes (THÜNEN, 1826, *apud* WAIBEL, 1979, p. 104).

“Os anéis de Thünen representam todo o Cosmos dos métodos agrícolas, toda a plenitude do labor agrícola, a relação orgânica das diferentes formas de economia” (SPANN¹¹, 1928, *apud* WAIBEL, 1979, p. 111). A capacidade de pensar a agricultura enquanto um organismo permitiu a Thünen uma formulação maior, sobre qual produto seria viável em cada anel. Cabe ressaltar que, dos seis anéis, neste estudo convém focar apenas o primeiro, ou seja, o cinturão verde, objeto desta investigação.

¹¹ SPANN, Othamar. **Die haupttheorien der Volkswirtschaftslehre.** Leipzig, 1928, 18ª ed. 109-110p.

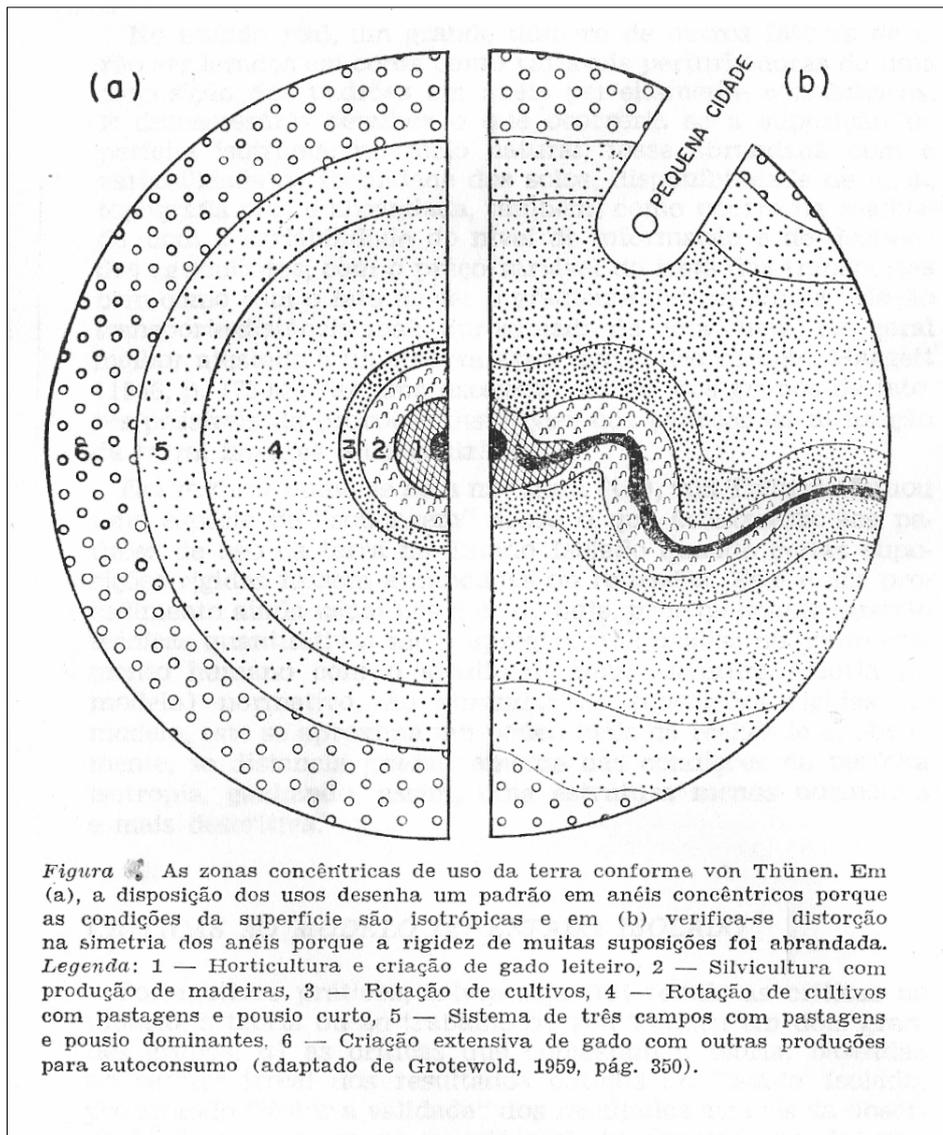


Figura 3: Modelo de Von Thünen.

Fonte: CERON (1976, p.38).

“O primeiro anel, com cerca de 1% da área do país, possui uma agricultura muito intensiva, produzindo leite e hortaliças. Na realidade, é um cinturão hortigranjeiro [...]” (DINIZ, 1984, p. 133). Este caracteriza-se pela fruticultura, horticultura, bem como pela criação de gado leiteiro.

O segundo anel é composto pela silvicultura, cuja função é abastecer o núcleo urbano de lenha, destinada à queima como forma de obtenção de energia. No terceiro anel

produz-se centeio, aveia, batata, cevada e animais para o abate. Neste local é realizada a rotação de culturas, cabendo ressaltar que neste anel o uso do solo ocorre de forma intensiva. O quarto anel apresenta os mesmos produtos cultivados no anel anterior; entretanto, esse lugar apresenta um uso extensivo do solo. No quinto anel as terras são repartidas em 3 campos, sendo o primeiro utilizado para a produção do centeio, o outro para pastoreio e o último para o pousio, pois ao término de cada ano agrícola é feita uma rotação de cultura. O sexto anel é utilizado para criação de gado de forma mais extensiva e de baixo custo de produção.

Cabe esclarecer que em torno dos anéis de Thünen existe uma floresta densa que isola essa região das demais; por este motivo esta teoria leva o qualificativo “isolado”, ou seja, “Estado isolado”. Convém lembrar que os pressupostos defendidos por Thünen não podem ser encontrados na realidade, já que se trata de um modelo hipotético. As críticas a este exemplo foram muitas, por essa razão o autor buscou adequar a teoria ao empírico, analisando assim algumas variações, como se pode observar na Figura nº 3, lado b.

Por exemplo, a inserção de um rio com potencial para a navegação altera substancialmente o quadro observado por Thünen. Percebe-se que os anéis se deformam, acompanhando o percurso do rio. Isto deve-se à possibilidade de realizar o transporte de mercadorias por hidrovia. Cabe esclarecer também que a existência de um outro núcleo urbano pode modificar o destino final da produção agrícola.

Outros aspectos podem alterar o modelo do Estado Isolado, e talvez seja esta a justificativa das modificações da teoria quando aplicada na prática.

Os estudos do professor Wilhelm Roscher¹², em 1845, procuravam observar o modelo proposto por Thünen no espaço geográfico. “Para tal comprovação, o ilustrado Roscher, que estava a par da literatura econômica, histórica e geográfica da época, apresentava-se mais apto e mais indicado que o genial inventor do princípio” (WAIBEL, 1979, p.114). Roscher, embasado na teoria do Estado Isolado, procurava evidenciar que a agricultura encontrava-se distribuída de forma aleatória, porém sua configuração espacial apresentava uma organização.

¹² ROSCHER, W. **Der grösse exakte Volkswirt der Deutschen.** In: **Georgika.** Sammlung von Abhandlungen und Vorträge für Landwirts, ed. Por Karl Birnraum, Leipzig, 1870, vol. 1.

Thünen já afirmava em seus estudos que Londres, a capital inglesa, correspondia à cidade-pólo pensada em seus estudos sobre o “Estado isolado”, e isto revela que os ingleses tiveram uma forte influência vivenciada dos estudos deste autor.

Em relação à aplicação da teoria thuniana em território inglês¹³, cabe estabelecer uma ponte entre os pressupostos de Thünen e o objeto deste estudo, ou seja, as propriedades hortigranjeiras no município de Maringá. Sabe-se que no fim do século XIX as formas de organização da agricultura foram difundidas na Inglaterra. Tudo indica que a Companhia de Terras Norte do Paraná, de origem inglesa, tenha instalado o cinturão verde nas cidades do Norte do Paraná observando os princípios de Thünen.

Durante a colonização da região, a Companhia de Terras Norte do Paraná repartiu os lotes de terra urbana, reservando as áreas circunvizinhas para a localização das propriedades de hortigranjeiros, denominando a área como “cinturão verde”.

O anel hortigranjeiro possivelmente foi um dos mais implantados dentre os de Thünen, e em diversas regiões tornou-se efetivo. Waibel (1979) fala sobre o anel verde nas cidades européias e da América Latina. Mesquita (1978) discute a obra de Thünen e destaca as aplicações do modelo thuniano na procura de regularidades empíricas na agricultura, isto em nível macro, meso e micro. Geiger *et al.* (1974) expõem a distribuição das atividades agropastoris em São Paulo e descrevem o cinturão verde no Estado. Existem outros estudiosos que descrevem os anéis de Thünen, todavia não cabe a esta análise a sistematização destas abordagens.

Em relação ao Norte Paranaense, convém observar que existem indícios de que somente o anel verde tenha sido implantado, pois esta região estava voltada principalmente para a cultura cafeeira e todos os estabelecimentos rurais foram incentivados a produzir os alimentos de subsistência. Descaracterizou-se então o modelo thuniano, segundo o qual cada anel produz um determinado produto. Além disso, o avanço dos meios de transporte facilitava o deslocamento de mercadorias, tornando então mais flexível o princípio de localização agrícola.

¹³ Um ponto deve ser destacado sobre a abordagem de Thünen na Inglaterra, em relação ao terceiro anel, ou seja, o de rotação de culturas. Segundo Waibel, a terceira categoria de anéis econômicos, isto é, aqueles de âmbito amplo, abrangendo diferentes cidades e estados, na época de Thünen, só era encontrada em torno de Londres como centro de comércio universal, conforme o próprio Thünen afirmou. A capital e toda Inglaterra eram a cidade do “Estado isolado”.

Das mudanças observadas no final do século XIX, certamente a ferrovia foi o transporte que mais contribuiu para a flexibilização do modelo de Thünen. Segundo Waibel, Sax¹⁴ foi o primeiro autor a falar sobre as transformações ocorridas na agricultura graças ao advento da estrada de ferro.

De duas maneiras as estradas de ferro modificaram os anéis de Thünen (zonas de produção). Pela redução das despesas de transporte, o diâmetro do “Estado isolado” foi sensivelmente alongado e, com isso cada anel ficou deslocado para uma distância bem maior do centro comum. O anel mais interno [o hortifrutigranjeiro], da economia livre, que antigamente, se estendia apenas em torno de algumas cidade isoladas, atualmente, [...] estende-se sobre províncias e países inteiros (WAIBEL, 1979, p.125).

Nessa região a colonização foi contemporânea à instalação das ferroviárias, o que permitiu uma redução dos custos no tocante à circulação de pessoas e mercadorias. Waibel, quando cita os estudos realizados na Alemanha, afirma que, “o barateamento e a redução de tempo de todos os transportes têm como consequência que os produtos (como leite, frutas e flores) que antigamente ficavam restritos ao primeiro anel, agora podem ser trazidos de maiores distâncias” (1979, p.126).

Esta desarticulação não ocorre somente no Norte do Paraná ou em território germânico, e sim, em diversos locais em que o anel verde se encontrava circunvizinho ao núcleo urbano. Os meios de transporte permitiram a migração destas propriedades para outros locais. Cabe lembrar ainda que as cidades não permanecem estáticas, logo, a expansão urbana foi outro fator que interferiu nos anéis de Thünen.

A expansão da área urbana afetou diretamente a organização espacial dos produtores de hortigranjeiros em Maringá, pois a desterritorialização destas propriedades revela uma nova configuração. O que antes estava concentrado na forma de um anel, próximo ao perímetro urbano, atualmente encontra-se disperso no município maringaense, bem como em cidades vizinhas. Várias das chácaras destinadas ao “cinturão verde” foram aos poucos sendo absorvidas pela cidade, dando origem a diversos bairros.

¹⁴ SAX, E. *Die Verkehrsmittel in Volks-und Staatswirtschaft*. Wiem, 1878.

3. A CRISE DO CAFÉ E A CRISE DA PEQUENA PROPRIEDADE EM MARINGÁ.

Já se prenunciavam, nos anos de 1900/1901, os primeiros sintomas de uma realidade que a crise de superprodução cafeeira, um lustro mais tarde, virá confirmar: a agricultura já não se poderia manter sem novos e mais amplos auxílios diretos do Estado e sem introduzir em seus processos de produção métodos de cultivo modernos (GUIMARÃES, A.P. 1982, p. 74).

3.1. O PROCESSO DE DESARTICULAÇÃO DA ECONOMIA CAFEIEIRA E SUAS PRINCIPAIS CAUSAS.

A colonização do Norte do Paraná foi pautada na economia cafeeira, um sistema econômico voltado para o mercado. Sabe-se que “a expansão máxima das lavouras de café, no Estado do Paraná, ocorreu por ocasião da safra de 1961/62, alcançando a área de 1.620.798ha, proporcionando uma produção de 2.555.155 t, equivalente a 58,32% da produção brasileira” (MORO, 1991, p. 63). Esse excedente de produção trouxe um desequilíbrio para a economia brasileira como um todo.

No início dos anos 1960 iniciou-se uma crise sem precedentes na cafeicultura brasileira. O mercado mundial vivia um período de excesso na oferta de café, devido à entrada da produção paranaense no comércio internacional.

O desenvolvimento da produção cafeeira no Norte do Paraná foi de tal monta que em meados da década de 1960 a região chegou a produzir aproximadamente um terço da produção mundial, cerca de metade da produção brasileira (CANCIAN, 1981). Sendo assim, o café produzido nesta região local contribuía de forma significativa para as flutuações da balança comercial internacional, pois a quantidade produzida neste recorte regional era bastante elevada. “A súbita entrada da produção paranaense na oferta de café, entre o final da década de cinquenta e início da de sessenta, foi o fator mais importante no

desequilíbrio entre a oferta e a procura, tanto a nível mundial como nacional” (CIA. DE DESENVOLVIMENTO DO PARANÁ –CODEPAR¹⁵, 1963, *apud* MORO, 1991, p. 102).

Por outro lado, não existia mercado consumidor para toda a *rubiácea* produzida, logo o Governo Federal deveria intervir, uma vez que o país comprometia boa parte das suas reservas econômicas tentando solucionar os problemas dos cafeicultores.

Sobre este período Moro afirma:

Não bastasse a superprodução brasileira para desequilibrar o mercado, os países africanos e centro-americanos firmam-se como fortes concorrentes no mercado internacional do café. Ademais nossos tradicionais parceiros comerciais possuíam estoques do produto. Assim, os preços caem significativamente no mercado mundial diante da excessiva oferta do café. Logo, como o Brasil poderia responder a seus compromissos financeiros internacionais, se o mercado do seu principal produto de exportação encontra-se em profunda crise. Seguramente, reformulando sua política econômica e por conseguinte, sua agricultura, já que desta provinha o grosso das exportações (1991, p.102).

Na história brasileira, muitas foram as medidas para amparar a produção cafeeira. As atitudes paternalistas do Estado deviam-se à importância das exportações do café para a economia brasileira, já que se tratava do nosso principal arrecadador de divisas. Num sistema econômico periférico, como era na época o Brasil, o superávit obtido nas exportações era necessário para que ocorressem investimentos internos; todavia, a exportação do café apresentava um quadro nada bom, e isto tornava necessárias medidas intervencionistas.

Cabe acrescentar que nos anos de 1960 o país consolidava os seus investimentos na indústria, por isso não estava concebida a infra-estrutura industrial necessária, para que a produção pudesse atender o mercado interno e o externo. A resposta para o problema veio na mudança da produção agrícola, e neste contexto o Governo Federal passou a implementar normas mais rigorosas para a produção cafeeira, através do GERCA – Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura (1961), desestimulando assim a cafeicultura e incentivando a produção de oleaginosas.

¹⁵ PARANÁ – Companhia de Desenvolvimento do Paraná (CODEPAR). **O Paraná e a economia cafeeira**. Curitiba. 1963. p. 344.

Segundo Moro, as normas do GERCA foram implementadas para “adequar a produção de café à demanda do mercado, o governo baseou sua política na fixação dos seguintes programas específicos” (1991, p. 67):

- programa de erradicação de cafeeiros antieconômicos;
- fixação de preços internos capazes de afastar os cafeicultores marginais;
- diversificação de culturas nas áreas liberadas pelo café.

Para a execução dos programas elaborados, o Plano Diretor do GERCA, consubstanciado no Programa de Racionalização da Cafeicultura, previu as seguintes metas principais:

- erradicação, em dois anos, de 2 bilhões de cafeeiros considerados antieconômicos (com produtividade inferior a 6 sacas beneficiadas por mil pés – média dos três anos antecedentes);
- renovação de 500 milhões de cafeeiros com bases racionais, que possibilitassem a produção de 6 milhões de sacas beneficiadas;
- diversificação de culturas nas áreas liberadas pela erradicação de café;
- investimentos na industrialização de produtos agropecuários, com vistas à solução do problema socioeconômico resultante da liberação de mão-de-obra empregada na cafeicultura (PENTEADO¹⁶ *apud* MORO, 1991, p. 68).

Além destes fatores de caráter externo, cabe ressaltar a existência de fatores estruturais brasileiros que dificultaram a permanência do pequeno produtor no meio rural, entre eles a política de desestímulo à cafeicultura e estímulo a culturas de soja, trigo e milho. Isto ocorreu porque no final da década de 1950 o país estava em crise por causa do mercado mundial de café. “Nesta oportunidade o Brasil detinha o apreciável estoque de pouco mais de 54 milhões de sacas de café, suficientes para abastecer o mercado mundial por dois anos. Além disso, somente a colheita da safra brasileira de café de 1959/1960 atingiu a fenomenal quantia de 44 milhões de sacas” (MORO, 1991, p.108).

¹⁶ PENTEADO, JUREMA . **Erradicação de cafeeiros e mobilidade da mão-de-obra agrícola no Paraná.** Curitiba, BADEP, 1973, 47p.

Assim o excesso da oferta fez com que o GERCA desenvolver um programa de erradicação dos cafeeiros antieconômicos. Além disso, estabeleceram-se preços internos que afastaram os pequenos cafeicultores, e por fim, através da política de crédito rural, foram incentivadas as pastagens e as chamadas “lavouras brancas”. Neste contexto verificou-se a introdução da modernização da agricultura, subsidiada por uma política de crédito rural que pouco beneficiou as pequenas propriedades rurais.

Sabe-se que o agricultor hortigranjeiro tem dificuldades quanto ao acesso a créditos rurais para execução da produção. Moro afirma que:

[...] o crédito rural concentrou-se nas maiores propriedades em tecnologia de produção mais intensivas de capital, nas regiões mais desenvolvidas do país e nas culturas mais tecnificadas e de maior peso da balança comercial. (MORO, 1991, p.125).

Os principais programas de crédito rural contemplam os grandes e médios agricultores de soja, trigo e milho, entre outros. As demais culturas desenvolvidas fora da lista de exportação encontram mais dificuldades nos financiamentos feitos pelo Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR). Esse fato é contrário aos objetivos específicos do crédito rural previstos na Lei 4826/65, artigo 3º, linha III, que estabelece como objetivo “possibilitar o fortalecimento econômico dos produtores rurais, notadamente pequenos e médios” (BOBBIO, 1965, p. 1576). Logo, o repasse de recursos públicos para os agricultores menores deveria ser prioritário, devido à sua função social.

Não obstante, os pequenos agricultores não se tornaram público alvo das políticas de crédito rural, e uma vez preterido deste processo, este grupo não conseguiu executar uma série de modificações necessárias para adequar a produção aos novos moldes agrícolas, tornando-se inviável sua permanência no meio rural, enquanto produtor agrícola.

A concentração dos recursos financeiros no Brasil foi um fato presente na zona rural, principalmente na região Centro-sul do país. Os agricultores com unidades produtivas de pequena dimensão não tiveram seus direitos assegurados, não conseguindo assim investir em sua produção. Numa sociedade capitalista, voltada para o mercado, o produtor que não investe constantemente em sua propriedade está excluído do processo produtivo, destarte muitos foram os eliminados do campo diante deste procedimento.

A exemplo dos pequenos produtores que atuam em outros setores, a produção hortigranjeira não era público alvo da política de crédito rural, bem como, num contexto de crise, a pequena propriedade cafeeira também não foi atendida conforme suas necessidades; assim, tornava-se difícil a sobrevivência do pequeno produtor. “Se culturas e produtores foram atingidos diferencialmente pelo capital agro-industrial e por políticas de crédito oficial, o processo de produção e de trabalho também o foi” (SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, 1985, p. 06-07).

Fleischfresser (1988) afirma que durante o período de instalação das práticas modernas na agricultura houve um grande impulso no desenvolvimento do setor industrial que está a montante e a jusante do setor agrícola, com especial ênfase para as empresas voltadas para as exportações.

Por fim, cabe destacar que, durante a década de setenta, as culturas da soja e do trigo, junto com as do café e da cana-de-açúcar desfrutaram de uma posição privilegiada na obtenção de recursos do crédito rural instituído pelo governo. Sistemáticamente, o crédito de custeio - que envolvia maior soma de recursos - concentrava-se em produtos como o café, a soja, o trigo e a cana-de-açúcar (PINTO, 1981).

Em relação à produção canavieira, Andrade (1994) afirma que depois da intervenção governamental através do programa Proálcool, as pequenas produções e as pequenas destilarias foram desaparecendo do meio rural, a exemplo das áreas ocupadas por café, onde ocorreu uma concentração fundiária.

Expansão semelhante se deu no Norte do Paraná, que fora colonizado nos meados do século XX dentro de um sistema planejado e destinado à produção de café e algodão, com áreas de pecuária também. Havia aí uma expressiva desconcentração da propriedade da terra, e os colonos se organizavam em cooperativas que funcionavam com grande eficiência, em ritmo moderno e em caráter empresarial. O ciclo do café foi curto. Nos anos 70, ele foi substituído pela cultura do trigo e da soja, altamente mecanizada. Assim, o Norte do Paraná teve uma rápida mudança da cultura dominante, até 1979, começou a se expandir com grande intensidade a cultura da cana. A princípio houve tentativas experimentais, com grupos econômicos de outros estados montando usinas, mas, com o Proálcool, a partir de 1979, começou a febre de implantação de destilarias autônomas, e as cooperativas ingressaram na atividade. Surgiram então, em menos de dez anos, 31 destilarias, sendo 15 pertencentes a cooperativas que atuam com um parque industrial de beneficiamento de vários produtos agrícolas. Algumas cooperativas tiveram prejuízo e abandonaram a atividade, seja por encerramento da produção de álcool

seja por absorção de cooperativas maiores, que não só mantêm a produção alcooleira como projetam diversificar o uso da cana, produzindo açúcar (ANDRADE, 1994, p. 62).

Além das alterações já citadas, contribuiu também para a mudança conservadora na agricultura a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural em 1963. Antes de entrar no mérito da questão, deve ser feita uma consideração. Prevalcia na Região Norte do Paraná o regime de trabalho com base no colonato, na parceria e meação; as relações de trabalho eram pautadas nestas formas. Quando a legislação brasileira estabeleceu que o trabalhador rural possuiria os mesmos direitos trabalhistas que o urbano, muitos dos fazendeiros do período optaram pela eliminação de formas de contrato que pudessem onerar os custos da produção, e assim inúmeras famílias foram dispensadas do campo, embora muitas estejam ainda ligadas as atividades agrícolas. Na verdade as alterações contribuíram para transferir o local de moradia do trabalhador, bem como precarizou a qualidade de vida destas pessoas.

Cabe lembrar que, desde a ocupação definitiva do Norte do Paraná inúmeras foram as pessoas que se destinaram a trabalhar nas atividades rurais.

[...] é neste período que vai ocorrer a ocupação definitiva da região. Com o incremento verificado na cafeicultura regional, um grande contingente de pessoas chega à região especialmente para trabalhar no café. Vários personagens fazem parte da cafeicultura: os empreiteiros formadores de café, derrubadores de mata vindos do nordeste; antigos colonos paulistas e mineiros, agora proprietários; os próprios colonos vindos das fazendas paulistas em decadência; imigrantes estrangeiros instalados em pequenas propriedades e também grandes fazendeiros (SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, 1985, p. 26).

Assim, o campo possuía um número maior de habitantes que a cidade. Em 1970, ano em que principia a modernização da agricultura no Norte do Paraná, existiam na região 1.022.167 habitantes urbanos e 1.937.069 habitantes rurais (IBGE, 1970). Estes valores revelam que o número de pessoas vivendo na zona rural era significativamente superior ao da zona urbana. Então, quando ocorreram as transformações no campo elas foram mais acentuadas na região em foco.

Em relação às formas de contrato de trabalho, convém lembrar que o colonato prevaleceu nas grandes propriedades, e os trabalhadores classificados como parceiros e meeiros foram maioria nas pequenas propriedades. Em relação ao primeiro grupo,

inicialmente os proprietários de terra contratavam estes trabalhadores para desbravarem a região, derrubando a mata e efetuando a plantação dos cafeeiros. Em grande parte os contratos variavam entre 6 e 8 anos.

Tão logo terminassem os contratos, os fazendeiros contratavam colonos¹⁷, no sentido de garantir a continuidade da exploração e finalmente obterem ganhos através das colheitas do café. Preferia-se na época o sistema de colonato, em moldes semelhantes do sistema paulista, pela disponibilidade desse tipo de mão-de-obra na região, além de o pagamento ser feito somente uma parte em dinheiro e outra parte através dos produtos cultivados pelos colonos (SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, 1985, p. 28).

Já as propriedades rurais de pequena e média dimensão optavam por relações de trabalho em que as responsabilidades eram compartilhadas pelos proprietários do lote rural. Assim, prevaleceu a parceria e a meação.

Estudo do Ipardes deixa evidente este fato quando relata que:

Se essas duas categorias, formador e colono, eram mais comuns nas grandes fazendas de café, nas pequenas propriedades, além do produtor e sua família estava presente com grande expressão a figura do parceiro, também um produtor familiar, e as suas formas variantes, o porcentageiro e o meeiro (SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, 1985, p. 29-30).

Tanto os colonos como os porcentageiros, os meeiros, os parceiros e os pequenos produtores não esperavam ociosos o início das colheitas cafeeiras. Eles trabalhavam nas lavouras de subsistência, criavam animais, plantavam frutas e hortaliças. Segundo Cancian (1981), a ocupação possuía uma organização rural bastante eficiente, sendo estruturada desta forma:

Dado a necessidade imperiosa de auto-suficiência alimentar e de algum excedente que pudesse comercializar, principalmente os pequenos lavradores, portanto a pequena propriedade, continha um pouco de tudo. Os cafeeiros eram plantados nos lugares mais altos, menos sujeitos a geadas; próximo a um córrego ou mina d'água situava-se a residência.

¹⁷ O colonato apresenta-se como uma relação social mista, combinando características de trabalhador assalariado (recebe um salário pelos seus serviços) com outras de pequeno produtor familiar (já que produz diretamente os meios de subsistência).

Perto, localizava-se pequeno pasto, mangueirões para a criação de porcos, pomar, horta e lavouras temporárias: milho, arroz, feijão, algodão, de acordo com as necessidades familiares e do pequeno mercado local, das cidades nascentes, a qual abastecia. Enquanto os cafezais eram novos, permitiam a cultura intercalar de cereais, posteriormente, era-lhe destinada área própria (1981, p.95).

A produção de subsistência era designada para o consumo, porém os poucos excedentes eram comercializados na área urbana. Cabe apontar também que, independentemente do tamanho e da localização da propriedade, os agricultores desse período produziam os alimentos consumidos no dia-a-dia. Deste modo, muitos dos estabelecimentos destinados ao cinturão verde durante a colonização perderam sua função econômica, uma vez que, como já foi citado, o mercado consumidor era inferior à demanda.

Neste contexto de relações de trabalho percebe-se que o Estatuto do Trabalhador Rural, embora tenha representado conquistas importantes para os trabalhadores rurais tais como: direito a férias, 13º salário e descanso semanal remunerado, que antes eram privilégios dos trabalhadores urbanos, acabaram gerando o seu efeito contrário, na medida em que os proprietários rurais em sua maior parte não estavam estruturados para incorporar e aplicar as novas normas trabalhistas. Isto porque toda a renda provinha da comercialização da colheita do café ou era obtida com a venda de parte da produção de subsistência colhida nas plantações intercaladas com os pés de café, ou com a comercialização de outros produtos. Assim, quando os proprietários tomaram ciência de que deveriam pagar uma série de encargos para permanecer com um trabalhador rural, eles resistiram às novas determinações optando pela substituição da cultura permanente do café por uma temporária e mecanizada, que utilizasse pouca mão-de-obra.

Além destes fatores estruturais, as geadas também contribuíram para agravar a situação de crise observada na produção paranaense. Estas desestimulavam o cafeicultor, pois “os danos e prejuízos causados pelas geadas – 1963, 1967, e posteriormente 1969, 1972 e 1975” (MORO, 1980, p. 82) eram entraves constantes para os produtores, que não se sentiam estimulados a continuar a produzir. Além disso, eles ainda tinham que enfrentar os problemas dos baixos preços no mercado interno e o confisco cambial do café¹⁸ que retia parte da produção.

¹⁸ Segundo Moro (1980), no período entre 1953 e 1961, foram impostas taxações sobre o preço do café, adotando-se assim um sistema de taxas múltiplas de câmbio (Instrução nº 70 da SUMOC - Superintendência de Moeda e do Crédito). As autoridades monetárias estabeleceram que as taxações cambiais provenientes da

Por volta de 1968, a maioria das lavouras de café da região de Maringá estava em declínio, em decorrência dos maus-tratos e desinteresse dos cafeicultores, não só em função dos preços desestimulantes do mercado, mas também pela elevação sistemática do confisco cambial (MORO, 1980). As taxações impostas pelo confisco no Estado do Paraná frearam o crescimento da produção cafeeira, pois o rigoroso controle dos preços, e a cota de contribuição (percentual cobrado pelo confisco) sobre a produção de café trouxeram aos produtores enormes dificuldades.

Para agravar o quadro, o agricultor enfrentava a proliferação da broca dos cafeeiros e ataques sucessivos da ferrugem, que acabavam por comprometer a qualidade e o rendimento do produto. Neste contexto de adversidades, quando ocorreu a grande geada de 1975 os produtores não tiveram mais dúvidas de que a melhor solução seria a substituição do café. Em poucos anos o parque cafeeiro do Norte do Paraná foi substituído por uma paisagem composta basicamente de soja, trigo e milho.

As circunstâncias que cingiram a substituição das culturas no Norte do Paraná e o período que envolveu o processo de transição para a modernização conservadora interessam a este estudo sobre a produção hortigranjeira, na medida em que as transformações vivenciadas trouxeram ao campo a redução do número de pequenas propriedades. Muitos dos aspectos levantados constituem elementos que dificultaram a permanência do homem no campo.

A crise instalada no meio rural inicia um processo de migração sem precedentes, pois os pequenos produtores não conseguem se inserir no mercado, dadas as conjunturas já apontadas ao longo deste texto. A terra, que é o principal meio deste grupo, neste quadro é uma mercadoria, não é um recurso suficiente para o agricultor, na medida em que este não possui os meios necessários para produzir. Produz quem tem capital para adequar sua propriedade. A zona rural torna-se “locus” do capital, e sendo assim, a capitalização da produção agrícola passa a ser mais um fator para expropriação e exclusão do pequeno produtor.

Sobre isto, Serra (1991) afirma que a:

exportação de café seriam negociadas à taxa de mercado-livre e sobre a negociação dessas cambiais seria recolhida uma quota de contribuição comumente chamada de “Confisco Cambial”, destinada ao Fundo de Reserva do Café, medida que a longo prazo contribuiria para tornar os preços do café desestimulantes para os cafeicultores.

Uma diferença fundamental entre a situação anterior, em que o trabalhador era dono dos meios de produção e inclusive de sua força de trabalho, e a nova situação, em que os meios de produção e a força de trabalho passam para o controle do capitalista, é que a terra, que era terra de trabalho, de produção familiar, passa, como num toque de mágica, a ser terra de negócio. A propriedade agrícola passa a liberar grandes contingentes de mão-de-obra, o que contribuiu para que já nos primeiros anos da década de 1960 surjam legiões de trabalhadores sem terra em todo território paranaense [...] (1991, p.156-157).

O esvaziamento do campo inicia-se na década de 1960 e prossegue ao longo dos anos de 1970 e 1980. A mobilidade espacial constante acarretava a necessidade de ampliação dos espaços físicos nas cidades. Isto decorria de uma política do estado que privilegiava os grandes e médios produtores rurais; a migração ocorrida no Norte Paranaense, com destaque para Maringá, deveu-se principalmente à saída das pessoas do campo para a cidade. Para exemplificar pode-se afirmar que em 1960 em Maringá havia 56539 habitantes rurais e 47592 habitantes urbanos totalizando 104131 habitantes, porém em 2000 foram registrados 288465 habitantes, sendo deste 4673 habitantes rurais e 283792 habitantes urbanos (IBGE, 1960 e 2000), explicitando desta forma, o processo migratório. Havia um conflito de interesses entre o Estado, que é pressionado pelos grandes produtores, e os pequenos agricultores, que são empurrados para as periferias urbanas.

Assim, o crescimento horizontal torna-se inevitável, pois à proporção que os produtores expropriados não possuem recursos financeiros, passam a viver nos locais mais distantes do núcleo urbano, sem infra-estrutura básica que garanta uma boa qualidade de vida, continuando assim excluídos do sistema capitalista.

Cabe apontar nesta análise como se entende o conceito de periferia neste estudo. Para isto considera-se a abordagem de Moura e Ultramari (1996), que ressaltam:

A noção de periferia refere-se a um lugar longe, afastado de algum ponto central. Todavia, esse entendimento meramente geométrico não corresponde totalmente a verdadeira relação entre centro e periferia das cidades. Neste caso, os afastamentos não são quantificáveis apenas pelas distâncias físicas que há entre os dois, mas, sim revelados pelas condições sociais de vida que evidenciam nítida desigualdade entre os moradores dessas regiões da cidade. (MOURA; ULTRAMARI, 1996, p.12).

A periferia surge então como espaço da população excluída, reflexo das desigualdades sociais do sistema capitalista de produção. Neste espaço é que vão se alojar as populações que embora expulsas do campo, se mantiveram ligados a ele através do trabalho volante. Estas pessoas vivem nas cidades, mas trabalham no campo; no entanto esta condição não foi sua escolha.

A ampliação das periferias decorreu da redução da população rural, observada após as constantes crises da produção cafeeira. Sabe-se que este período migratório provocou o surgimento de novos loteamentos, que levaram à ampliação do perímetro urbano.

Quando observa-se este processo no município de Maringá verifica-se que a expansão horizontal da cidade deu-se em áreas destinadas ao cinturão verde; sendo assim, a desterritorialização destas propriedades decorreu do mesmo processo que gerou os novos loteamentos. Por isso é bastante significativo observar como ocorreram os fatos referentes à agricultura paranaense, para identificar como estes eventos estão intimamente ligados com a mobilidade ocorrida no Estado, e por conseqüência, com a expansão urbana das cidades surgida da necessidade de alojar esta população rural.

3.2. A EXPANSÃO URBANA E A INCORPORAÇÃO DE ÁREAS DO ANEL VERDE.

A desterritorialização do anel verde de Maringá deve-se ao processo de expansão urbana, que após constante processo de crescimento horizontal trouxe uma nova configuração às propriedades hortigranjeiras, desarticulando assim o projeto implantado pela Companhia de Terras Norte do Paraná.

Para dimensionar este processo torna-se relevante observar as primeiras características do espaço urbano maringaense, prestando atenção ao período de implantação de seu núcleo urbano, que é contemporâneo à instalação do cinturão verde. Esta análise possibilita a identificação do papel destes espaços durante o processo do desenvolvimento municipal.

O crescimento físico maringaense deve-se em grande parte a sua posição central na região. Esse papel de destaque em nível regional trouxe a ampliação das atividades econômicas na cidade, a qual, por sua vez, atraiu também um fluxo demográfico

significativo, que demandou a ampliação do perímetro urbano, contribuindo assim para a incorporação do anel verde ao espaço urbano. Neste quadro, deve ser destacado também o papel dos incorporadores imobiliários, que interferiram no processo de urbanização das cidades paranaenses. Será ressaltada a ação destes agentes sobre as áreas do anel verde, concluindo-se desta forma a análise da expansão urbana correlacionada com a desterritorialização da produção hortigranjeira em Maringá.

3.2.1. Considerações sobre o espaço urbano de Maringá: implantação de seu núcleo urbano.

Em virtude de sua privilegiada situação geográfica, Maringá tornou-se desde logo um dos principais núcleos urbanos fundados pela Companhia de Terras Norte do Paraná. A cidade era circundada por terras férteis e próprias para o cultivo do café, com uma área agrícola de influência de mais de 300.000 alqueires (LUZ, 2001).

A povoação iniciou-se por volta de 1938, na área hoje conhecida como Maringá Velho. A partir dos primeiros anos da década de 1940 começaram a ser erguidas as primeiras edificações propriamente urbanas, que se destinavam a atividades comerciais e de prestação de serviços como hospedagem dos colonos recém-chegados. Em 1942 foi instalado o primeiro hotel, o Hotel Maringá, de propriedade da empresa colonizadora.

Maringá foi desenhada obedecendo ao projeto urbanístico de Jorge de Macedo Vieira. Seu traçado pode ser observado na Figura 4. Na planta, que considera ao máximo as características topográficas da região escolhida e revela a preocupação com a preservação das áreas verdes, podem-se visualizar as amplas ruas, avenidas e praças. Nos contratos com produtores da zona rural existiam cláusulas que estabeleciam que em 10% da propriedade deveriam ser preservadas áreas de matas.

No ato da aquisição, era assinado um compromisso de compra e venda em que o comprador se obrigava a conservar 10% da propriedade adquirida com área floresta; esta cláusula não foi cumprida, salvo nas áreas reservadas pela companhia para sua própria exploração (LUZ, 1997, p. 41)

Jorge de Macedo Vieira e sua equipe planejaram uma cidade em desenho avançado para o período, distribuída da seguinte forma: uma avenida principal - a Avenida Brasil - que corta a cidade em Norte e Sul. Ao lado desta via principal de circulação instalaram-se quarteirões rigorosamente planejados, subdivididos em datas (terrenos menores), que constituem as diversas zonas para atender às várias finalidades, a saber: zonas residenciais destinadas à classe média e zonas populares; zona industrial; centro cívico; aeroporto; estádio municipal; núcleos sociais e o comércio; Este é concentrado na zona 1, onde se localizam os edifícios públicos do Centro Cívico: Prefeitura Municipal, Fórum, Biblioteca Municipal e Agência dos Correios e Telégrafos.

A partir do projeto original, como se pode observar na Figura 4, ficaram visíveis as preocupações da companhia com as áreas residenciais, distinguidas em zonas de alto, médio e baixo padrão, bem como o estabelecimento de espaços para a indústria e o comércio. Deste modo ficava decidida com antecipação a função dessas diversas zonas urbanas.

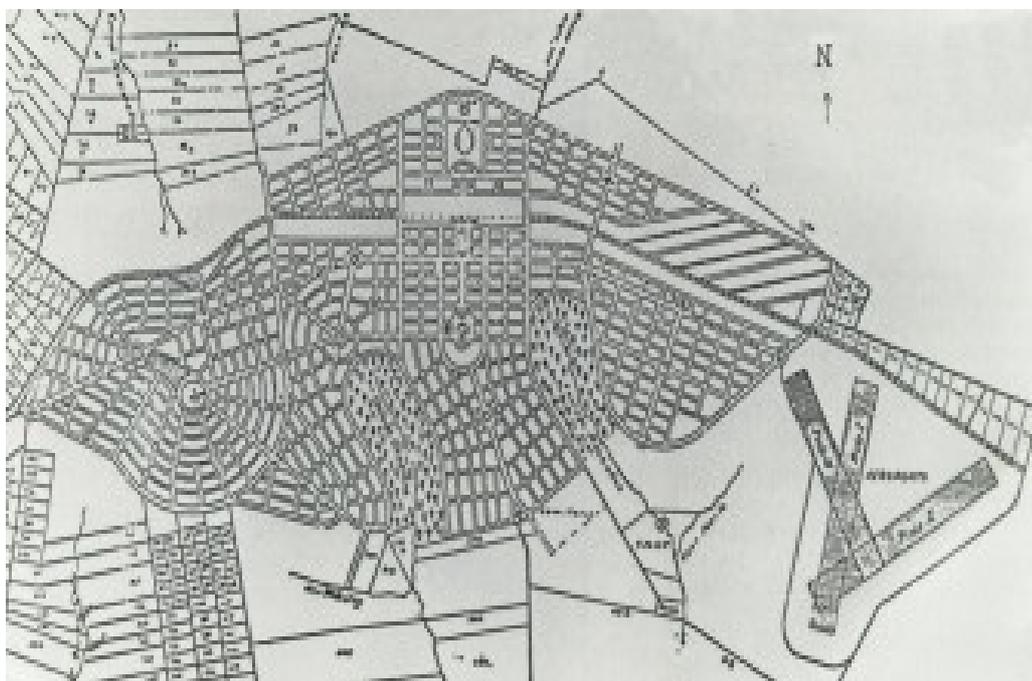


Figura 4: Traçado de Maringá.

Fonte: Internet.

A planta inicial já surge com uma raia divisória entre os bairros, embora estes limites fossem estabelecidos de forma que a descrição fosse sua principal característica. Em relação ao marco divisório, Negri (2001) afirma:

O marco divisório entre os setores da cidade pode ser identificado por um símbolo, uma rua, um rio, uma área verde, ou simplesmente nada aparente que possa dar uma conotação de divisão de classes. Assim, um bairro nobre pode ser separado de um bairro operário por um bosque, como é o caso de Maringá-PR, onde o bairro de classe alta denominado de Zona 02, é separado de outro chamado Vila Operária por um parque quase natural. Vale ressaltar que esta divisão foi implementada previamente durante o planejamento urbano da cidade. Há ainda, algumas cidades brasileiras que possuem cemitérios com usos e valores distintos, que demonstra o viés da segregação urbana até mesmo após a morte, como é o caso de São Paulo, Maringá, Londrina, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, entre outras (NEGRI, 2001, p. 74).

Assim, o projeto do espaço urbano maringaense surge segregando as pessoas em determinados locais segundo o padrão econômico, separadas pela ferrovia. Destarte, ao sul da linha férrea, no centro da cidade implantou a zona de comércio e de prestação de serviços. Em direção ao sul fixou-se um bairro de alto padrão, o qual é separado dos bairros de classe baixa e média respectivamente pelo Parque do Ingá e o Bosque dos Pioneiros. Na região ao norte da ferrovia foi inserido um loteamento para pessoas de médio padrão. A Figura 5 evidencia a planta urbanística da cidade segundo o padrão econômico do período.

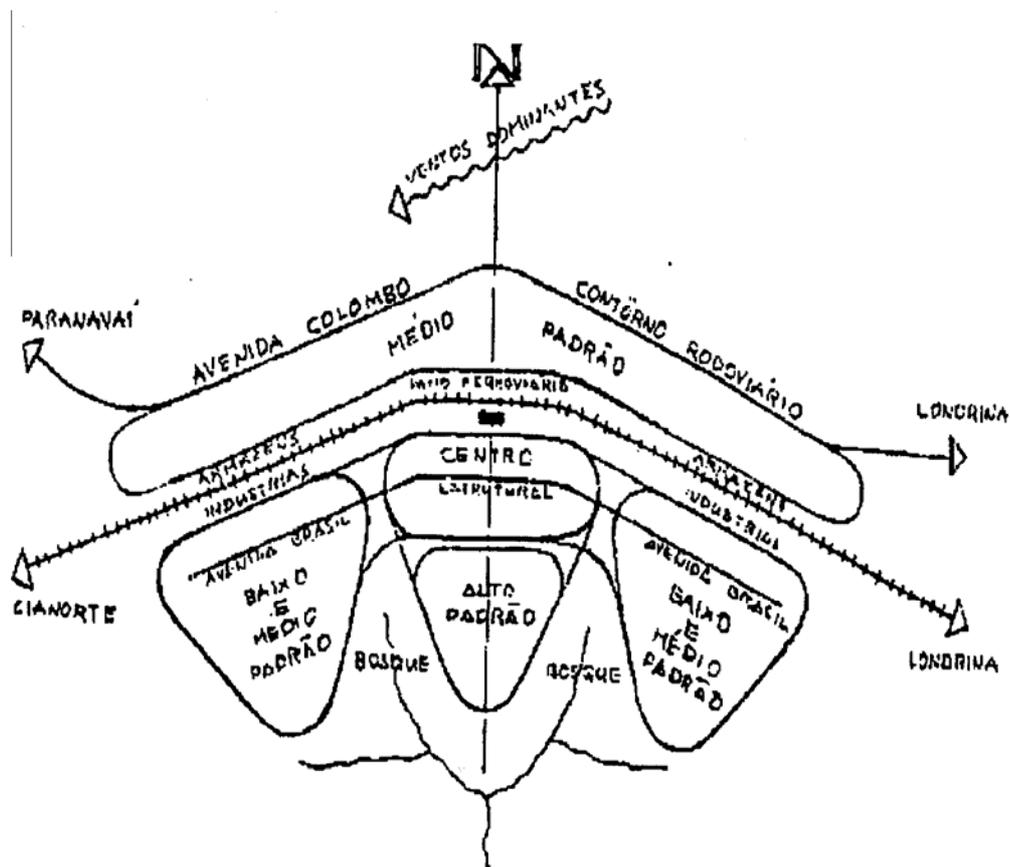


Figura 5: Planta Urbanística da Cidade de Maringá – Segundo o padrão econômico.
Fonte: Mendes (1992).

Em outras palavras, existe uma segregação residencial na cidade que deve ser entendida como uma expressão espacial de classes sociais, as quais se distribuem no território segundo a renda. Não se pode perder de vista, porém, que as classes dominantes controlam o mercado de terras urbanas e suburbanas, através da denominada incorporação imobiliária e pela construção civil. Em decorrência, elas possuem um poder sobre a organização e a produção de espaços urbanos, através dos loteamentos periféricos, conduzindo à segregação de outros grupos sociais, direcionando-os assim a se estabelecer nas áreas mais distantes, ou mesmo em cidades vizinhas, como Sarandi. Reconhecido isto, pode-se então falar, como aponta Roberto Correa, em auto-segregação e segregação imposta.

Em realidade pode-se falar em auto-segregação e segregação imposta, a primeira referindo-se à segregação da classe dominante, e a segunda à dos grupos sociais cujas opções de como e onde morar são pequenas e nulas.

A segregação assim redimensionada aparece com um duplo papel, o de ser um meio de manutenção dos privilégios por parte da classe dominante e o de um meio de controle social por mesma classe sobre os grupos sociais, especialmente a classe operária e o exército industrial de reserva. Este controle está diretamente vinculado à necessidade de se manter grupos sociais desempenhando papéis que lhe são destinados dentro da divisão social do trabalho, papéis que implicam em relações antagônicas de classe, papéis impostos pela classe dominante que precisa controlar um grande segmento da sociedade, não apenas no presente mas também no futuro, pois se torna necessário que se reproduzam as relações sociais de produção (CORRÊA, 1999, p. 64).

A segregação espacial é um processo inerente às cidades, o qual nasce e se desenvolve com ela; porém deve-se procurar soluções para a redução destas diferenças. Em Maringá o processo de divisão do espaço urbano ocorre de forma desigual, ocasionando em alguns momentos expansão de locais cuja qualidade de vida é bastante precária.

Convém ressaltar que o espaço urbano de Maringá, como o de todo o Norte do Paraná, é testemunho de um rápido desenvolvimento urbano. Tal fato deveu-se à colonização, feita de forma organizada, em que esteve presente a atuação da iniciativa privada.

Paralelamente à implantação do núcleo urbano de Maringá ocorreu a instalação do cinturão verde, cujo objetivo era abastecer os pioneiros com alimentos de horta e com produtos de viveiro. Não obstante, como já foi ressaltado, este projeto recebeu pouco apoio, o que comprometeu o seu desenvolvimento. Convém, no entanto, observar que a fixação da zona urbana maringaense e a expansão horizontal da cidade interferiram na desterritorialização das propriedades hortigranjeiras.

Dados do censo demográfico comprovam esta afirmação. Em 1960 eram 56.539 os habitantes rurais e 47.592 os habitantes urbanos, perfazendo um total de 104.131. Com o crescimento econômico maringaense, os fluxos migratórios intensificaram-se, principalmente após a modernização da agricultura na década de 1970. Sendo assim, em 2000 Maringá não apresentava mais uma população tipicamente rural: do total de 288.465 habitantes, 4.673 eram rurais e 283.792 urbanos. Esses dados revelam que o espaço urbano do município sofreu um forte fluxo migratório, tanto da sua própria zona rural como das cidades menores que formam sua região metropolitana.

A mobilidade espacial da população tem sempre uma força motriz. O conteúdo urbano, existente em cada núcleo de uma rede urbana, constitui

um forte determinante desta dinâmica. Os pequenos núcleos urbanos, outrora fundamentais no atendimento da população rural, têm os seus papéis estagnados e, até mesmo, reduzidos. Esse processo desencadeia desemprego, desvalorização dos imóveis, ou seja, uma econômica localmente recessiva (ENDLICH, 1998, p. 160).

Ao considerar o Estado do Paraná pode-se perceber que a maior concentração populacional ocorre na Região Metropolitana de Curitiba e na região do Norte Central, como se pode observar na Figura 6.

As aglomerações demográficas nas regiões observadas na Figura devem-se a dois fatores principais: a migração campo - cidade e a mobilidade de cidades pequenas para núcleos urbanos maiores.

Um fato importante a ser ressaltado é que entre as décadas de 1960 e 1970 a região, que tinha como base econômica o complexo cafeeiro, passou gradativamente para a produção de soja e de trigo. Essa modificação trouxe mudanças profundas no meio rural e urbano, pois as novas culturas exigiram uma mecanização das lavouras e menos pessoas nos campos, ocasionando a concentração fundiária e o êxodo rural.

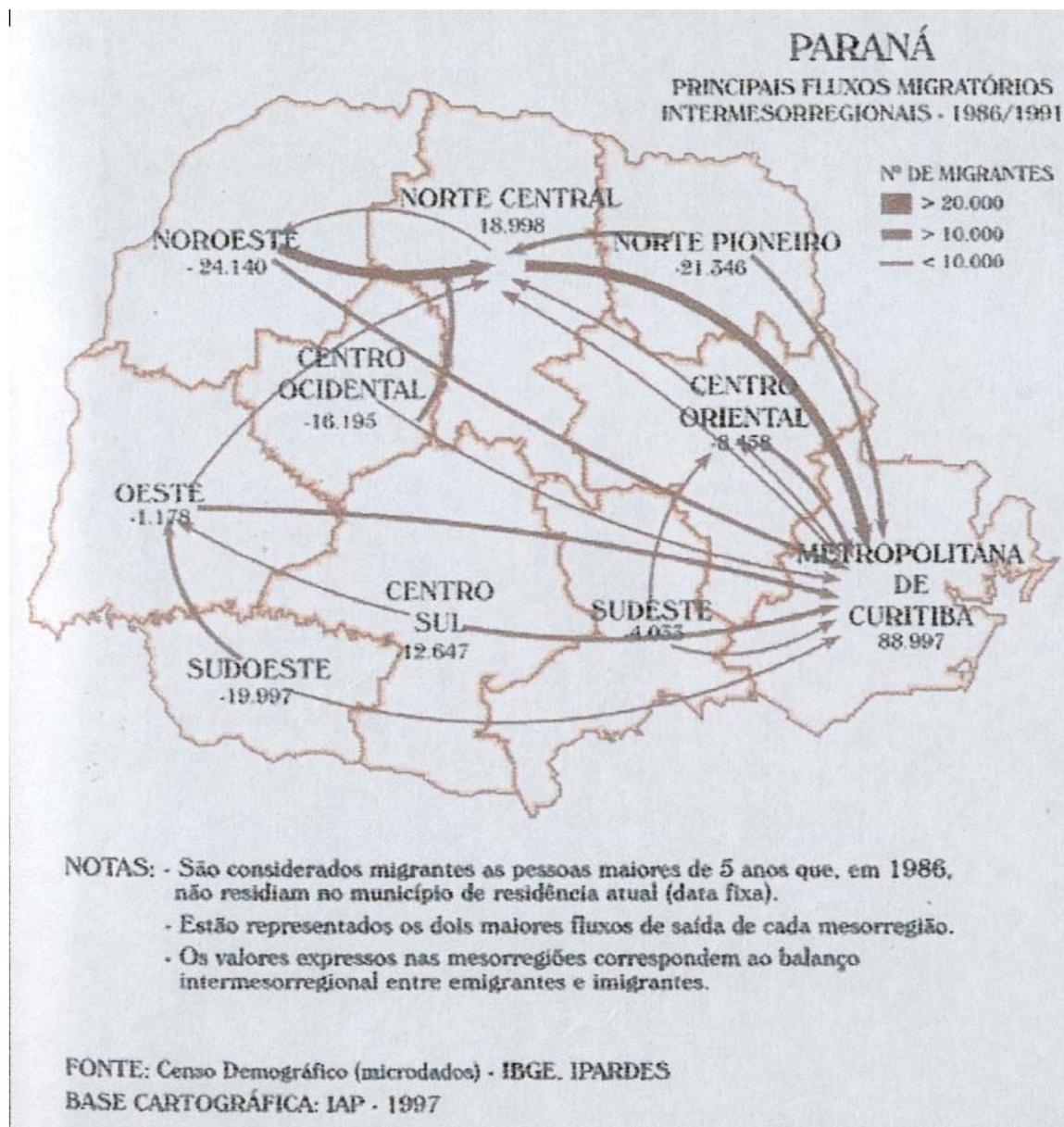


Figura 6: Principais fluxos migratórios intermesorregionais –PR, 1986/1991.

Fonte: Negri (2001).

A tendência de mobilidade após esse período era o êxodo rural, pois se implantava no meio rural um novo padrão agrícola; logo, o movimento de deslocamento para as cidades mais próximas, neste contexto, tornava-se um processo de exclusão. Sobre isto Rocha afirma:

A dimensão compulsória da mobilidade é forte indicador. Além da expulsão dos pequenos proprietários do campo, constituindo um forte contingente de

força de trabalho que se deslocam para os espaços urbanos, verifica-se hoje, o crescimento do trabalhador rural assalariado, numa expressiva situação de instabilidade e desemprego. Reproduz-se uma *mobilidade forçada* [grifo do autor], determinada em última instância pela luta de classe e pela exploração capitalista do trabalho. (1999: p.76.).

Na década de 1970 o crescimento demográfico do espaço urbano do município foi um reflexo da crise do café, ou seja, as dificuldades observadas no contexto cafeeiro iniciaram um processo de migração. Desta forma, a urbanização neste caso ocorreu em condições precárias, uma vez que Maringá, a exemplo das demais cidades brasileiras, não estava preparada para uma expansão horizontal tão acelerada, feita por uma população empobrecida que não tinha recursos financeiros para se manter nas cidades.

O primeiro plano diretor alertava sobre a expansão desordenada de Maringá:

Nos últimos anos, principalmente, acentuava-se concomitantemente à existência dos fatores de atração da cidade, aqueles resultante da expulsão rural provocada basicamente pela queda na absorção de mão-de-obra, face aos programas de erradicação do café e sua substituição por culturas de menor densidade de ocupação. Este fenômeno vem provocando, em termos físicos, a formação de agrupamentos habitacionais com baixíssimas normas urbanísticas e ainda, em raros pontos, embriões de favelas; e em termos econômicos, a pressão do aumento da oferta de mão-de-obra, com a conseqüente inchação do setor terciário, mediante o sub-emprego e execução de tarefas de baixa produtividade social (MARINGÁ, [197-],: p.38).

Não obstante, as políticas municipais de transferência das áreas pobres de Maringá eliminaram os focos de favelas no município, deslocando esta população para cidades vizinhas, como, por exemplo, Sarandi e Paiçandu.

O Plano Diretor de Desenvolvimento do Município de Maringá (2000) vem confirmar que foi na década de 1970 que Maringá passou por um ritmo extraordinário de crescimento, derivado das transformações da base agrícola regional, devido à substituição de culturas e modernização da agricultura, que tiveram como uma de suas conseqüências o aumento da população urbana e diminuição da população rural. Assim, a antiga propriedade da época do café, pequena e geralmente dirigida pela mão-de-obra familiar, transformou-se na propriedade mecanizada, apresentando pouca mão-de-obra, voltada às modernas técnicas de produção (MORO, 1998).

Segundo Mendes e Benaduce (1990), a ocupação e a organização do espaço no Norte do Paraná foram um reflexo do desenvolvimento do modo de produção capitalista com vistas à acumulação de capital com a produção agrícola e/ou com a urbanização. Assim, a colonização de Maringá, do ponto de vista econômico, realmente foi um sucesso.

3.2.2. Expansão urbana de Maringá correlacionada com a desterritorialização do anel verde.

Ao falar-se de expansão urbana torna-se necessário observar que são diversos os fatores que interferem no crescimento de uma cidade. Sobre isto Mendes e Benaduce (1990) afirmam:

São várias as concepções sobre o crescimento das cidades e sobre as aglomerações urbanas. A concepção clássica de urbanização atribui comumente a transferência cada vez maior da população do campo às cidades, tendo como pano de fundo a indústria. Tal fato que certamente provoca uma intensa transformação da divisão social do trabalho, ou seja, a população ativa da agricultura para a população ativa do setor manufatureiro e de serviços (1990, p. 31).

Quando se analisa a expansão urbana no município de Maringá é preciso ressaltar que o fator determinante da mobilidade populacional deu-se a partir da transferência da população rural para os núcleos urbanos, ocasionada pela introdução do novo modelo de produção agrícola, como já foi ressaltado neste estudo. Sendo assim, convém notar que em 1960 os setores secundário e terciário respondiam por apenas 8,07% e 35,23%, respectivamente, da produção da cidade maringaense. Neste contexto não se pode afirmar que as pessoas tenham vindo para o espaço urbano atraídas pela urbanização e a industrialização, mas vieram, por não terem mais para onde ir.

Estes migrantes, ao chegarem a este local, deparavam-se com uma cidade bastante segregadora, fruto do modo de produção capitalista. Inúmeras foram as pessoas que tentaram residir nesta cidade, porém foram “expulsas” deste espaço por não possuírem recursos financeiros para permanecer neste local, o que resultou numa mobilidade em direção às cidades da região metropolitana, com destaque para Sarandi e Paiçandu.

Todavia, quando se investiga a evolução populacional do município de Maringá entre 1960 e 2000, fica claro um constante aumento da população urbana em detrimento da população rural, apresentando-se sempre um acréscimo da população total como pode-se verificar no Quadro-2.

Quadro 2- Evolução da População Urbana, Rural e Total do Município de Maringá-PR.

Maringá	1960	1970	1980	1991	2000
População Urbana	47.592	100.100	160.689	234.079	283.792
População Rural	56.539	21.274	7.550	6.213	4.673
População Total	104.131	121.374	168.239	240.292	288.465

Fonte: IBGE, Censos Demográficos, 1960, 1970, 1980, 1991 e 2000.

Em 1960 a população rural representava 56,30% do total de pessoas residentes em Maringá; porém, com as alterações do campo decorrentes da modernização da agricultura tem-se uma inversão deste quadro ao longo dos anos, decaindo a população rural para 17,53% em 1970, para 4,49% em 1980, para 2,58% em 1990 e para 1,63% em 2000. Estes valores comprovam uma constante transferência da população rural para o meio urbano, demandando assim a ampliação dos espaços físicos. Destarte tem-se a incorporação do cinturão verde ao perímetro urbano. A desterritorialização do anel verde deveu-se também ao vertiginoso crescimento populacional.

Sobre a mobilidade ocorrida em Maringá, Endlich afirma que inicialmente tem-se um tipo de migração que:

[...] envolve diversos fluxos originados no campo ou nas cidades menores para as cidades maiores. A produção agrícola recebida pelas cooperativas agropecuárias e agroindustriais constituem a matéria-prima para o funcionamento das mesmas. As pessoas que saíram desses lugares em busca de sobrevivência formam a mão-de-obra barata e excedente nos grandes e médios centros urbanos. Finalmente, o capital drenado através do sistema bancário e comercial (ENDLICH, 1998, p. 157).

Assim, com o desenvolvimento das atividades secundárias e terciárias ocorrido no município de Maringá a partir da década de 1970 como se pode observar no quadro-3, tem-se um incremento populacional ocasionado pela transferência da população das pequenas cidades da região para o município maringaense, como se observou na Figura 6, onde se

identificou uma concentração demográfica em duas regiões paranaense: a Região Metropolitana de Curitiba e o eixo Londrina - Maringá. Em relação à última região convém ressaltar que o crescimento da população urbana ocorreu nas cidades-pólos, ou seja, Maringá e Londrina, sendo que nos municípios circunvizinhos ocorreu o esvaziamento, apresentando estes assim uma taxa demográfica negativa.

Ao estudar a região de Maringá, Endlich afiança:

Além disso, a tendência dos movimentos migratórios recentes não é da mesma natureza da existente nas décadas anteriores, caracterizadas pelo êxodo rural. A mobilidade geográfica de pessoas do campo para a cidade ainda não se esgotou completamente, entretanto ressalta-se, no momento atual, a migração interurbana. No caso da região em questão, esta mobilidade decorre a partir dos municípios com pequenos núcleos para os maiores daí as taxas negativas de crescimento da população (ENDLICH, 1998, p. 160).

A migração interurbana é responsável de maneira bastante significativa pelo crescimento da população em Maringá. A população urbana representava 45,70%, 82,47%, 95,51%, 97,42% e 98,37% da população total nos anos de 1960, 1970, 1980, 1991 e 2000 respectivamente. Esse acréscimo na população urbana deve-se em grande parte à vinda de milhares de pessoas dos menores municípios para Maringá, e após a década de 1970 deve-se não somente à modernização da agricultura, mas também ao desenvolvimento das indústrias, do comércio e dos estabelecimentos de prestação de serviços no espaço urbano maringaense. Nascida para ser um pólo regional, essa cidade consolida sua posição regional.

Sobre as migrações de âmbito interno no Brasil, Becker faz algumas inferências sobre a tipologia dos deslocamentos. A autora afirma que os “intensos fluxos de caráter rural-urbano ocorreram nas décadas de 50 e 60, representativos de um período marcado por crescente concentração fundiária e pela industrialização nos grandes centros urbanos do Sudeste Brasileiro” (BECKER, 1997, p.321). As ocupações na região estudada deve-se a expansão da fronteira agrícola, caracterizando então uma migração rural; depois, com a crise da produção cafeeira, que acarretaria a introdução da modernização do campo, principiam os deslocamentos no sentido rural - urbano, observando-se a saída da população rural para os espaços urbanos. Não obstante, o desenvolvimento das cidades paranaenses

não ocorreu de forma igual; sendo assim, teve início outro processo migratório, que ainda se dá entre os pequenos núcleos urbanos e as cidades-pólo.

A mobilidade populacional decorre principalmente da busca constante pela sobrevivência, ou seja, da constante procura por um emprego; assim sendo, serão mais intensos os fluxos para os locais que polarizam as atividades industriais, comerciais e de prestação de serviços, ou seja, as cidades-pólo. Para entender como este processo acontece torna-se necessário observar a evolução da mão-de-obra ocupada de acordo com os setores da economia de Maringá entre 1960 e 2000.

Quando se observa a mão-de-obra empregada no município de Maringá percebe-se um aumento das atividades tipicamente urbanas, a saber, as classificadas nos setores secundário e terciário.

Quadro 3- Evolução da mão-de-obra ocupada de acordo com os setores da economia de Maringá – 1960-2000.

Setor	1960		1970		1980		1990		2000	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Primário	18.754	56,7	9.461	23,43	5.634	8,45	2.403	5	5.224	3,32
Secundário	2.669	8,07	6.028	14,93	14.748	22,11	24.597	23	56.786	36,1
Terciário	11.650	35,23	24.896	61,64	46.308	69,44	77.000	72	95.280	60,58
TOTAL	33.073	100	403.855	100	66.690	100	104.000	100	157.290	100

Fonte: MENDES, C.M. (1992); FIGUEIREDO, L.C. (1997); Conselho de Desenvolvimento de Maringá - CODEM (2001).

Adaptado de: NEGRI, S.M. (2001).

Quando se analisa o quadro-3 de evolução da mão-de-obra empregada no município de Maringá, nota-se uma inversão do mercado de trabalho dos setores econômicos ao longo do tempo. Em 1960, o setor primário¹⁹, ou seja, a agricultura, era responsável por 56,7% dos trabalhadores ocupados; todavia, com a industrialização da agricultura percebe-se uma inversão neste quadro. Isso não significa que a produtividade agrícola no município tenha se reduzido drasticamente (Ver quadro3). O que se pode observar é uma radical

¹⁹ Cabe ressaltar que, os termos primários, secundários e Terciários estão em desuso, pois, não correspondem mais as expressões fiéis da realidade, entretanto eles foram considerados nesta análise, uma vez que, é muito complexo estabelecer um parâmetro para os mesmos, já que nem sempre encontra-se valores que permitam construir uma relação de equivalência.

Deve-se ter claro que estas relações alteraram-se, no caso da agricultura percebemos que comparar os valores da agrícolas com as do agronegócio evidencia que o termo primário não se enquadra, quando diz-se que o PIB da agricultura corresponde hipoteticamente a 3% do total, está-se desprezando os 8% que são gerados durante as negociações do agronegócio, que não deixa de ser uma atividade agrícola.

transformação do setor agrícola, que utiliza um número menor de empregados, porque passou a utilizar as máquinas, o que reduz drasticamente o total de pessoas dedicadas às atividades rurais. Na verdade o que ocorreu foi uma transferência dos locais de comercialização da produção agrícola, a qual passou a ser processada em cooperativas e em agroindústrias. Isto contribuiu significativamente para a elevação do setor secundário no município, que representava 8,07% em 1960 e elevou-se, ao longo do tempo, para 36,1%, acréscimo que se deveu à industrialização da agricultura (Ver quadro 3).

A subordinação da agricultura ao setor industrial faz com que a produção não esteja direcionada somente para o comércio, mas também a indústria, propiciando assim a formação dos complexos agroindustriais²⁰. Estas empresas atualmente encontram-se a montante e a jusante das atividades agropecuárias.

Sobre as agroindústrias Endlich (1998) destaca que, “além das cooperativas ingressarem na produção agroindustrial, outras empresas instalaram-se na região, principalmente em Maringá. A presença dessas indústrias transformou o padrão e o volume da produção agropecuária” (1998, p.75). Neste contexto os agricultores perdem sua autonomia, uma vez que, introduzidos os novos modelos, passam a atender à demanda e ao ritmo da produção da indústria.

Além da centralização das cooperativas e das agroindústrias em Maringá, ocorreu também a concentração das atividades de comércio e de prestação de serviços. Desde a colonização o município possuía a função de abastecer a população regional com produtos de necessidades básicas até aos mais especializados. Sobre isto Luz afirma:

Por sua posição geográfica, que a tornava ponto de convergência e apoio para a penetração no oeste e noroeste do Estado, Maringá logo se tornou importante centro de comercialização de produtos agrícolas, notadamente de café e cereais, que procediam da vasta região agrícola que a circunda, atraindo os habitantes da zona rural para ali venderem a sua produção e comprarem as mercadorias de que necessitavam. (LUZ, 1997, p. 94-95).

²⁰ Complexo agroindustrial são “as relações intersetoriais da agricultura com os demais setores da economia. A eles atribui-se o termo agribusiness, conceito que integra os agentes de cada elo das cadeias produtivas, partindo do mercado de insumos e fatores de produção (antes da porteira), passando pela unidade agrícola produtiva (dentro da porteira) e indo até o processamento e distribuição (depois da porteira) dos produtos pertencentes ao complexo agroindustrial” (DAVIS; GOLDBERG, 1957 *apud* NUNES; CONTINI, 2001, P.31).

Como a cidade foi fundada como centro-pólo, já em 1960 o setor de comércio e de prestação de serviços respondia por 35,25% da mão-de-obra empregada no município; porém com o desenvolvimento das atividades econômicas tanto do município como da região polarizada por Maringá, esta cidade vai progressivamente firmando o seu papel de capital regional. Este valor é comprovado quando se constata que em 2000 o setor terciário totalizava 60,58% dos trabalhadores empregados formalmente, revelando assim um aumento de 71,86% da mão-de-obra. Cabe ressaltar que os dados observados se referem aos valores oficiais. Na verdade acredita-se que o número de trabalhadores ocupados em Maringá seja superior a 157.290 pessoas, porém, não existem dados que comprovem as atividades informais na cidade (NEGRI, 2001).

O crescimento das atividades econômicas, observado pelo aumento do número de pessoas empregadas em Maringá, trouxe a necessidade de ampliação dos espaços físicos no município, pressionando assim a ampliação do perímetro urbano, e por consequência tem-se a desterritorialização do anel verde. A cada nova ampliação no espaço urbano as propriedades hortigranjeiras foram se deslocando para outras regiões da zona rural maringaense, bem como para municípios vizinhos.

3.2.2.1. Incorporadores imobiliários: as ações no espaço urbano de Maringá.

O dinamismo da cidade deve-se as características do projeto desenvolvido durante a implantação do espaço urbano maringaense, que atraiu uma série de empreendedoras que efetivaram o loteamento de muitas glebas rurais próximo à cidade. As ações dos agentes imobiliários contribuíram de maneira significativa para a organização da malha urbana.

Existem cinco agentes que promovem o espaço urbano, a saber: os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais de excluídos. Todavia, convém ressaltar neste estudo as ações dos promotores imobiliários. Estes constituem um grupo de agentes que efetivam incorporação parcial ou total do solo urbano (CORRÊA, 1999). Para a execução destas atividades este conjunto realiza seis principais tipos de ação no espaço urbano, a saber:

- a) incorporação, que é a operação-chave da promoção imobiliária; o incorporador realiza a gestão do capital-dinheiro na fase de sua transformação em mercadoria, em imóveis; a localização, o tamanho das unidades e a qualidade do prédio a ser construído são definidos na incorporação, assim como as decisões de quem vai construí-lo, a propaganda e a venda das unidades;
- b) financiamento, ou seja, a partir da formação de recursos monetários provenientes de pessoas físicas e jurídicas, verifica-se de acordo com o incorporador, o investimento visando à compra do terreno e à construção do imóvel;
- c) estudo técnico, realizado por economistas e arquitetos, visando verificar a viabilidade técnica da obra dentro de parâmetros definidos anteriormente pelo incorporador e à luz do código de obras;
- d) construção ou produção física do imóvel, que se verifica pela atuação de firmas construtoras; e
- e) comercialização ou transformação do capital-mercadoria em capital-dinheiro, agora acrescido de lucros; os corretores, os planejadores de vendas e os profissionais de propaganda são os responsáveis por esta operação (CORRÊA, 1999, p. 19-20).

As ações dos promotores imobiliários são segregadoras, pois neste conjunto de atividades executadas tais ações estão basicamente voltadas para as pessoas com poder aquisitivo, estando então os desprovidos de recursos excluídos deste processo. Sendo assim, a formação de bairros residenciais destinados a pessoas de baixo padrão econômico localiza-se prioritariamente nas periferias urbanas.

Numa sociedade capitalista não há interesse na produção de habitações para grupos mais pobres, uma vez que estes possuem poucos recursos para arcar com a compra de unidades de habitação. Neste contexto, quando a população rural inicia o processo de migração campo - cidade essa população é direcionada para as áreas mais periféricas do núcleo urbano. Maringá não foge a esta regra, e ainda empurra sua população carente para os municípios vizinhos, como Paiçandu e Sarandi.

Quando se pensa nas primeiras ações dos promotores imobiliários na cidade estudada, percebe-se que os agentes do setor imobiliário, buscando atender à demanda por imóveis, compram os lotes das áreas circunvizinhas da zona urbana de Maringá, muitos dos quais estavam enquadrados na área do anel verde. Neste contexto, muitos produtores de hortigranjeiros optaram por vender suas propriedades.

A partir do momento em que o mercado imobiliário adquire propriedades que formam o cinturão verde, aquele inicia o processo de desterritorialização da produção nestes locais, pois quando os agentes imobiliários conseguem a aquisição destes lotes,

passam a reivindicar junto aos órgãos municipais a ampliação do perímetro urbano, para que assim possam subdividir e comercializar os lotes daí resultantes. Neste quadro, observa-se claramente a disputa de poder pelo espaço geográfico. Os horticultores lutam pela permanência daquele lugar como uma zona rural, e o setor imobiliário pela transformação daqueles locais em espaço urbano. Nesta disputa de poder vencem quase sempre os que possuem maiores rendas, logo, os detentores do capital.

No jogo de interesses entre produtores e agentes imobiliários, os primeiros saem perdendo, e os que resistem são expropriados, pois quando as áreas da produção hortigranjeiras são anexadas à zona urbana elas passam a sofrer taxaões tipicamente urbanas, que são maiores que os impostos cobrados na zona rural. Desta forma, os agricultores que permanecem no meio urbano vivenciam muitos entraves durante a comercialização, tornando-se, portanto, pouco competitivos no mercado.

As dificuldades da produção hortigranjeira devem-se à diferenciação de preços que ocorrerá após a incorporação do anel verde à zona urbana. Por exemplo, o produtor de número 1, que reside na zona rural, calculará o preço final de sua mercadoria considerando os totais gastos com insumos agrícolas, sendo este de valor A, mais o trabalho realizado, sendo este B; logo, o preço de seus produtos será a somatória de $A + B = C$ e desta forma o resultado seria C. Porém, o produtor de número 2, que reside na zona urbana, tem alguns gastos em comum, como insumos (A) e trabalho efetivado (B); mas, além destes, o horticultor teria que agregar ao cálculo outros valores como água, luz, e IPTU -Imposto Territorial Urbano, que pode ser considerado Y; logo, o valor de sua mercadoria teria como base de cálculo $A + B + Y = D$. Certamente os seus produtos possuiriam um preço maior, inviabilizando sua permanência no mercado. Não restara ao produtor outra saída a não ser a venda de seu lote, o que traz como consequência a dispersão da produção pela zona rural de Maringá e de municípios vizinhos à sua região metropolitana.

A dispersão populacional fica evidenciada também a partir da análise da expansão urbana sobre as áreas designadas ao cinturão verde, como pode-se observar no Quadro-4.

Quadro 4- Expansão urbana sobre áreas do cinturão verde.

Período	Loteamentos
1954-1963	13
1964-1973	05
1974-1983	16
1984-1985	01

Fonte: Mendes; Benaduce (1990).

Entre 1954 e 1963 na área norte teve-se a ocupação da Vila Santo Antônio, bairro que acredita-se ser um dos primeiros lotes hortigranjeiros desterritorializados. Ainda nesse período, na parte sudoeste ocorreram o loteamento da Vila Regina, Vila Ipiranga, Jardim Guararapes. Vila Cafelândia, parte do Jardim Santa Rita e Parque Anchieta. Na zona 02 teve-se a divisão e o loteamento da Vila Cleópatra, Jardim Cerro Azul e parte do Jardim Taubaté. No sentido oeste ocorreu a ocupação do Jardim das Nações e Laudicéia, no sentido noroeste foi a vez do Jardim Mandacaru, Vila Progresso, Jardim Montreal. Este momento histórico foi o de maior incorporação dos locais destinados às áreas hortigranjeiras. Estas encontravam-se na região periférica do espaço urbano, sendo assim, as pressões imobiliárias neste locais eram mais intensas, tanto para a comercialização dos lotes para as empreendedoras locais como para anexação destas áreas ao perímetro urbano.

É bom lembrar que “nesse período, ocorreu também o loteamento de área fora do perímetro urbano, induzindo o crescimento da cidade para a região Norte” (PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINGÁ, 1996, p.99). Estas ações imobiliárias pressionavam a administração pública para ampliar o perímetro urbano, e estas pressões ocasionavam dificuldades para o anel verde, que passou a ver suas áreas rodeadas de residências urbanas, perdendo assim as características rurais.

A incorporação imobiliária, atuando na formação de novos bairros em Maringá, trouxe uma ampliação significativa da área urbana construída. Cabe ressaltar que a este estudo interessa destacar somente os bairros que foram fixados em locais destinados ao cinturão verde, mesmo que se tenha observado a presença de apenas uma unidade produtiva.

Prosseguindo, entre 1964 e 1973 o crescimento de lotes urbanos expandiu-se pelos lugares mais afastados da parte central maringaense, mostrando assim uma continuidade no crescimento horizontal. Neste período foram loteados o Parque Residencial Aeroporto, a sudoeste

parte do jardim das Nações, o Parque Rio Branco e área próximas ao Bosque 02; no sentido norte-noroeste teve-se a instalação do campus da UEM (Universidade Estadual de Maringá).

“A década de 70 foi o período de maior expansão territorial em Maringá, com a ocupação ocorrendo de forma praticamente uniforme nas áreas periféricas” (PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINGÁ, 1990, p. 99). Para se ter uma dimensão da magnitude deste momento é necessário observar que 34,47% dos loteamentos aprovados pela prefeitura durante as décadas de 1940 e 1995 são correspondente aos anos de 1970 a 1979.

O crescimento da malha urbana em 1970 deveu-se à crise da produção cafeeira, quando as dificuldades vivenciadas pelos produtores fizeram com que estes abandonassem o campo indo para as cidades. Este momento histórico é marcado por um fluxo demográfico intenso, pois a cafeicultura enfrentava uma série de obstáculos, tais como o preço baixo do café no mercado externo, as restrições impostas pelo GERCA, falta de recursos financeiros, as doenças nos parques cafeeiros, as geadas, entre outros fatores, que contribuíram para a substituição do café pela soja, trigo, milho e algodão. Portanto, quando a transformação da produção agrícola efetiva-se, principia-se uma mobilidade no sentido campo - cidade, já que a mecanização da agricultura se consolida com os novos produtos cultivados, liberando assim a mão-de-obra do campo, que passa a viver nas cidades.

Entre 1974 e 1983 continuou a instalação dos loteamentos, que não somente ultrapassaram os locais destinados ao anel verde, mas em alguns casos atingiram os limites municipais, ocorrendo assim o processo de conurbação entre Maringá e Sarandi. Entretanto, convém ressaltar os locais cuja incorporação urbana atingiu propriedades do cinturão verde. Neste sentido ocorreu a ocupação de parte do Parque Residencial Aeroporto, do Jardim Bertiooga mais a sudeste; na região sul ocorreram loteamentos nas áreas entre os córregos Cleópatra e Moscados e parte do Jardim Emília; a sudoeste loteou-se o Jardim Iguazu, o Parque Itaipu ao longo da rodovia Pr 13.; instalou-se também o Jardim Ivamar. A oeste-noroeste ocupou-se o jardim Ouro-Cola, o Parque Bandeirantes, o Jardim Bandeirantes, o Jardim Kosmos, as Chácaras Estilo, o Jardim Montreal; a noroeste o Jardim Monte Carlo, o Jardim Maravilha e a Vila Progresso.

Negri, quando investiga a expansão urbana na cidade de Maringá como um todo, afirma que a urbanização “se acelerou em 1974, seguindo já o dinamismo da modernização agrícola, impondo a migração rural/urbana [...]” (2001, p. 117).

Entre 1984 a 1985 tem-se a ocupação das áreas periféricas, encontrando-se estas bastante afastadas do centro urbano Esses bairros se apresentaram neste período “sem uma continuidade (ligação) entre uma área e outra. A parte que mais se destaca toma direcionamento a sudeste, principalmente nas áreas próximas ao parque Industrial ao longo das rodovias” (MENDES; BENADUCE, 1990, p. 70). Como se pode observar, o crescimento urbano já não está próximo à região delimitada no projeto de ocupação do núcleo urbano para o anel verde, pois este crescimento exacerbado continua a pressionar a expulsão do produtor hortigranjeiro para locais.

Como se percebe, ao longo dos anos o cinturão verde foi progressivamente desaparecendo ou deslocando-se para outros territórios, devido a uma série de pressões imobiliárias e incorporações urbanas ocorridas em Maringá, desviando-se assim do plano piloto traçado por Jorge de Macedo Viera. Com relação a isso Mendes e Benaduce (1990) afirmam:

Com a elevação do distrito de Maringá a município em 1951 a Companhia apesar de todo o planejamento espacial e a venda de lotes não teve controle adequado sobre a ocupação da cidade, frente ao rápido e dinâmico processo de ocupação. Tal contexto decorreu da não existência de um plano paralelo, atrelado a uma política de implantação urbana, fato esse que levou à perda do controle da urbanização da cidade (MENDES; BENADUCE, 1990, p.43).

A falta de um planejamento alternativo trouxe a desterritorialização da produção hortigranjeira, pois à medida que não existe nenhuma diretriz estabelecendo outra região para os produtores, estes se deslocam ao seu bel-prazer. Assim sendo, o que antes estava concentrado num formato de anel próximo ao núcleo urbano, atualmente encontra-se disperso pelo município de Maringá, bem como em outros municípios vizinhos.

“Neste período já emergem questões oriundas do mercado imobiliário, distorcendo o plano inicial, aquelas ligadas ao próprio processo de ocupação da região e a mentalidade que determinam um valor fictício muito elevado da terra urbana” (MENDES; BENADUCE, 1990, p. 44). Conforme se elevam os preços das áreas destinadas ao anel verde, agora já incorporadas ao perímetro urbano, aumentam também as pressões imobiliárias. Sendo assim, não resta ao horticultor outra saída senão a venda de sua propriedade, concluindo-se assim o processo de desterritorialização e iniciando-se um outro, o de reterritorialização.

3.3. O NOVO MODELO AGRÍCOLA, A CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA E A CRISE DA PEQUENA PROPRIEDADE EM MARINGÁ.

A implantação do novo modelo agrícola surgiu a partir das sucessivas crises da produção cafeeira. As novas práticas foram implementadas na agricultura brasileira, tendo como objetivo transformar as atividades rurais tidas como “atrasadas” em formas mais modernas.

A partir de 1960 iniciaram-se as alterações na base técnica de produção agrícola no Norte do Paraná, alterando assim a paisagem rural. Estas modificações foram reflexo do aprofundamento do modo capitalista de produção no meio rural, destarte tem-se a subordinação da agricultura ao setor industrial. Assim, as novas práticas nada mais são que um processo capitalista de evolução dos meios de produção.

O longo processo de transformação da base técnica – chamado de modernização – culmina, pois, na própria industrialização da agricultura. Esse processo representa na verdade a subordinação da Natureza ao capital que, gradativamente, liberta o processo de produção agropecuária das condições naturais dadas, passando a fabricá-las sempre que se fizerem necessárias (GRAZIANO da SILVA, 1998, p. 3).

As novas tecnologias implantadas no campo evidenciam a introdução do capital no meio rural e as conseqüentes transformações que esta entrada ocasiona, principalmente ao nível da produção: concentração da propriedade da terra; desemprego rural em decorrência da elevação do padrão técnico da agricultura; migrações inter-regionais; subordinação da agricultura ao setor industrial; proletarização da mão-de-obra rural, através da expropriação e expulsão do pequeno produtor do campo. Assim, a modernização agrícola traz consigo as dificuldades enfrentadas pelos agricultores, adversidades que eliminaram muitas pessoas do campo.

Sobre isto, Fleischfresser afirma que:

Nos anos 70, as alterações na base produtiva da agricultura foram de tal forma expressivas que mudaram radicalmente o movimento que marcou a trajetória da população rural nas três décadas anteriores. Entre 1940 e 1970, a população rural cresceu a altas taxas, apresentando um saldo migratório positivo de aproximadamente 2.800 mil habitantes. Em apenas uma década, 1970-80, o saldo migratório foi negativo em cerca de 2.600 mil pessoas (1988, p. 21).

O êxodo rural pode até ser considerado uma das mais graves conseqüências das novas práticas agrícolas; porém, antes de aprofundar nos resultados da modernização em si, cabe observar as circunstâncias que precederam estes fatos, observando-se o período brasileiro que principiou a ruptura nos moldes de produção da agricultura no Brasil.

O país passava por um momento de crise gerado pela cafeicultura – “responsável pela arrecadação de divisas” – como já foi exposto; logo, a solução dos problemas econômicos estava na descoberta de uma nova mercadoria, que propiciasse dividendos positivos à economia. Neste contexto passou-se a incentivar a industrialização, bem como a modernização da agricultura.

A conjuntura brasileira muda, pois o preço do café deixava de ser um atrativo para a continuação dos cultivos, fazendo com que muitos dos cafeicultores desistissem de produzir a rubiácea e abandonassem esta atividade no Paraná.

Quando se analisa este período percebe-se que no espaço paranaense houve transformações quanto à forma de produção. Estas modificações sucederam em função de uma conjuntura econômica desfavorável à cafeicultura, porém bastante atrativa para a produção da soja. Sabe-se que tanto o mercado interno como o externo requisitavam este produto.

Nesse período o mercado externo vivenciava um momento de falta da soja, havia uma procura bastante significativa, com tendência a elevação. Sobre isto Moro (1980) afirma que o mercado era favorável à acelerada expansão da área cultivada com soja, devido à carência, no mercado mundial, especialmente de farelos e torta, assim como do produto em grão.

Já no mercado interno a ampliação da produção de soja deu-se pela formação das grandes agroindústrias e cooperativas; o Estado do Paraná merece destaque quanto à produção de óleos vegetais.

A indústria de óleos vegetais no Paraná passou a ter a soja como parte da matéria-prima para obtenção de óleo a partir de 1954. Entretanto, sua importância como fonte de matéria-prima para exportação de óleos vegetais cresce após a década de 1970, o que em parte explica o rápido crescimento da produção de soja (SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, 1985, p. 66).

Neste contexto, a situação do mercado favoreceu a incorporação de meios de origem industrial no campo. Assim, a modernização da agricultura foi concretizada. A “produção agropecuária deixa, assim, de ser uma esperança ao sabor das forças da natureza para se converter numa certeza sob o comando do capital” (GRAZIANO da SILVA, 1998, p. 4).

O comando passa progressivamente ao capital, através do uso de meios de produção, como as máquinas, os fertilizantes, os canais de irrigação e de drenagem. Em outras palavras, a produtividade do trabalho é aumentada “artificialmente”, ou seja, ela não depende mais apenas das condições naturais em que se realiza a produção agrícola. O próprio capital cria essas condições, controla e desperta as forças da Natureza, tornando a produção agrícola mais intensiva sob o seu domínio (GRAZIANO da SILVA, 1981, p. 24).

Uma análise da formação ou acumulação de capital no setor agrícola constitui-se obrigatoriamente numa investigação sobre a introdução do capital no campo. A capitalização deste processo trouxe mudanças à estrutura fundiária paranaense. Esta passa a sofrer os impactos da denominada “Revolução Verde”, que nada mais é que a entrada de técnicas mecânicas, químicas e biológicas, tidas como modernas nas atividades produtivas do campo, “que resultam num aumento significativo da produtividade do trabalho e da terra empregados no processo de produção” (CODESUL, 1979, p. 25). Esta realidade levou a zona rural à subordinação ao grande capital industrial, concretizando-se assim a industrialização agrícola. “[...] Em resumo, todo o progresso das técnicas de produção representa antes de mais nada um *progresso das técnicas capitalistas de produção*, do processo de valorização do capital” (GRAZIANO da SILVA, 1981, p. 24).

[...] A industrialização da agricultura representa não apenas mudanças nas relações do Homem com a Natureza mas também nas relações sociais de produção e com seus instrumentos de trabalho (ferramentas, máquinas e equipamentos, insumos e matérias-primas etc.) [...] (GRAZIANO da SILVA, 1998, p. 4).

Ao averiguar o setor agrícola no Paraná, percebe-se que este possui uma dinâmica própria, como observou Graziano da Silva:

A partir do final da década de 60 e com maior vigor durante a de 70, agricultura paranaense entra no processo de sua modernização considerada parcial, conservadora e dolorosa. Parcial porque se limitou a algumas regiões

do país a alguns produtores específicos e a certas fases da organização da produção. Conservadora porque não rompeu com a tradicional concentração fundiária, isto é, da posse da terra. Dolorosa porque concorreu para espolar no campo milhares de pessoas ligadas às atividades agropecuárias, acentuando o êxodo rural e a miséria (1982, p. 49).

O modo como se processou a modernização conservadora no Estado do Paraná fez surgir uma diferenciação regional; esta, por sua vez, evidencia as conseqüências socioeconômicas vivenciadas pelos produtores rurais. “Evidentemente, este processo não é nem pacífico, e muito menos homogêneo e linear” (GRAZIANO da SILVA, 1981, p. 28).

Antes das modificações da base técnica a agricultura estava pautada em atividades rurais dotadas de uma alta concentração de mão-de-obra, cujo destaque era a produção cafeeira. Cabe lembrar que a região Norte do Paraná tinha uma organização fundiária focada na pequena propriedade, tipo de configuração espacial que possibilitava a permanência de grande população no campo. A zona rural desse período possuía muitos figurantes, como parceiros, colonos, arrendatários, meeiros e proprietários.

Segundo dados levantados pelo IBC/OEA a população das propriedades cafeeiras do Paraná em 1961 era de 1.455.253 pessoas. Esse número significa nada mais nada menos que 46,4% da população rural do Estado e 31,8% da população total, atestando a predominância da lavoura cafeeira na produção agrícola paranaense, que coincide com o ápice da produção paranaense, no início dos anos 60 (SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, 1985, p. 35).

Sendo assim, a desterritorialização da produção cafeeira ocasionou a proletarização do trabalhador rural. Sabe-se que o capital reproduz a pequena propriedade nos períodos em que a sua reprodução não vislumbra outras alternativas; porém, quando novas soluções são alcançadas, desfaz-se a relação anterior. Então, quando o campo passa a incorporar as práticas da modernização da agricultura, através da utilização de inovações técnicas, as relações existentes na propriedade alteram-se. Porém, antes de discutir estas modificações, convém lembrar as definições de inovações tecnológicas de Graziano da Silva. Este autor afirma que as inovações que acompanham o progresso tecnológico na agricultura, do ponto de vista do processo capitalista de produção, podem ser sintetizadas em três:

- a) inovações mecânicas, que afetam de modo particular a intensidade e o ritmo da jornada de trabalho;
- b) inovações físico-químicas que modificam as condições naturais do solo, elevando a produtividade do trabalho aplicado a esse meio de produção básico;
- c) inovações biológicas, que afetam principalmente a velocidade da rotação do capital adiantado no processo produtivo, através da redução do período de produção, e da potenciação dos efeitos das inovações das mecânicas e físico-químicas (GRAZIANO da SILVA, 1981, p. 32).

O pacote de inovações utilizado no campo possibilitou um aumento de produtividade. Sem dúvida os produtores que utilizaram essas técnicas tiveram um incremento significativo em seu processo de acumulação capitalista; entretanto, nesta investigação o foco principal é a pequena propriedade e suas modificações decorrentes deste processo. Assim, quando se analisa as novas práticas agrícolas procura-se detectar como estas foram implantadas nas pequenas áreas.

A mecanização na agricultura foi uma das estratégias do pacote tecnológico que potencializaram e mais contribuíram para o controle da força de trabalho, uma vez que permitiu a redução do tempo de trabalho. Uma máquina é capaz de realizar o trabalho de diversos trabalhadores, em um período de tempo menor; sendo assim, ela eleva a intensidade e o ritmo do trabalho. “[...] Em resumo, a mecanização da agricultura, ao contrário do que ocorre na indústria, não modifica necessariamente o tempo de produção de uma dada mercadoria; e, como reduz o tempo de trabalho, acaba por aumentar o tempo de não-trabalho” (GRAZIANO da SILVA, 1981, p. 33).

Quando as máquinas entram no campo “expulsam” o homem, na medida em que fecha postos de trabalho. Melhor dizer que, quando o capital opta pela mecanização, ele está escolhendo um caminho para sua ampliação em um tempo menor. Normalmente, as formas precárias de produção permanecem o tempo mínimo necessário, até ser substituído por formas econômicas mais lucrativas.

Ou seja, o fato do capitalismo reproduzir a pequena produção, a produção camponesa, numa determinada fase histórica de sua evolução, não invalida o argumento de que isso também é parte do processo de proletarização. Na verdade, a reprodução desses “novos camponeses” não é mais a reprodução de produtores mercantis independentes, mas sim a reprodução do próprio capital. Isto é, a sua reprodução se dá com a crescente perda da autonomia anterior da sua própria produção, a qual se faz crescentemente subordinada ao capital, embora

possa conservar uma relativa autonomia no processo de trabalho, no sentido restrito (GRAZIANO da SILVA, 1981, p. 51).

Faz parte da lógica do modo capitalista de produção a busca do lucro; logo, quando novas formas de ampliação são desenvolvidas elas são aplicadas, sempre privilegiando o aspecto econômico em relação ao social. Então, quando a mecanização é efetivada no campo paranaense as pequenas propriedades entram em crise, principalmente aquelas onde as relações de trabalho são tidas como precárias. Estes trabalhadores ficam mais suscetíveis ao processo de proletarização do trabalho rural.

É preciso qualificar esse processo de expropriação dos pequenos e médios produtores: não são todos atingidos, indiscriminadamente, mas, principalmente, aqueles que detêm formas transitórias de acesso à terra. Assim, são os pequenos parceiros, os pequenos arrendatários, os pequenos ocupantes e, em menor grau, também os pequenos proprietários, que perdem o acesso à terra nos anos de 1970/75. De maneira inversa, são as explorações maiores, para todas as categorias de produtores (com exceção dos ocupantes), que proporcionalmente mais crescem em número na primeira metade da década dos setenta (GRAZIANO da SILVA, 1981, p. 71).

A proletarização do trabalhador rural gerada pela modernização da agricultura trouxe como conseqüência o êxodo rural. As pessoas que trabalhavam na cafeicultura foram sendo empurradas do campo pela mecanização. A introdução da soja, do trigo e do milho não foi capaz de absorver a população excedente dos cafeeiros, e assim muitos foram para as periferias das cidades, embora continuem ligados à atividade agrícola através do trabalho temporário.

Este processo de precarização das condições de trabalho no Brasil, não resulta “na multiplicação dos assalariados permanentes nas fazendas, mas na transformação da maioria dos colonos, parceiros e moradores em trabalhadores diaristas ou “volantes”, como são comumente conhecidos” (SINGER, 1979, p. 2). A deterioração das relações trabalhistas deu-se pela busca de uma elevação da acumulação obtida nas atividades rurais; todavia, “o fato, surpreendente em si, passou a ser ‘explicado’ pela reação patronal ao Estatuto do Trabalhador Rural, que estendeu ao trabalhador do campo os benefícios da legislação do trabalho [...]”(SINGER, 1979, p. 2). Muitos responsabilizaram a legislação de 1963 pelo êxodo rural, todavia este processo inicia-se com a mecanização das atividades agrícolas a partir dos anos de 1970, quando muitos dos pequenos produtores aplicaram as novas técnicas do campo sem estarem capitalizados.

Estes produtores que modernizaram sua produção sem possuírem recursos financeiros suficientes para as transformações - em sua grande maioria os pequenos - tiveram uma série de dificuldades para a aquisição das ferramentas utilizadas pelo pacote tecnológico, tais como máquinas e insumos agrícolas, entre outras. Para a concretização da modernização de suas propriedades boa parte dos produtores recorrem ao crédito rural.

O crédito foi uma estratégia utilizada pelo governo para efetivar a substituição da cafeicultura, que vivenciava períodos cíclicos de crise, por uma cultura que pudesse trazer bônus a balança comercial. Assim sendo, optou-se pela implantação das lavouras mecanizadas no campo, sendo que merecem destaque nesse período a soja, o trigo e o milho. Cabe acrescentar ainda que as pastagens plantadas constituíram uma cultura bastante incentivada pelo Governo Federal.

Para efetivar as mudanças na agricultura as políticas públicas utilizaram como estratégia subsídios para os insumos modernos. A aplicação destas novas tecnologias não teve origem somente no mercado, que elevou os preços dos insumos tidos como tradicionais e reduziu o dos insumos pertencentes ao “pacote tecnológico”. Estes subsídios foram possíveis graças às ações do Estado.

[...] Estes subsídios não podem, por outro lado, ser encarados como simples subsídios aos “insumos modernos”, mas principalmente como incentivo e fomento aos produtores de tipo capitalista, uma vez que os subsídios não atingem os produtores de modo geral, mas principalmente os maiores, deixando de lado a grande maioria dos produtores agrícolas, constituída por pequenos estabelecimentos. (CODESUL, 1979, p. 29-30).

O processo de seleção realizado pelas políticas públicas contribuiu para a expropriação e exclusão de muitos dos pequenos produtores, na medida em que estes não possuíam recursos financeiros para realizar as mudanças necessárias à modernização. No mesmo sentido atuaram diferentes incentivos governamentais à agricultura. Diversos subsídios (a insumos agrícolas, por exemplo) representam certamente a mais direta dessas formas de intervenção da política econômica [...] (SILVA, 1979, p. 23).

Sabe-se que parte destes pequenos proprietários implantou as novas tecnologias, porém estas tornavam-se inadequadas para este tipo de estabelecimento rural. Por exemplo, alguns dos pequenos produtores adquiriam tratores financiados por agências bancárias para utilizar numa propriedade de 10 hectares, porém a máquina era utilizada apenas alguns dias do ano agrícola, e a maior parte do tempo ela ficava ociosa, sendo utilizada apenas para o transporte de pessoas do meio

rural para o urbano. Assim, quando a colheita era efetivada os custos de produção eram maiores que o “possível lucro” obtido na colheita. Endividado “até o pescoço”, o produtor rural não via solução a não ser vender sua máquina e a pouca produção, na tentativa de abater parte de suas dívidas.

Deste modo, quando se iniciava o próximo período de plantio, o agricultor não conseguia adquirir os insumos necessários para realizar seus cultivos, nem conseguia acesso ao crédito rural, já que muitos ainda não haviam quitado os empréstimos anteriores. Esta conjuntura, de penúria e angústia, induzia os pequenos produtores a vender suas propriedades. Como consequência, cresce a precarização e proletarização dos pequenos agricultores, na proporção em que os incentivos governamentais não atendiam suas necessidades. Deixados à própria sorte, eles repassavam suas propriedades para os grandes e médios produtores, intensificando assim o processo de concentração fundiária.

O Gráfico-1 e o Gráfico-2 evidenciam o processo de crise da pequena unidade produtiva, o que trouxe como consequência a redução do número de estabelecimentos e o consequente aumento das áreas por eles ocupadas no campo maringense. Optou-se por analisar os períodos pós-1970, uma vez que esse momento histórico experimenta as transformações geradas pela modernização da agricultura.

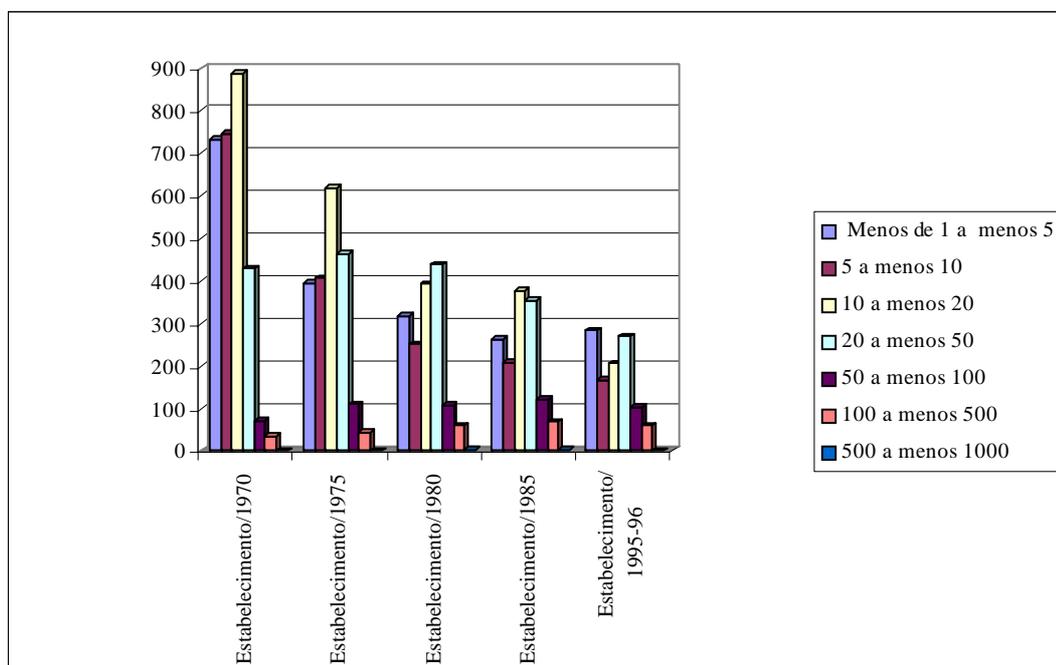


Gráfico 1- Evolução dos estabelecimentos rurais de Maringá, entre 1970 e 1995/96.
Fonte: IBGE, Censos agropecuários 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995/96.

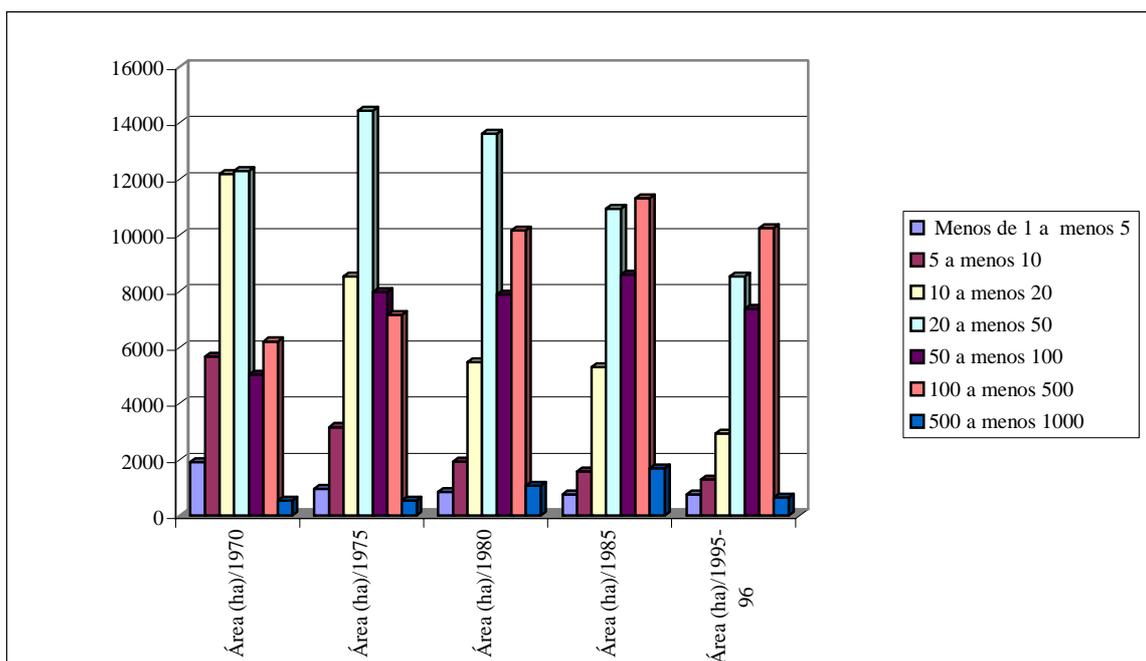


Gráfico 2- Evolução dos grupos de áreas dos estabelecimentos rurais de Maringá, entre 1970 e 1995/96.

Fonte: IBGE, Censos agropecuários 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995/96.

Em 1970 o município de Maringá possuía 733 estabelecimentos²¹ rurais - totalizando uma área de 1920 hectares - com estratos de menos 1ha a menos 5ha; tinha 747 estabelecimentos com 5.681ha, cujos estratos eram de 5 a –10ha, compondo-se assim o grupo de pequenas unidades produtivas. Todavia, após as modificações da base técnica de produção a pequena propriedade entrou em crise, ocasionando assim a desconfiguração da estrutura fundiária, onde se tem a concentração do número de estabelecimentos e das áreas rurais. Esta afirmação fica comprovada quando se observa que em 1995/96 existiam 283 e 167 estabelecimentos cujas áreas totalizam respectivamente 754 e 1.292 hectares, correspondentes aos estratos –1 a –5 e 5 a –10 respectivamente. Estes valores comprovam uma redução de 61,39% e 60,73% no número de estabelecimentos; em relação à área tem-se um decréscimo de 77,64% e 77,26% respectivamente.

²¹ Segundo o **IBGE**, para fins de Censo considerou-se estabelecimento agropecuário todo terreno de área contínua, independentemente do tamanho, formado de uma ou mais parcelas, subordinado a um único produtor, onde se processou exploração agropecuária. Considerou-se o cultivo do solo com culturas permanentes ou temporárias, inclusive hortaliças e flores; a criação, recriação ou engorda de animais de grande e médio porte; a criação de pequenos animais; a silvicultura ou reflorestamento; e extração de produtos vegetais. Excluíram-se da investigação os quintais de residências e hortas domésticas.

Já os estabelecimentos entre 10 e –20ha no decorrer dos períodos analisados (1970 a 1995/96) uma redução de –77,64% no número de unidades produtivas, decaindo 75,91% a sua área no município. Os estratos entre 20 a –50ha que em 1970 representava 430 estabelecimentos ocupados por uma área de 12.290 tiveram uma redução de 37,21% e 30,51% respectivamente, totalizando em 1995/96, 270 estabelecimentos de uma área correspondente a 8.540 ha.

A redução do número de pequenas unidades produtivas deveu-se a fatores já analisados, como a política de crédito rural que não atendeu as necessidades do pequeno produtor, a proletarização do trabalhador rural - e por conseqüência o êxodo rural - entre outros. Assim, diante de um quadro de adversidade, não restava ao pequeno produtor outra solução que não fosse a venda de sua propriedade. Neste contexto ocorreu a concentração de área e diminuição do número de unidades produtivas rurais. Isto é verificado quando se observa que os estabelecimentos rurais tiveram uma regressão ao longo do tempo estudado. A ampliação ocorreu nos estabelecimento com propriedades com mais de 50ha: em 1970 existiam 71 estabelecimentos totalizando uma área de 5.035ha no grupo de área de 50 a menos de 100 ha; já em 1995 eram 104 estabelecimentos compondo uma área de 7.376 ha deste mesmo grupo, revelando assim uma elevação de 46,49% no que se refere ao número de estabelecimentos, perfazendo também um aumento sobre a área da ordem de 46,49%.

A concentração também ocorreu no grupo de 100 a menos de 500ha. Em 1970 eram 36 os estabelecimentos, que ocupavam uma área de 6218 ha; já em 1995/96 eram 60 os estabelecimentos, perfazendo uma área de 10.250 ha, o que corresponde a um acréscimo de 66,66% no número de estabelecimentos e a uma elevação da área em 64,84%. As proporções evidenciam claramente o processo de crise da pequena propriedade rural, o que traz como conseqüência a concentração fundiária. Já no último estrato - de 500 a menos de 1.000ha - tem-se uma estabilidade ao longo dos anos no que se refere ao número de estabelecimentos, verificando-se uma elevação na área de 20,68% em 1995/96. Os valores do censo vêm comprovar o processo de “engolimento” (GRAZIANO da SILVA, 1981) das unidades produtivas. A concentração da estrutura fundiária em Maringá deu-se nos grandes e médios estabelecimentos rurais.

Quando se analisa todo o estrato fundiário percebe-se que em Maringá houve uma concentração na estrutura fundiária em favor dos grupos entre mais de 50 ha a menos 500 ha, em prejuízo das unidades produtivas compostas por menos de 1ha a menos de 20 ha.

Os outros grupos de área com estratos de áreas maiores não aparecem no município de Maringá, por ser esta região formada por um solo de alto potencial agrícola, possuindo assim um valor de mercado bastante significativo. Esse fato dificulta a formação de grandes propriedades, por isso os proprietários adquirem estabelecimentos rurais possíveis de ser cultivados racionalmente.

Com a produção pautada no café, as grandes propriedades utilizavam relações de trabalho como a parceria, o arrendamento, a meação e outras, para assegurar a produção. Porém, após a modernização conservadora, o proprietário rural optou por extinguir estas relações, por considerá-las onerosas diante da nova forma de produzir; deste modo, eliminavam os trabalhadores rurais permanentes, bem como passavam a pressionar os pequenos produtores, que estavam em crise diante das alterações da base técnica de produção. Sendo assim, a concentração das propriedades rurais foi uma “questão de tempo”, precisamente algumas décadas, como se pode observar no Gráfico 1 e no Gráfico 2.

[...] A valorização das terras expulsou a pequena produção para regiões mais distantes. E, se antes era mais barato ceder terras para que o trabalhador rural produzisse parte de sua subsistência, agora é preferível pagar-lhe um salário para que adquira os produtos de que necessita no mercado (GRAZIANO da SILVA, 1981, p. 117).

A concentração fundiária fica evidente através destes dados, o que nos permite concluir que a modernização foi um processo conservador, que não permitiu a permanência dos pequenos produtores no campo, e para agravar a situação, expulsou milhares de famílias da zona rural.

As mudanças observadas no campo são reflexos da introdução do capital no meio rural, que como conseqüência mais problemática a “injustiça social”, com a eliminação de milhares de famílias do campo, a destituição das ferramentas de produção do trabalhador, a sua expropriação e expulsão do campo; e como se tudo isso não bastasse, o seu quadro de pobreza agrava-se ainda mais ao chegar às cidades. Destituída de recursos financeiros, essa massa de trabalhadores é empurrada para as periferias urbanas. Ali, sem trabalho ou com

trabalhos temporários, essas pessoas procuram sobreviver, porém permanecem totalmente alienadas no que se refere ao modo de produção capitalista que modificou suas vidas. Elas não foram consultadas sobre a necessidade das mudanças, menos ainda foram auxiliadas após as modificações.

[...] A industrialização brasileira dos anos 60/70 e a modernização da agricultura ocorrida principalmente após 70 que trouxeram, ao lado dos problemas de injustiça social, problemas ecológicos que até então ou não tinham importância ou não tinham sido percebidos em toda sua extensão [...] a modernização da agricultura brasileira, entendida como seu processo de transformação capitalista, passou a ser criticada, então, por dois lados: de um, pelos estudiosos da questão agrária, devido aos problemas sociais, econômicos e políticos; de outro, pelos preocupados com a ecologia, devido a problemas como contaminação dos alimentos, destruição dos solos, intoxicação de trabalhadores, descontrole das pragas e doenças, alterações climáticas etc. (GRAZIANO NETO, 1986, p. 10).

Cabe ressaltar que não é propósito desta investigação a análise dos problemas ecológicos resultantes da modernização conservadora; entretanto esses problemas são citados para informar que existe “outro lado da moeda”. As novas práticas agrícolas beneficiaram os grandes produtores, os quais são os atuais defensores do agronegócio²², porém, se o desenvolvimento agrícola é algo bom para o país, por que não fazê-lo de maneira sustentável? Desenvolver, crescer, melhorar e ampliar a produção agrícola é algo necessário e preciso, porém isto deve estar atrelado aos mecanismos de desenvolvimento que propiciem a permanência e a sustentabilidade da pequena produção no campo.

²² O Agronegócio não é formado apenas por grandes produtores rurais, mas existem também pequenos e médios produtores inseridos neste processo, entretanto, estes são em menores proporções.

4. A RETERRITORIZAÇÃO DA PRODUÇÃO HORTIGRANJEIRA E SUAS NOVAS CARACTERÍSTICAS.

[...] o território é ao mesmo tempo um recurso ou um instrumento de poder e um valor, valor este que vai do simples valor de uso ou de troca, estendendo-se pela valorização simbólica, identitário-existencial (HAESBAERT, 2001, p. 1771).

4.1. AS NOVAS FORMAS DE ABASTECIMENTO URBANO E A (RE)INSERÇÃO NO MERCADO.

Após o processo de reterritorialização da produção hortigranjeira, esta teve que organizar-se enquanto atividade agrícola para assim inserir sua produção no mercado. As novas formas de abastecimento urbano dependerão basicamente do tamanho da produção, fator a partir do qual o produtor direciona sua mercadoria para o melhor canal de comercialização. Em casos de pequena produção, o agricultor quase sempre opta pela venda direta ao consumidor, efetivada nas feiras; todavia, nos casos de uma produção maior o horticultor utiliza mais de um canal de comercialização, como supermercados, feiras e centrais de abastecimento. Para atender a este grupo foram fundadas as CEASAs no Paraná.

Para a manutenção do horticultor no campo foi consolidado o projeto da Central de Abastecimento do Paraná S/A - CEASA. As CEASAs foram criadas durante o processo de modernização da agricultura paranaense, e objetivavam a manutenção do pequeno produtor nesta atividade agrícola, e ao mesmo tempo assegurar o abastecimento urbano.

Em 11 de fevereiro de 1976²³ foi inaugurada a unidade de Maringá, porém foi durante meados da década de 1980 que esta passou a dinamizar as suas ações, todavia, cabe lembrar que, em 11 de agosto de 1987 a CEASA²⁴ reinaugura-se num outro local distante do centro comercial de Maringá. A CEASA tem a função de reduzir o número de atravessadores presentes na cadeia produtiva dos hortigranjeiros, organizando com isso o segmento atacadista e assim cumprindo sua meta principal, que é ordenar a função de abastecimento das olerícolas e produtos de viveiro nas áreas de maior concentração urbana do Estado.

²³ A unidade da CEASA de Maringá foi inaugurada no mesmo dia da inauguração da unidade de Curitiba; as duas foram as primeiras no Estado do Paraná.

²⁴ As antigas instalações da CEASA de Maringá foi reconstruída e, atualmente, em seu espaço físico foi construído o Shopping Avenida Center.

As CEASAs organizam as atividades atacadistas dos produtos hortigranjeiros, bem como realizam o atendimento à população carente do Estado, através do programa específico de Abastecimento Alimentar Integrado, composto pelos projetos de compra comunitária e mercado popular. Assim sendo, a unidade de Maringá repassa a entidades beneficentes alimentos que não foram comercializados. Além deste projeto, a CEASA está planejando, juntamente com a Prefeitura Municipal de Maringá e a Universidade Estadual de Maringá, a implantação de uma usina destinada à produção de adubos orgânicos, mediante o processamento dos hortigranjeiros que não puderam ser comercializados nem doados. Este novo programa poderá atender aos produtores de adubo orgânico da região.

Cabe lembrar que as CEASAs paranaenses dispõem de cinco unidades de apoio à realização do comércio atacadista de hortigranjeiros, situadas em Curitiba, Londrina, Maringá, Foz do Iguaçu e Cascavel.

Para entender como são efetivadas as ações dos centros atacadistas torna-se relevante observar o gráfico 3, onde são mostrados os volumes de produção comercializados na unidade de Maringá entre o final de 2004 e 2005; assim, podem-se observar os principais responsáveis pelo abastecimento urbano de Maringá, bem como sua região de origem.

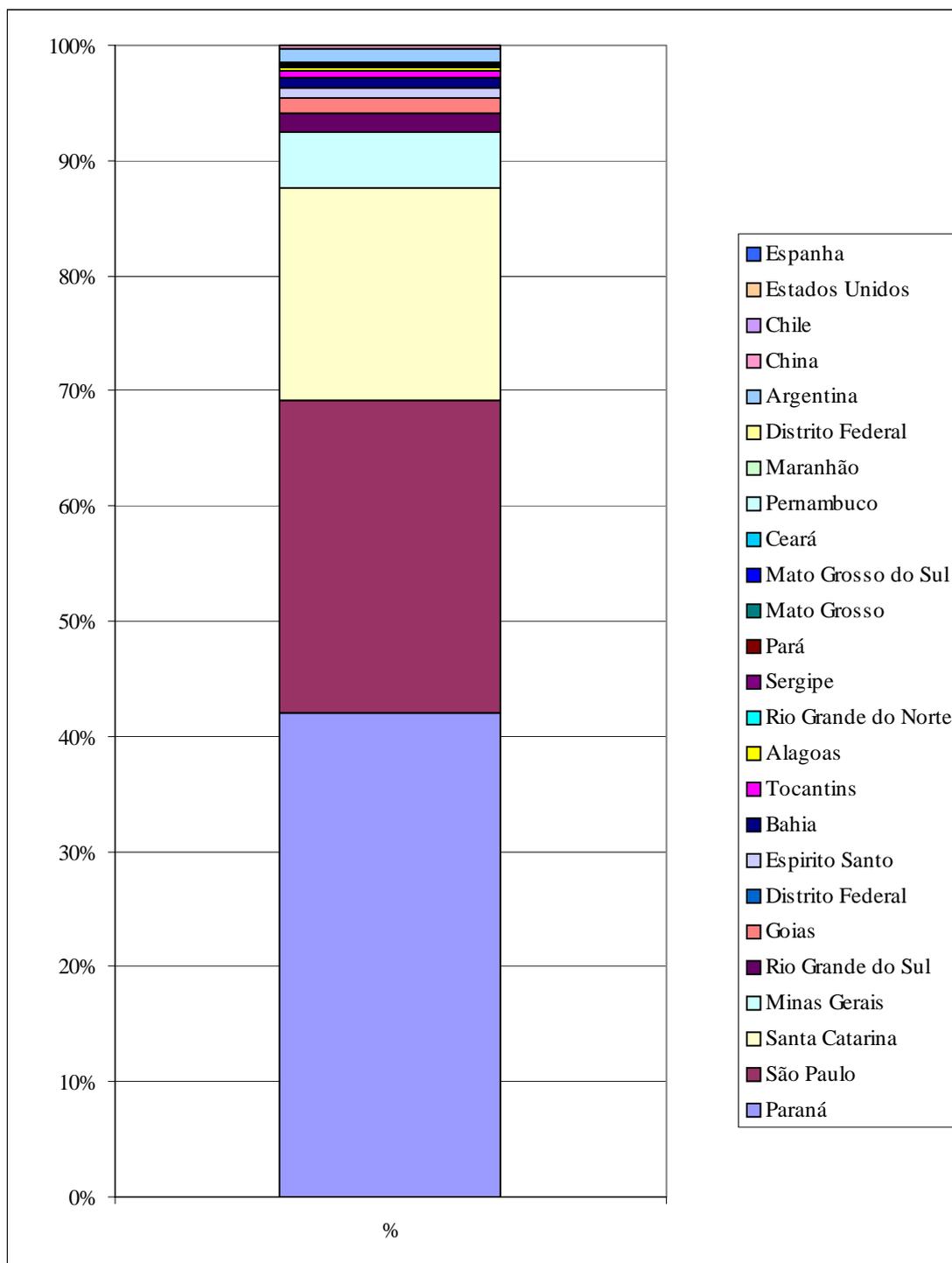


Gráfico-3: Origem da produção hortigranjeira comercializada na CEASA de Maringá, em percentual do volume por quilograma, entre novembro de 2004 e outubro de 2005.
Fonte: CEASA-Unidade de Maringá (2004-2005).

A partir destes dados pode-se ver que o principal responsável pelo abastecimento urbano da região maringaense é o Estado do Paraná, com 42,1%, totalizando um volume em quilos de 44.177.710,80, dos 104.933.938,58 comercializados pela central. O Estado de São Paulo e o de Santa Catarina apresentam percentuais significativos de comercialização da produção, compondo 27,14% (28.483.380 volume em kg) e 18,37% (19.279.328,20 volume em kg) respectivamente. Isto se deve ao fato de esses estados serem vizinhos fronteiriços do Paraná, o que facilita o transporte.

Existem outros estados brasileiros que realizam a comercialização da produção hortigranjeira na unidade de Maringá; todavia, o total do volume negociado é pequeno. Estas transações comerciais são efetivadas porque o Paraná não produz alguns tipos de frutas, entre os quais se podem citar o coco, o melão, o mamão e a manga. Deve-se ressaltar que em alguns casos e em alguns períodos a CEASA de Maringá não compra esses produtos diretamente do Estado de origem da produção, uma vez que a quantidade adquirida é pequena e esse fato torna os custos do transporte da mercadoria demasiadamente elevados. Quando isto ocorre a CEASA maringaense adquire estes produtos através da Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo - CEAGESP²⁵, o que também eleva o preço final pago pelo consumidor, uma vez que os custos destes produtos são repassados ao cliente final.

A compra de mercadorias em outras centrais de abastecimento demonstra uma ampliação da cadeia de intermediação, o que traz como conseqüência uma elevação da produção revendida em Maringá. O produto passa por alguns agentes presentes no processo de comercialização, cada um dos quais acrescenta à mercadoria um percentual de custo, correspondente ao seu trabalho. Assim a cada novo agente da cadeia de intermediação tem-se um acréscimo sobre o preço da mercadoria, de tal forma que, quando chega às mãos do consumidor final, esse produto já sofreu muitos aumentos de preço.

Além dos casos de compra de outras centrais de abastecimento de hortifrutigranjeiros existe também a importação. Na unidade de Maringá da CEASA, as importações representam cerca de 1% da mercadoria comercializada, como pode ser observado no gráfico 4. Os países

²⁵ A Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo - CEAGESP – surgiu em maio de 1969, resultado da fusão de duas empresas mantidas pelo Governo de São Paulo: o Centro Estadual de Abastecimento – CEASA – e a Companhia de Armazéns Gerais do Estado de São Paulo – CAGESP. Desde o início, a empresa centraliza o abastecimento de boa parte do País e rapidamente consolidou sua atuação nas áreas de comercialização de hortícolas e armazenagem de grãos (CEAGESP, 2006).

que comercializaram com a CEASA são a Argentina, a China, os Estados Unidos e a Espanha, que mandam produtos como maçã, pêra, alho e outros.

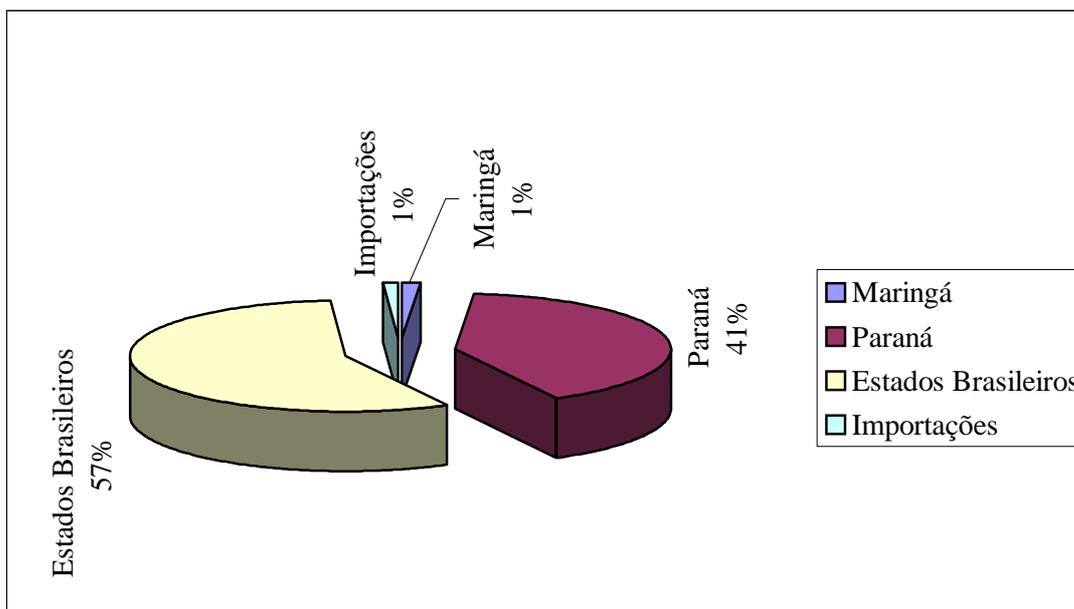


Gráfico-4: Comparativo da produção comercializada na CEASA de Maringá, entre Maringá, o Paraná, outros estados Brasileiros e importações*, entre novembro de 2004 e outubro de 2005.

Fonte: CEASA-Unidade de Maringá (2004-2005).

* Para dimensionar os valores de cada setor foram separados os valores totais do município de Maringá do total paranaense, bem como o valor paranaense da produção dos outros estados brasileiros.

No gráfico 4 pode-se observar também o percentual de produção comercializada por produtores de Maringá. O gráfico mostra que a produção local corresponde a um volume em quilogramas de 1.313.218,60, equivalente a 1% das transações comerciais realizadas. Em relação a este quadro o gerente de mercado da CEASA, Ismael Batista da Fonseca²⁶, afirma que este fator se deve a um cinturão hortigranjeiro pequeno. Fonseca, em entrevista à autora deste estudo, diz que o percentual de produtores que comercializam a produção de Maringá é baixo porque

²⁶ Ismael Batista da Fonseca trabalha há 18 anos na CEASA de Maringá, exercendo a função de gerente de mercado. Ele foi o escolhido para a realização da entrevista, pois trabalha com os produtores e com os intermediários que realizam a comercialização da produção na Central de abastecimento de hortifrutigranjeiros de Maringá. A entrevista foi realizada no dia 29/11/2005, e encontra-se em .fita cassette.

[...] o nosso cinturão verde em hortifrutigranjeiro ele é pequeno, se investe muito em soja, milho e trigo, então, o hortifruti não é muito explorado como é na região de Londrina, por exemplo. A região de Londrina tem um cinturão maior, então já tem uma produção muito maior direta dos produtores de quem comercializa na CEASA e de quem comercializa direto nos supermercados (FONSECA, 2005).

Cabe ressaltar um ponto sobre a olericultura em Maringá: esta região não é a principal privilegiada pelos projetos oficiais deste cultivo no Paraná. Na página da EMATER-PR na internet afirma-se:

O cultivo de hortaliças é praticado em todo o Paraná envolvendo 56.000 produtores. A produção está concentrada nas regiões Metropolitanas de Curitiba, Norte e Oeste do Estado. Trata-se da principal atividade geradora de renda em pequenas áreas. Os projetos Hortiqualidade e Horinorte, desenvolvidos pela EMATER, procuram atender os produtores das regiões de Londrina, Cornélio Procópio, Apucarana, Santo Antônio da Platina, Reserva e Metropolitana de Curitiba (EMATER, 2004).

Sobre o cinturão verde da região de Maringá Edvaldo Roberto Menegassi²⁷, Presidente da Associação Representativa dos Usuários da CEASA de Maringá - ARPUM²⁸, afirma que são diversos os fatores que interferem na produção hortigranjeira. Ele inicia sua fala dizendo:

Tem vários fatores, “tá”? Um deles a nossa região não é uma região propícia à produção do hortigranjeiro. Se você analisar o perfil da nossa região é mais para a produção da soja, do trigo, do algodão, esses produtos que é considerados lavoura branca. [...] Hoje se você observar em volta de Maringá você só encontra fazendas grandes, terrenos para o plantio destas atividades que eu acabei de dizer para você, essa é uma das questões. Outra se você pegar a região do Norte Velho aonde tem a produção dos hortigranjeiros muito grande, pega uma região quebrada, uma região bastante acidentada aonde você não tem condição de plantar soja, o milho, o algodão, enfim, produtos assim, então o pessoal se obrigou a sobreviver a plantar o hortigranjeiro, então daí, houve uma ascendência muito nesta atividade naquela região, isso fez com que a Ceasa de Londrina tivesse um trabalho em cima destes produtores para que pudesse levá-los até a Ceasa de Londrina, e lá fizesse a sua comercialização (MENEGASSI, 2005).

²⁷ Edvaldo Roberto Menegassi foi entrevistado em 29/12/2005, a fala dele está disponível em fita cassete.

²⁸ A ARPUM foi fundada em 1983.

4.2. A CEASA: CANAL DE COMERCIALIZAÇÃO POUCO UTILIZADO PELO PEQUENO PRODUTOR.

Existem três pontos que se podem destacar das falas do Fonseca e de Menegassi sobre o cinturão verde de Maringá. O primeiro diz respeito ao fato de que em Maringá, bem como na região, a produção agrícola está voltada para o mercado externo, logo, investe-se nas plantações da soja, do trigo e do milho. Como já foi destacado neste estudo, após a modernização da agricultura os pequenos estabelecimentos agrícolas sofreram uma redução em seu número no Estado do Paraná. Em relação a Maringá a redução das pequenas áreas levou a uma drástica diminuição do número de agricultores que produziam os alimentos destinados ao consumo interno, processo que contribuiu para a desterritorialização da produção hortigranjeira. Atualmente, esta atividade agrícola não consegue suprir nem a demanda interna.

Não obstante, antes de fazer menção ao desequilíbrio da relação da demanda e da procura em Maringá deve ser destacado um segundo ponto sobre a fala do gerente de mercado da CEASA. Esse ponto refere-se ao fato de que os agricultores privilegiam as áreas de solos planos para a produção das lavouras mecanizáveis; desta forma, como a região de Maringá apresenta um relevo com baixas declividades, a quase-totalidade de seu território é destinada às lavouras brancas, em detrimento da produção hortigranjeira. Por outro lado, em regiões como a de Londrina, sua produção passa a ser incentivada devido à presença de um relevo mais acidentado, como observou o presidente da ARPUM.

O terceiro ponto refere-se ao fato de que as propriedades hortigranjeiras foram utilizadas como reserva imobiliária; desta maneira, quando ocorreu o crescimento horizontal do espaço urbano, não houve projetos de alocação da produção em outros locais. Durante o processo de desterritorialização da produção tinha-se uma relação de desarmonia entre a oferta e a procura, e em tal situação era baixa a demanda pelos hortigranjeiros. Não obstante, cabe ressaltar um ponto: desde a implantação do núcleo urbano em Maringá já era esperado um crescimento urbano intenso, pois a cidade estava sendo planejada para ser um centro regional de abastecimento. A exemplo dos pólos regionais, esperava-se uma expansão urbana, conseqüentemente, estava previsto um acentuado crescimento demográfico, que, concretizado, levou ao aumento do consumo das olerícolas e produtos de

viveiro, enquanto, por outro lado, já não existia um cinturão verde forte capaz de abastecer o núcleo urbano. Em face disso teve início a compra destes produtos em outros locais, o que se comprova quando se observa que 57,89% da produção comercializada na CEASA entre novembro de 2004 e outubro de 2005 provieram de outros estados brasileiros e outros países. A produção não está atendendo à demanda, de modo que a produção recebida destinada ao abastecimento do município de Maringá é superior ao que o anel verde maringaense produz. Segundo Fonseca, “30% dos produtos que são comercializados na CEASA são destinados ao abastecimento do município de Maringá, não da produção comercializada, mas da produção recebida na CEASA” (FONSECA, 2005).

Se considerarmos que 30% da produção recebida na CEASA destinam-se à cidade de Maringá e que o município produz apenas 1% do consumo (FONSECA, 2005), vê-se claramente uma situação de desequilíbrio entre a produção interna e o consumo. Segundo Fonseca, o número de produtores que entregam seus produtos diretamente na CEASA é baixo, pois:

Não há interesse do produtor hoje na nossa região, de fazer a comercialização através da CEASA, embora ele ganhe mais com isso do que a venda direta com os supermercados, mas ainda falta uma campanha. É o que estamos fazendo em relação aos produtores, mas são muito tímidos os produtores, porque eles não têm base de comercialização, ainda falta uma instrução, falta uma orientação para que eles aprendam a vender na CEASA. Hoje quem está fazendo isto somos nós, que estamos orientando eles, a como comercializar aqui na CEASA, porque eles são muito bons em produzir, mas tem pouca experiência como comerciantes, por isso, que ainda tem assim uma certa resistência, incluindo também o pequeno cinturão verde que tem em nossa região (FONSECA, 2005).

Ao confrontar-se a fala do gerente de mercado da CEASA com dados obtidos em pesquisa realizada com horticultores que comercializam sua produção na Feira do Produtor, observou-se que existem divergências de opiniões entre eles. Em alguns pontos as afirmações coincidem, em outros percebe-se que elas são divergentes. Antes de comparar as respostas cabe ressaltar que foram questionados 35 produtores da região de Maringá²⁹ - o que representa 25% dos produtores que participam da Feira do Produtor - e as informações colhidas em pesquisa de campo podem ser observadas no gráfico 5.

²⁹ As entrevistas com os produtores foram realizadas no dia 30/11/2005. Nesse dia a Feira do Produtor possuía 139 produtores, sendo 71 de Maringá e 67 da região.

A falta de interesse em participar da CEASA de Maringá, afirmada por Fonseca, foi comprovada quando se observou em pesquisa que apenas 5,72% dos produtores comercializam sua produção com a CEASA (Ver gráfico-5). São poucos os interesses em realizar transações comerciais com a central de abastecimento de hortifrutigranjeiros de Maringá, por causa de dois pontos principais.

O primeiro desses fatores é que 74,28% dos produtores entrevistados, por terem uma produção pequena, destinam toda a mercadoria à comercialização direta, o que lhes possibilita atingir um valor maior a sua produção - daí não a entregarem à CEASA. Assim sendo, não se pode afirmar que o horticultor não tem base de comercialização; na verdade o que ela não tem é uma área maior que lhe permita ampliar sua produção.

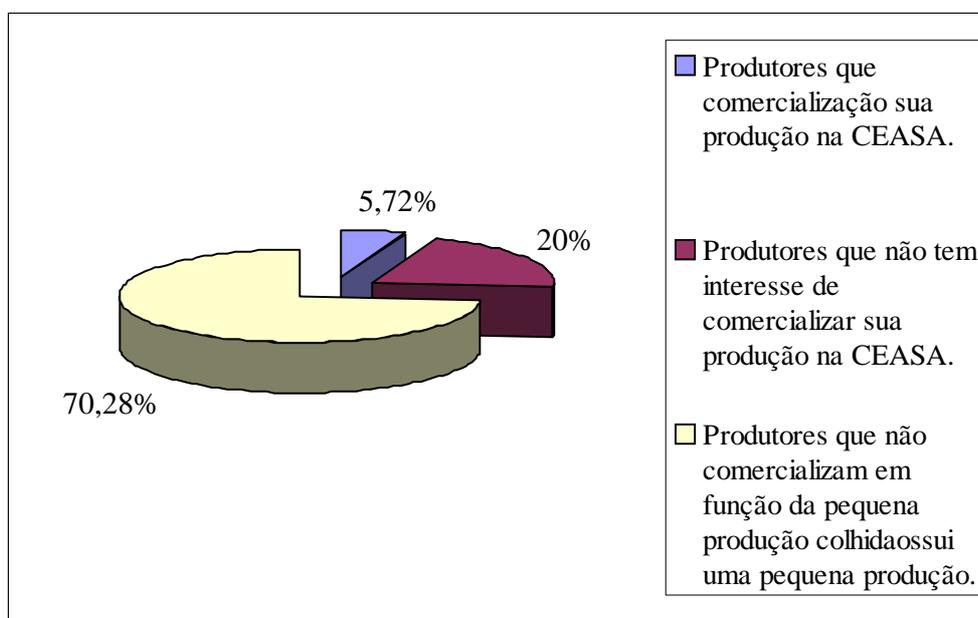


Gráfico-5: Percentual dos produtores da região de Maringá que efetivam ou não a comercialização com a CEASA.

Fonte: Pesquisa de campo, 2005.

Cabe ressaltar ainda que 20% dos agricultores possuem uma produção maior, o que permite realizar a entrega direta a estabelecimentos e instituições, tais como: supermercados, empresas, prefeituras, quitandas entre outros. Por outro lado estes agricultores não efetivam a comercialização com a CEASA por receio. Alguns afirmaram já ter tentado vender sua produção às centrais de abastecimento, porém tiveram alguns

problemas, como prejuízos na comercialização, uma vez que os preços pagos aos produtores eram muitíssimo inferiores àqueles pagos pelo consumidor final.

Além deste fator, alguns afirmaram faltar uma política que permita uma maior integração do produtor com as CEASAs. Citaram o fato de que os “boxes” destinados ao agricultor dentro das centrais situam-se em locais de difícil acesso, e que em dias de chuva poucos compradores chegam até eles, ficando assim prejudicada a venda das mercadorias. Por fim, alguns fizeram menção ao fato de que nas feiras os agricultores recebem o pagamento de seus produtos no ato da entrega, ao passo que nas CEASAs este é efetivado em prazos determinados, posteriores à entrega, fator que desestimula alguns horticultores de realizar negócios com a CEASA de Maringá.

Em relação a este assunto, Menegassi afirma:

Você tem que ver o seguinte: o que fala mais alto é o dinheiro. Muitas vezes compensa para o produtor e fica muito mais barato ele ir direto no mercado, entregar nos mercados os produtos deles do que vir na CEASA, ter que pagar a taxa de locação do local que ele vai colocar o produto dele, gastar com mais combustível, vir num horário totalmente louco em relação ao horário de comércio, porque eles vão ter que chegar aqui no mínimo 3 ou 4 horas da manhã; então eles, muitas vezes prefere adiantar tudo isso e ir direto aos supermercados. Muitas vezes financeiramente compensa muito mais para eles, é isso que a gente tem que observar também. Talvez essa resistência que você está questionando aí, está colocando aí, também tem há ver em relação a isso; fica mais barato para eles, fica melhor financeiramente para eles, fica melhor ele fazer este intercâmbio direto para os mercados (MENEGASSI, 2005).

Menegassi afirma que “o dinheiro fala mais alto”, mas este fato segue a lógica do sistema capitalista, que visa ao lucro, e neste conjunto o horticultor não foge à regra, uma vez que a reprodução de sua atividade agrícola depende de sua inserção no modo de produção vigente. A exemplo do que se dá com os industriais e comerciantes, a produção hortigranjeira depende dos lucros obtidos na sua comercialização. A partir deste fato, o agricultor buscará mecanismos e estratégias que assegurem a continuação de sua atividade. Sendo assim, quando o produtor opta por comercializar sua mercadoria com os supermercados, ele o faz porque acredita ser esta a forma mais vantajosa, e por isso resiste a realizar transações comerciais com a CEASA.

Sobre esta resistência Menegassi completa:

A resistência está relacionada também ao próprio imaginário deles, de chegar aqui dentro do nosso mercado. “Como eu vou conseguir vencer os grandes atacadistas. O meu produto vai concorrer com ‘enes’ caminhões do mesmo produto”. Então ele fica com medo, então: _ “Eu não vou lá no mercado concorrer com um monte de gente maior que eu, eu vou direto ao supermercado” (MENEGASSI, 2005).

A resistência atribuída ao pequeno horticultor deve-se ao baixo poder de barganha; ou seja, os grandes atacadistas possuem um volume grande de produção, o que lhes permite realizar concessões, bonificações³⁰ e ceder descontos. Além deste fator, o pequeno produtor nem sempre possui uma produção regular no decorrer do ano, o que prejudica as negociações, uma vez que uma parte dos produtores acaba efetivando as compras com os usuários da CEASA que eles acreditam terem tudo o que necessitam. São poucos os compradores dispostos a procurar novos boxistas, e o pequeno produtor sai prejudicado nesta forma de comercialização.

Em relação a este quadro da CEASA, o técnico da Emater Jorge Ogassawara³¹ confirma que os produtores representam uma minoria, em relação às pessoas que efetivam a comercialização na CEASA. Ele atribui o fato a dois pontos. O primeiro refere-se ao fato de que o produtor ainda tem aspectos muito individualistas, que falta a ele a noção de que pode ser mais forte se trabalhar em conjunto. É claro que não se pode generalizar, pois estão sendo construídas ações conjuntas, representadas pela Associação dos produtores de Maringá - APROINGÁ. Estes produtores uniram-se para comercializar a sua produção na CEASA de Maringá. Essa associação foi fundada em 2005 com a ajuda do Engenheiro Agrônomo Aguinaldo José Casagrande. Sobre a APROINGÁ o representante dos produtores, Valdecir Benedito Perlato,³² afirma:

[...] sou presidente da associação APROINGÁ, é “nóis” somos [...] todos os produtores [...], então a gente está começando a associação, estamos devagar ainda. Nós estamos pelejando para construir, já fomos na Prefeitura atrás de incentivos para estrutura, para cobrir aqui, para fazer o

³⁰Bonificações são gratificações ou prêmios. No caso da comercialização dos hortigranjeiros ocorre quando o produtor e/ou atacadista cede uma parte da produção para o comprador. Por exemplo, a cada 10 caixas de tomates comercializadas o agricultor e/ou atravessador faz a concessão em forma de bônus de uma caixa de tomate.

³¹ A entrevista com Jorge Ogassawara foi realizada em 19/11/2005 e encontra-se disponível em fita cassete.

³² A entrevista com Valdecir Benedito Perlato foi realizada no dia 10/01/2006, e a fala desse agricultor, que atualmente é o presidente da APROINGÁ está registrada em fita cassete.

escritório que aqui nós não temos. Então nós estamos devagar, então a gente “tá” pelejando com o pessoal. Tem gente que ainda não sabe da associação, acha que a associação não existe ainda, mas a gente vai devagarzinho, a gente está pelejando. Não tem um centavo pra fazer fundo de caixa, não pode avançar de uma vez porque falta dinheiro, está todo mundo quebrado. Os produtores está todo mundo numa dificuldade. Você vê, tem mercadoria aqui que nem vende, então a gente tem que ir meio devagar (PERLATO, 2006).

As dificuldades ressaltadas por Perlato referem-se à inserção no mercado. Mesmo estando na CEASA os agricultores encontram problemas para comercializar, tais como a falta de estrutura, uma vez que a localização do pavilhão dos produtores na unidade de Maringá é precária se comparada com as dos atacadistas. A este respeito Perlato diz:

“Está faltando estrutura. Você vê o pavilhão nosso era aquele lá em cima, [...] que estrutura que tem. Como o produtor foi cedendo lugar para “picareta” aí foi tomando lugar, os produtor mais velho que teve que sair e ir vender lá no meio da rua. O certo deste pavilhão nosso era ser lá na frente e ser um dos primeiros.” (PERLATO, 2006).

Este fato referido por Perlato faz menção ao período em que os produtores eram maioria na CEASA de Maringá, mas devido a políticas internas que privilegiaram os intermediários e/ou atacadistas em detrimento dos produtores, estes foram perdendo espaço nessa unidade. Quando isso ocorreu os produtores perderam seus espaços para os intermediários e tiveram que comercializar sua produção ao ar livre, desprotegidos das intempéries, o que levou à desistência de muitos deles. Sobre este quadro, Perlato diz:

[...] os produtores da nossa região não vêm aqui, porque chegando aqui acharam o *ticket* caro, achava muito difícil vir aqui e não achar lugar, “nóis” ficávamos lá na chuva. Nós tínhamos muito produtor antigamente, nós tínhamos em torno de 40 e 60 produtor, chegou um tempo que nem tinha nem 10 produtor aqui dentro, era tudo “picareta” (PERLATO, 2006).

Assim sendo, quando os produtores resistem a efetivar comercialização na CEASA, eles o fazem devido a uma situação que se configurou há alguns anos. Embora as novas políticas venham procurando atrair os novos produtores, como ressaltou Perlato, os locais destinados ao produtor, os quais ainda são precários, não servem de estímulo para o agricultor, que prefere a comercialização direta com supermercados e/ou o consumidor final.

Em relação ao baixo número de produtores na CEASA, deve-se lembrar outro ponto ressaltado pelo técnico da Emater-PR: “O pequeno produtor quer acompanhar o preço dos atacadistas”, entretanto “o pequeno produtor não tem volume de produção, e este fator prejudica-o durante as transações comerciais, pois, os representantes de supermercados ou quitandas quando vão efetuar a compra procuram quantidade, já que esta o permitirá reivindicar descontos e/ou bonificações no ato da compra. Desta forma, o produtor não pode aplicar os preços dos atacadistas, pois não possuiu um volume de produção que lhe permita negociar” (OGASSAWARA, 2005). Acredita-se que a melhor estratégia para a comercialização está na diferenciação do preço, sem que este onere o produtor. Percebe-se assim que o horticultor e a CEASA estão em desarmonia.

Em relação a esta questão do produtor, Menegassi afirma que o agricultor tem medo de competir com o grande atacadista. Ele faz a seguinte colocação:

Sobre a questão do produtor, o que eu vejo muito com os produtores da CEASA de Maringá, muitos têm medo de vir para a CEASA. Eles acreditam que não vão ser bem acolhidos, que eles vão entrar em conflito com atacadista, enfim, ‘ene’ situações que muitas vezes é fomentada por pessoas que estiveram no mercado e não se deram bem, porque se eles estiveram aqui em um dia de comercialização. Você vai notar que aqui é um mercado de oferta e de procura: se está faltando produto então você vai conseguir vender bem, por um preço bom, e vai conseguir ter um retorno legal; agora se a oferta é muito grande o preço vai lá embaixo, então muitas vezes você tem prejuízo naquilo que você produz, porque está sendo oferecido demais dentro do mercado, e o mercado não consegue absorver. Então a pessoa muitas vezes ela sai condenando o mercado, achando que o mercado é responsável por aquela situação negativa que ela teve aqui dentro, e na verdade não é, é uma situação que é maior e que o mercado em si não é culpado, entende? Deveria existir uma política de plantio, e não existe. É lógico que poderia, e, na verdade, poderia ter mais dados sobre o plantio das safras futuras, para que o técnico da Emater ou outro agrônomo poderia aconselhar, poderia dizer: “Olha, você não planta tal produto que vai ter demais nesta época, você poderia partir para um outro produto”. E nós não temos isto. Então o produtor chega e diz: “Vou plantar tomate”. Ele não tem a informação se tem pouco ou se tem muito, se deve plantar ou se não deve plantar, ele vai lá e planta, e de repente vai produzir, ele vai colher o produto e vai levar para o mercado, e chega lá no mercado, o mercado está lotado de tomate, e muitas vezes poderia ter sido ajudado no início, com aconselhamento de técnicos da área específica, e isto nós não temos. Se você pegar a organização dos Estados Unidos ela é perfeita, existe cotas de cada produto para ser produzido, se de repente existe um determinado produto com a quantidade além daquilo da cota ele não vai ter crédito em nenhum banco para produzir aquilo, porque ele venceu a cota, e aqui no Brasil não

existe nada a esse respeito; então ele entra cego em um tiroteio, então é difícil ele saber se vai acertar ou errar (MENEGASSI, 2005).

Em relação ao mercado de olerícolas, a relação da oferta e da procura influirá na formação dos preços; todavia a resistência dos agricultores deve-se a fatores como baixo volume de produção, falta de infra-estrutura nos locais destinados aos produtores na CEASA, baixo poder de associação, entre outros, o que dificulta ao pequeno horticultor inserir-se neste forma de comercialização. Outro ponto importante a ser ressaltado sobre a fala do presidente do ARPUM é o fato de não existir um calendário regional de produção; ou seja, não existem dados sobre o que se deva produzir, e em que quantidades, para que o volume da produção não desequilibre a relação de oferta e procura.

Pode-se afirmar que, nesta relação entre as centrais de abastecimento e o produtor de olerícolas e produtos de viveiro, identificou-se uma resistência dos agricultores a entregar sua produção; mas também se observou que poucas são as ações que permitam uma maior participação do produtor nas centrais, e por essa razão a demanda é maior que a produção. Embora existam canais de comercialização direta que abastecem a população maringense, verificou-se também que ainda é pequena a participação direta dos produtores nas CEASAs, e, por essa razão, uma parte significativa dos agricultores tem optado por um canal de comercialização mais simples. Este fato, por sua vez, tem levado ao crescimento da participação desses pequenos produtores na Feira do Produtor, o que vem assegurando a sua permanência nesta atividade agrícola. Assim sendo, a feira merece um destaque, devido a sua importância para a sobrevivência deste agricultor, e em face disso se optou por investigar este tema no próximo item.

4.3. A FEIRA DO PRODUTOR E A VENDA DIRETA AO CONSUMIDOR.

Para entender a gênese da Feira do Produtor de Maringá, torna-se necessário observar o contexto em que a produção hortigranjeira estava inserida antes de sua

implantação. Esse agricultor vivenciava uma série de obstáculos que impediam o desenvolvimento e crescimento de sua produção. Neste contexto Rodante³³ afirma:

O pequeno produtor tem dificuldade de comercializar o excedente e principalmente a de produtos hortigranjeiros. Esta dificuldade está relacionada com a falta de oportunidade para comercializar pequenas produções, já que, a estrutura de comercialização implantada e respaldada pela política agrícola governamental é direcionada para produções de grande escala (1985, p. 2).

A inserção no mercado era uma das dificuldades encontradas pelo produtor. O volume de produção era pequeno, e por essa razão os produtos eram entregues aos intermediários, que se encarregavam de buscar a mercadoria na propriedade, pagando um baixo preço. Como este produtor nem sempre tinha as informações sobre o valor pago pelo mercado, levava prejuízo durante a comercialização, ficando com os atravessadores os maiores benefícios da cadeia produtiva.

Além desta estratégia, os agentes de comercialização utilizavam como mecanismo de comercialização a venda por consignação. Neste sistema o produtor entrega suas mercadorias sob a condição de serem remunerados posteriormente, pois os atravessadores e/ou comerciantes não se responsabilizam pelas perdas de produtos. Desta forma, os agentes que se encontram no interior dos canais de comercialização não socializam os ônus resultantes das perdas, mas os repassam para o horticultor. Para dimensionar a expropriação vivenciada por este trabalhador, cabe lembrar a correlação entre os preços médios recebidos pelos produtores e os preços pagos pelos consumidores em Maringá feita por Rodante³⁴. Este, ao término de sua investigação, concluiu que “em média o consumidor paga um preço de 105% acima do que o produtor recebe, isto no mesmo dia” (1985, p. 25). A partir desta afirmação pode-se inferir que o produtor, além de não ser remunerado de maneira digna, arca com os prejuízos da cadeia produtiva.

Os produtores que se recusavam a entregar sua produção a um preço baixo buscavam realizar a venda de sua mercadoria diretamente ao produtor. Com os recursos desse período o horticultor reunia uma parte de sua produção colocava-a sobre carroças e

³³ O trabalho do agricultor Antonio Rodante foi utilizado neste estudo, devido à importância que esse produtor teve no processo de implantação da Feira do Produtor de Maringá. Ele fez parte da comissão organizadora que fundou a feira, da qual participa ativamente até hoje.

³⁴ As entrevistas feitas por Rodante foram realizadas em 18/02/1982.

partia em direção ao centro urbano. Chegando a Maringá ia de porta em porta oferecendo sua mercadoria; todavia, numa cidade com um verão em que a temperatura chega a 36°C, este agricultor perdia uma parte da produção ao longo do dia. Em vista disso não alcançava um bom resultado, e não lhe restava opção a não ser entregar sua produção aos intermediários. Os preços pagos pelo consumidor, ainda que superiores aos pagos pelos atravessadores, não cobriam as perdas, restando no final uma margem de lucratividade nula ou bem próxima disso.

O preço baixo recebido pela mercadoria era uma constante, pois os hortigranjeiros não possuíam uma política de preços mínimos, como atualmente estabelecem as CEASAs no Brasil. A ausência de uma instituição que regulamentasse os preços impedia os produtores de ter acesso à real situação do mercado no momento da comercialização, bem como dificultava a reprodução desta atividade agrícola. O agricultor não conseguia vender sua produção a preços que remunerassem os investimentos de custeio e a mão-de-obra empregada, tornando-se assim os custos maiores que o valor recebido pela mercadoria. Sobre isto Rodante afirma que “O produtor rural sabe produzir, mas tem pouco conhecimento e habilidade para comercialização, no esforço de conseguir colocar sua produção, para não perder todo o seu trabalho, na maioria das vezes fecha negócio perdendo ou tendo pequena margem de lucro” (1985, p. 11).

A comercialização não era o único fator que dificultava a permanência deste produtor no meio rural. Cabe ressaltar que, após a década de 1970, com a introdução de práticas agrícolas tidas como modernas, como já foi ressaltado neste estudo, observou-se também uma mudança para os hortigranjeiros no que se refere à classificação, padronização e embalagem. Toda a produção teve que ser adequada aos novos moldes, o que trouxe como consequência um aumento nos custos. Os agricultores que não efetivaram as transformações necessárias acabaram sendo expropriados durante o processo produtivo.

Nesta conjuntura percebe-se que o horticultor tinha pouco acesso às informações do mercado, tanto no que se refere ao preço do produto como ao que se menciona sobre a adequação de sua produção à nova base técnica de produção. Ele não captava as tendências de mercado, o que lhe impossibilitava um planejamento de gerência de sua propriedade. Este era mais um obstáculo a ser ultrapassado pelo agricultor, que, além destes empecilhos, tinha que competir com o mercado externo. Sobre a importação de produtos hortigranjeiros na década de 1970, Rodante afirma:

Se por um lado há muitos problemas para se produzir e comercializar a nível de região, por outro lado, é grande a importação de hortigranjeiros de outras regiões e estados. Tomando como ponto de referência a CEASA de Maringá, verifica-se que 60% das olerícolas e 95% das frutas comercializadas, num volume médio de 10 mil toneladas/mês, são produzidas em outras regiões e estados (1985, p. 12).

Assim, quando se analisa o quadro do pequeno produtor antes da Feira do Produtor, visualiza-se um “círculo vicioso”: o produtor buscava sair de uma posição ruim, em que ele estava sendo expropriado pelas relações de mercado, porém acabava sempre retornando ao ponto de partida. O pequeno horticultor buscava alternativas para continuar a produzir, e não alcançando seus objetivos, não produzia, pois esta atividade agrícola não o remunerava de forma justa, tornando assim a oferta menor. Por outro lado, diante dessa situação o consumidor reclama dos altos preços e passa a consumir menos, ou deixa de consumir, e alguns optam pelo consumo de bens substitutos com menores preços. Assim o produtor, não tendo remuneração, continua a reduzir o volume de produção, perpetuando o círculo que prejudica toda a cadeia produtiva.

Sobre esta relação Rodante diz:

[...] apesar de existir mercado e estrutura montada para comercialização de hortigranjeiro, estas não são adequadas para o pequeno produtor. Há, portanto, necessidade de criar algum sistema ou alternativa de comercialização, sem vícios e que, facilite a entrada do pequeno produtor no mercado. Aumentando a possibilidade de conseguir maiores rendimentos é dado ao pequeno produtor a oportunidade de continuar produzindo e até produzir em maior escala (1985, p. 13).

Assim sendo, foi pensada uma estrutura de comercialização que possibilitasse a permanência do agricultor no meio rural, de modo que a atividade agrícola desenvolvida pudesse remunerar de forma digna o produtor. Neste contexto foi implantada a Feira do Produtor em Maringá, em 13 de março de 1982, com a finalidade de o produtor comercializar seus produtos diretamente com o consumidor, e deste modo eliminar os atravessadores, assegurando para si maior lucratividade com a produção.

Em entrevista, o técnico da Emater-PR Jorge Ogassawara relata o período de instalação da Feira do Produtor (FP) em Maringá e as circunstâncias que permearam a sua implantação.

Há 23 anos, vendo a necessidade de comercializar os produtos, [...] principalmente os pequenos produtores; foi criada essa oportunidade para que eles pudessem comercializar, [...] tivemos dificuldades porque já existia na época a feira livre, mas independente disso foi feito um trabalho junto às autoridades de Maringá, e com o apoio destas autoridades foi possível a criação dessa Feira do Produtor. O principal, o principal objetivo mesmo na época era o escoamento da produção, porque os pequenos tinham dificuldades de vender estes produtos no mercado (OGASSAWARA, 2005).

Sob orientação e incentivo da Emater-PR, 50 produtores rurais de Maringá estabeleceram uma comissão organizadora que fundou a Feira do Produtor Rural, através do Decreto Municipal n.º 148/82. Dez anos após a sua criação (1990), a Feira foi amparada por uma lei municipal (Lei n.º 3061/92). “Esta feira foi criada com o objetivo de dar oportunidade ao produtor de ingressar, de usufruir os benefícios do mercado e permanecer no processo produtivo tendo possibilidade de ampliar sua exploração” (RODANTE, 1985, p. 13).

Com o intuito de alcançar uma melhor organização, em 1992 foi fundada a Associação da Feira do Produtor Rural de Maringá - AFPRM, a qual passou a representar politicamente os horticultores da região, estabelecendo um estatuto, criando normas e fiscalizando a participação dos associados.

Com o aumento do número de produtores associados e o sucesso do empreendimento, a partir de 12 de agosto de 1992 optou-se pela realização da feira noturna, ficando desta forma determinados dois dias de realização, sempre às quartas-feiras das 18:00 às 22:00 horas e aos sábados das 6:00 às 10:00 horas.

A Feira do Produtor realiza somente vendas a varejo, de olerícolas, frutas, conservas, pescados, derivados do leite e de industrialização caseira (doces, pães, entre outros), soja e derivados, mel e derivados, vinagre e sais aromatizados, derivados da suinocultura (defumados e embutidos), produtos transformados do tomate (molhos, tomates secos, etc.), produtos da culinária japonesa, caldo de cana e cachaça. Estas mercadorias devem ser produzidas e industrializadas pelos próprios produtores e sua família.

Cada participante da Feira do Produtor deve comprovar sua condição de produtor, declarando o lugar de suas culturas bem como as espécies cultivadas, devendo esta declaração ser feita a cada 6 meses. A partir das informações passadas pelo agricultor são feitas as verificações dos produtos declarados. Esta inspeção é feita pelo técnico da Emater

Jorge Ogassawara, que confere se os dados repassados pelo horticultor são verídicos. Se por algum motivo o produtor comercializar algum produto não declarado ele é descredenciado. Uma vez que as informações declaradas servem como base para estabelecer a relação entre a demanda e a oferta, elas devem ser seguidas, pois não é interessante ao agricultor nem ao consumidor a comercialização somente de alface em detrimento da couve, por exemplo. Assim sendo, estabelece-se esta declaração para a oferta esteja em equilíbrio com a procura.

Ao analisar os resultados obtidos após a implantação da FP, Rodante afirma:

[...] os produtores de hortigranjeiros antes dispersos, com apoio de técnicos locais da ACARPA³⁵/EMATER de Maringá passaram a se organizar. Organizados, passaram a se reunirem periodicamente para discutir seus problemas e aprofundar tecnicamente seus conhecimentos nas culturas e explorações de seu interesse (1985, p. 48).

Desta afirmação podemos inferir que o norteador dos produtores foi a capacidade de união, que propiciou aos horticultores romperem uma situação de expropriação no decorrer do processo produtivo. Por essa razão, nas primeiras partes deste estudo foram discutidas a territorialização e a desterritorialização da produção hortigranjeira, onde se observou uma situação de desequilíbrio entre demanda e oferta, resultante de projetos conduzidos de maneira inadequada. A partir da união dos agricultores a dispersão no território deixou de ser um problema, porque os produtores, ainda que distantes, estavam ligados através da Feira do Produtor. Deste modo, a FP tornou-se o “lócus” para reterritorialização da produção.

Destarte a ligação entre os lavradores nada mais é que um agrupamento organizado, que objetiva a inserção daqueles no mercado, o que é possível a partir da comercialização direta, mediante a qual eles eliminam os “atravessadores” da cadeia produtiva. Além disso, a proximidade entre os agricultores trouxe trocas de informações. A convivência demonstra uma competição, mas também uma colaboração entre eles, o que contribui para a manutenção do grupo no processo produtivo.

Para exemplificar a importância da atividade de hortícolas e produtos de viveiro para o grupo produtor, é interessante observar a afirmação de Ogassawara.

³⁵ Em 1977, através da Lei 6.969, era criada a Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER - Paraná, com a finalidade de absorver as atividades da Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná - ACARPA, que iniciou seu processo de extinção (EMATER, 2006).

Quando nós iniciamos a feira, [...] era mais de 50% que não dependia de hortifruti, que não dependiam dessa feira para a sobrevivência. Hoje eu acredito que 90% dos produtores que estão participando da Feira dependem da renda da venda aqui na Feira do Produtor. Então o que aconteceu com isso, ele “tá” direcionando a produção dele para vender aqui na Feira. Se, por exemplo, por qualquer problema de a feira não ter mais aqui em Maringá, eles vão passar por muitas dificuldades, porque hoje nós temos não digo um excesso, mas nós temos muitos produtores que entraram nessa atividade, então eu acredito que 100% dependem dessa atividade (OGASSAWARA, 2005).

Desta forma, com um canal de comercialização mais simples, ou seja, a venda direta entre produtores e consumidores, rompeu-se o quadro de expropriação que estava acontecendo com os primeiros, pois se tornou possível uma transferência maior de ganhos ao produtor, ocorrendo deste modo uma capitalização dos agricultores. Não existem dados concretos sobre a renda do produtor antes e depois da implantação da FP, mas o técnico da Emater-Pr Jorge Ogassawara diz:

Eu acredito que a gente não tem esses dados concretos, mas acredito que de repente eles deveriam ter entre 4 e 5 salários de renda antes, hoje deve estar numa média, é porque existe alguns que tem mais, outros que tem menos, mas hoje poderia dizer que tem em torno de 7 e 8 salários mínimos (2005).

Assim, pode-se inferir que os horticultores tiveram um aumento de aproximadamente 100% do valor recebido, graças à mudança no sistema de comercialização. Além disso, este crescimento pode ser incrementado a partir de atitudes simples, como melhoria na qualidade do produto. Segundo Ogassawara, este ponto é um dos fatores que determinam uma maior ou menor renda.

Aí tem vários problemas que influenciam [...] desde a mão-de-obra dentro da propriedade até a área que eles cultivam dentro da propriedade, e principalmente a qualidade do produto, em cima da qualidade então ele consegue colocar melhor o produto, tem mais fregueses comprando na banca dele, e além da qualidade do produto diferenciado, aqueles produtos que chamam mais atenção, dá um pouquinho mais de trabalho, mais no final vai dar um pouco mais de renda (OGASSAWARA, 2005).

Nesta relação de ganhos não é somente o agricultor que tem proveitos sociais, mas o cliente final também tem colhido bons frutos, pois foi beneficiado com uma melhoria da qualidade do produto adquirido, uma vez que as hortaliças e frutas são colhidas poucas horas antes da comercialização na FP. Este fator é o ponto positivo de diferenciação dos seus produtos, em comparação com os comercializados em outros locais. O fato de as olerícolas serem colhidas no dia da realização da feira permite ao comprador final beneficiar-se dos dias úteis da mercadoria, pois, por serem perecíveis, estes alimentos não possuem uma vida útil longa. Comparando-se os produtos comercializados em um supermercado com os de uma barraca na FP, percebe-se que no primeiro caso a mercadoria passou por alguns intermediários e locais até chegar ao local em que será consumida, reduzindo-se assim o período em que ela deverá ser consumida; já no segundo, observa-se que a colheita foi efetivada algumas horas antes da comercialização, fato que representa uma durabilidade maior do alimento. Assim sendo, o fator qualidade concorre para a manutenção e crescimento da FP.

A venda direta ao consumidor é benéfica também em relação a outro aspecto: o da quebra da cadeia de circulação da produção, através da eliminação dos agentes intermediários, em prol do consumidor e do horticultor. Sobre isso Ogassawara afirma:

Hoje analisando de um modo geral o cultivo dessas hortaliças, em função de que abriu em muito o mercado de hortifruti, porque antigamente você via que o mercado não trabalhava com essas hortaliças, em função dessa abertura essa figura do atravessador foi praticamente quase extinta. Então hoje realmente existe essa venda direta do produtor não só na feira, mas também nos mercados e também na CEASA. Esses produtores inclusive vão a CEASA, eles vão e eles mesmo vendem a produção. Então em função dessa abertura de mercado essa figura do atravessador quase que extinguiu, e com isso eu tenho certeza que acontece esse caso de aumento de lucro, aumento de renda pra esses produtores, em função disso (2005).

Merece ser destacado na fala do Engenheiro Agrônomo da EMATER, à questão do mercado restrito da produção de horticultura em Maringá no período de formação de seu espaço urbano. Como já foi ressaltado, anteriormente não havia entre os pioneiros desta região o hábito de consumir regularmente hortaliças e produtos de viveiro, e o pouco mercado consumidor era suprido pelas produções existentes em fundos de quintal ou cultivadas entre as plantações de café e nas áreas de várzea do município. Desse modo eram

poucos os produtores que se dedicavam a esta atividade agrícola como a principal fonte de renda. Porém do crescimento urbano, decorrente do deslocamento populacional, resultou um aumento do mercado consumidor, o que propiciou a dedicação à olericultura e produtos de viveiro como atividade agrícola principal.

Em relação ao desenvolvimento da produção hortigranjeira torna-se relevante observar a ação do Estado para a manutenção desta atividade agrícola; por esta razão esta temática será desenvolvida no próximo item deste estudo.

4.4. O PROGRAMA DE FINANCIAMENTO E O SEU USO PELO HORTICULTOR.

Ao estudar a produção hortigranjeira procurou-se observar quais foram as ações do Estado, com o intuito de perceber como este buscou o crescimento e o desenvolvimento daquele setor, bem como identificar se o agricultor tem sido beneficiado ou não com as linhas de crédito. Para alcançar este objetivo foram aplicados 18 questionários aos produtores hortifrutigranjeiros de Maringá³⁶, totalizando 25% dos agricultores desse setor. Cabe lembrar que atualmente - janeiro de 2006 - a Feira do Produtor tem 139 produtores que comercializam sua produção, sendo 71 do município de Maringá e 68 da região³⁷.

Inicialmente perguntou-se ao horticultor já utilizou linhas de crédito para custeio e/ou investimentos em sua propriedade. Os dados sobre esta questão podem ser observados no gráfico-6.

³⁶ Os questionários foram aplicados aos produtores nos dias 04/01/2006 e 11/01/2006.

³⁷ Comercializam na Feira do Produtor agricultores de municípios de Astorga, Atalaia, Doutor Camargo, Floresta, Guairaçá, Itambé, Jandaia do Sul, Londrina, Mandaguaçu, Mandaguari, Marialva, Nova Esperança, Paiçandu, Paranacity, Porto Rico, São Jorge do Ivaí, Sarandi e Uniflor.

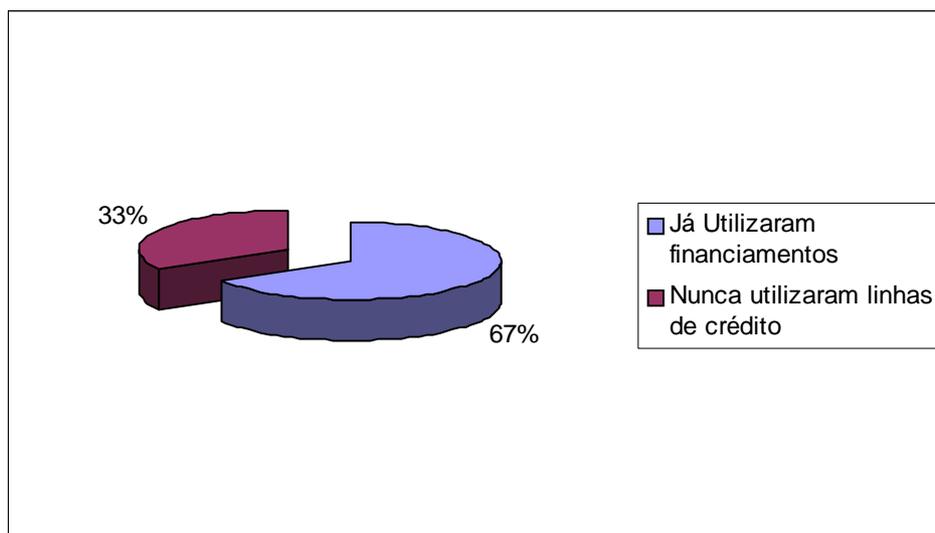


Gráfico-6: Percentual dos produtores que já utilizou linhas de crédito.

Fonte: Pesquisa de campo, 2006.

As respostas à questão acima revelam que 33% dos produtores não utilizam nem utilizaram nenhuma linha de crédito. Em relação a estes agricultores procurou-se analisar suas características, levantando-se os fatores que levam este grupo a não utilizar financiamentos. E constatou-se que esses 33% compõem um outro universo. Muitos deles afirmaram que não contraem empréstimos porque suas propriedades são muito pequenas, e isso dificulta a liberação de recursos. Outros afirmaram que a unidade agrícola trabalhada é arrendada, o que os prejudica na procura por créditos. Alguns disseram que o interesse em contrair empréstimos existe, mas eles não se enquadram nas exigências dos programas de financiamento.

Outros 33,33% afirmam que não recorrem a créditos porque procuram manter uma reserva financeira para custear e investir na propriedade. Eles dizem que não utilizaram crédito por não precisarem dele. A reserva de financeira é feita por causa das incertezas dos produtores quanto à liberação de recursos. Alguns afirmaram ainda que o local de produção é um estabelecimento que se encontra em processo de inventário, o que dificulta os financiamentos.

Ainda há 16,67% que afirmam não procurar estes serviços por considerarem a burocracia um fator desestimulante. Eles dizem que as exigências são muitas, e por essa razão não procuram financiamento, além do que, em algumas circunstâncias, o local de produção é arrendado. Por fim, 16,67% confessam que não efetivaram empréstimos por

medo, temor que é devido à lembrança das altas oscilações dos juros, ocorridas na história econômica brasileira.

Retornando ao gráfico 6, percebe-se que, excetuados os 33% que não utilizam linhas de crédito, os demais 67% o fazem. Considerando-se este último grupo como um universo, nota-se que, destes produtores, 41,67% utilizaram os recursos financeiros para instalação de canais de irrigação; já os que utilizaram os recursos para realizar o plantio compreendem um grupo de 33,33% desse universo de produtores, os quais, além da horticultura, investem em cultivos como a soja, o milho e outros. Há ainda 16,67% dos agricultores que já recorreram a financiamentos para implantação de estufas em sua propriedade; neste caso, eles buscavam a ampliação das olerícolas através da melhoria da infra-estrutura; por fim, existem 8,33% que recorreram às linhas de crédito para implantação de poços artesianos.

Na análise do universo dos produtores de hortigranjeiros que utilizam crédito financiado, tendo-se perguntado quais os programas utilizados, os horticultores elencaram quatro, como se pode observar no gráfico 7.

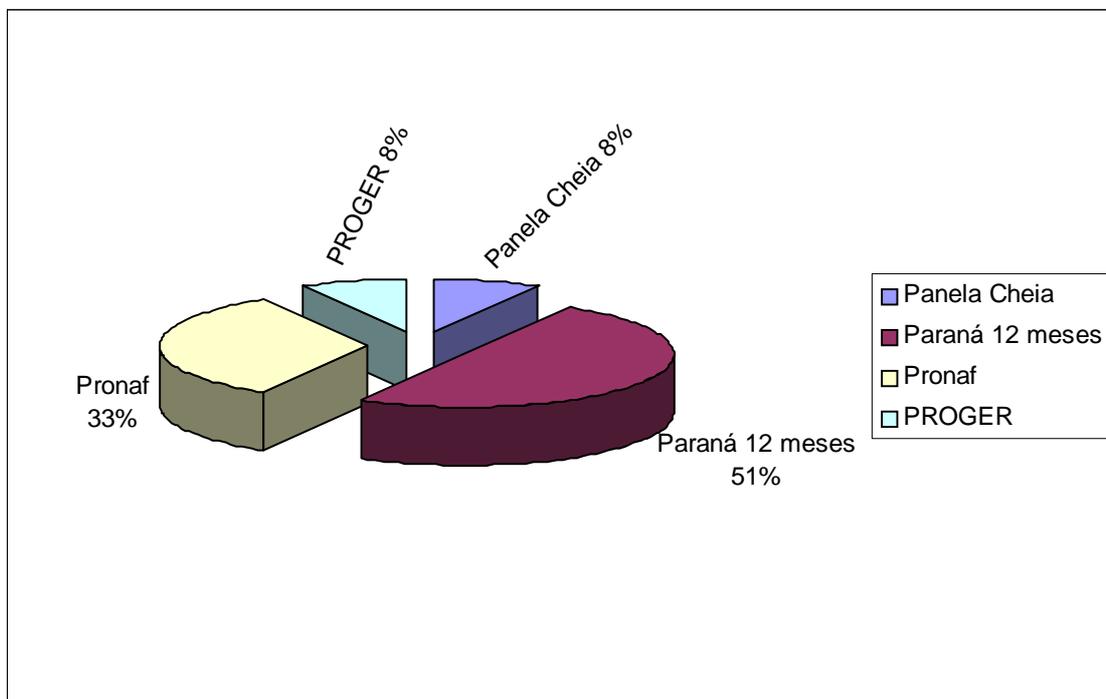


Gráfico-7: Linhas de crédito utilizadas pelo horticultor de Maringá.

Fonte: Pesquisa de campo, 2006.

Entre os produtores entrevistados observou-se que 51% utilizaram o programa Paraná 12 Meses para realizar algum tipo de investimento em sua unidade produtiva. Em relação ao programa, cabe ressaltar que este é um projeto do Governo do Estado do Paraná, em parceria com o Banco Mundial, que objetiva contribuir para a melhoria das condições sociais dos pequenos agricultores, proporcionando investimentos em habitação e saneamento básico; recuperação e preservação do solo agrícola e do meio ambiente como um todo; geração de postos de trabalho no meio rural; aumento da renda familiar e regularidade de ganhos durante os 12 meses do ano.

Segundo a Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Paraná - SEAB, o Paraná 12 Meses está sendo desenvolvido em todo o território paranaense, de forma a reduzir a situação de pobreza no meio rural e fomentar o manejo e conservação dos recursos naturais. Neste projeto estão sendo investidos US\$ 353 milhões, dos quais 50% são financiados pelo Banco Mundial (SEAB, 2006).

Segundo Viana (1998), as ações de combate à pobreza têm sido realizadas desde 1949, e através delas agentes financeiros como o BIRD (Banco Interamericano de Reconstrução e Desenvolvimento) e o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) estão apoiando países em desenvolvimento econômico, a exemplo do Brasil. Esse autor afirma que as ações procuram a estabilização macroeconômica, para que assim o país possa assegurar o crescimento social, viabilizando as políticas compensatórias de redução da pobreza.

A partir destas ações foi estabelecido no Governo do Estado do Paraná o projeto “Paraná 12 Meses”, que aplicou 350 milhões de dólares entre 1998 e 2002 a fundo perdido (MARQUES, 2001, p. 258).

O Tesouro do Estado do Paraná participa com 50% dos recursos e o restante provém do Banco Mundial, na forma de financiamento. Esses recursos estão sendo aplicados na implantação das Vilas Rurais³⁸ (experiência paranaense de assentamento rural), em trabalhos de conservação de solo (antigo projeto de sistematização de microbacias) e na melhoria da qualidade de vida de comunidades pobres (MARQUES, 2001, p. 258).

³⁸ Na dissertação de Mestrado de Roseli Alves dos Santos, denominada de Vilas Rurais no Noroeste do Paraná, a autora afirma que as Vilas Rurais podem ser consideradas como manifestações materiais que expressam a forma técnica e política da organização espacial do programa de governo do Paraná e produzem uma nova paisagem na área rural do Estado. As Vilas Rurais compõem um programa do Governo do Estado do Paraná de assentamento rural que se propõe a criar mecanismos de manutenção do homem no campo, através da oferta de trabalho e moradia.

Pela natureza do programa - a “Fundo Perdido” - muitos horticultores se interessaram por utilizar esta linha de crédito. Estes produzem principalmente, verduras e legumes, e recorreram ao projeto para implantação de canais de irrigação (50%), para instalação de estufas (33,33%) e para realização do plantio (16,67%). Estes agricultores afirmam que os recursos liberados pelo projeto proporcionaram uma expansão de sua produção, o que lhes garantiu um aumento de renda significativo.

Além, do Paraná 12 Meses, os horticultores utilizaram também o Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar - Pronaf, tendo-se observado que 33% deles usaram esses recursos financeiros. O programa foi criado em 1995³⁹, e objetivou assegurar o acesso ao crédito rural a famílias de pequenos agricultores, proprietários ou não de terra, desde que dependessem da agricultura para sobreviver. O Pronaf pode ser utilizado por categorias como arrendatários, meeiros, porcenteiros, assentados rurais e outras.

Quando se observam as linhas de crédito do Pronaf, um ponto deve ser ressaltado: as regiões Norte, Noroeste e Norte Pioneiro do Paraná possuem uma demanda por créditos reduzida, se comparada com as regiões de Guarapuava, Cascavel, Toledo, Irati, Ponta Grossa e Ivaiporã. Segundo Casado, os “produtores de municípios como Londrina, Paranaíba, Cornélio Procopio, Maringá, Apucarana e Umuarama têm características mais individualistas e por isso demandam pouco crédito da agricultura familiar” (CASADO, 2003, p. 8). Ao complementar, Casado afirma que “os agricultores dessas regiões têm renda bruta anual mais elevada, o que dificulta o enquadramento no Pronaf” (CASADO, 2003, p. 8).

Não obstante, mesmo diante deste quadro de poucos produtores que recorrem ao Pronaf, consideraram-se como universo somente os horticultores que utilizaram o Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar. Entre estes, pode-se afirmar que 50% utilizaram os recursos para custeio e/ou plantio, 25% os usaram para construção de poços artesianos e os 25% restantes investiram em canais de irrigação.

Outro programa utilizado pelo horticultor de Maringá foi o Panela Cheia, totalizando um percentual de 8%. Esses produtores utilizaram os recursos em irrigação. Em relação ao programa, cabe ressaltar que este sistema de crédito foi implantado pelo Governo do Estado no final de 1980. Nesse programa os financiamentos são pagos em

³⁹ O Pronaf foi criado em 1995 durante o governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

mercadorias, ou seja, os recursos repassados pelo governo utilizados para compra de máquinas e/ou instrumentos são quitados com a produção.

“Há que se salientar que foi o programa de crédito onde os produtores tinham maiores condições de quitar seus débitos e, portanto, um dos que melhor representavam os anseios e as necessidades da agricultura e pecuária estadual” (SILVA; TSUKAMOTO, 2001, p. 155). Todavia, esta forma de financiamento gerou alguns problemas entre os agricultores, principalmente após a mudança nas administrações estaduais, uma vez que as dívidas dos produtores rurais junto ao “Panela Cheia” aumentaram por causa das alterações ocorridas nos cálculos feitos no período do governo de Jaime Lerner (1995/2002), os quais a partir da privatização do Banestado _ Banco do Estado do Paraná _ adquirido em leilão pelo Itaú, sofreram correções.

[...] segundo revelou o vice-governador e secretário da Agricultura e do Abastecimento, Orlando Pessuti, o débito, que deveria ser pago pela equivalência do preço do milho, passou a ser corrigido e calculado por juros e correções monetárias. Em consequência, a inadimplência se instalou e houve muitos casos de agricultores obrigados a vender patrimônio familiar após serem acionados judicialmente pelo Itaú (FAEP, 2006).

Em relação aos horticultores, no geral não houve problemas de inadimplência com o programa Panela Cheia, mas há produtores na região de Maringá que por alguma razão os tiveram. Estes receberam uma notícia durante a segunda semana de Janeiro de 2006, pois foi assinado um decreto que estabeleceu o perdão da dívida dos pequenos produtores da região maringaense⁴⁰.

Além do Panela Cheia, o horticultor utilizou também o Programa de Geração de Emprego e Renda - PROGER. Em relação aos produtores que utilizam este programa, observou-se que, basicamente, são agricultores com estabelecimentos rurais cuja principal produção é a soja. Estes correspondem a 8%. Sobre o Programa cabe esclarecer que é um conjunto de linhas de crédito que destina recursos financeiros para unidades produtivas rurais, bem como para empresas e microempresas.

⁴⁰ Cabe fazer uma reflexão, no Brasil tem-se uma cultura de que burlar as leis é uma prática aceitável, não pago minhas dívidas, vou renegociando até obter uma bonificação, assim sendo, ganho tempo e dinheiro. Porém, os que pagaram regularmente seus débitos são considerados “bobos”, é complexo este sistema de que as pessoas com maior poder aquisitivo possui a possibilidade de negociar, e os que não detém estas características perdem a chance de defesa.

O Proger Urbano, o Proger Rural e o Pronaf (destinado ao fortalecimento da agricultura de base familiar) têm por objetivo gerar e manter emprego e renda para a população. Trata-se de um dinheiro originário do Fundo de Amparo ao Trabalhador -FAT, e sua aplicação obedece às prioridades definidas pelas Comissões Estaduais e Municipais de Emprego. O Proger prevê não só o crédito, mas também capacitação gerencial do beneficiário, acompanhamento e assistência técnica. Estas ações são importantes para a permanência do empreendimento no mercado. Todavia, no Proger os recursos financeiros são repassados a pessoas que trabalham no campo e nas cidades, e por ser o programa destinado também a empresas urbanas, possui uma taxa de juro superior às cobradas em financiamentos rurais. Tais recursos são repassados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES a juros de 7,25% ao ano, enquanto o Pronaf aplica taxas entre 1% e 4% de juros ao ano. Essa diferença faz com que muitos produtores rurais não procurem o Proger, por esta razão o número de produtores que utilizam essa linha de financiamento é pouco expressivo. Além disso, a Feira do Produtor é composta basicamente por pequenos produtores, e muitos horticultores não estão enquadrados nas exigências da linha de crédito deste programa.

O Proger familiar rural abrange os agricultores com renda familiar anual bruta entre R\$ 40 mil e R\$ 60 mil, os quais passam a ter direito a linhas de crédito para financiamento e custeio da produção, com investimento, no valor máximo de R\$ 36 mil e juros de 7,25% ao ano. O prazo para pagamento é de até 8 anos, com 3 anos de carência. Para custeio, o valor máximo é de R\$ 28 mil, com juros de 7,25% ao ano e prazo para pagamento de até 2 anos (MARTINS, 2004, p. 2).

Destarte, as características do programa levam à exclusão de uma parcela significativa de produtores deste tipo de crédito. Quando se observou, no período da entrevista, se os agricultores estão utilizando alguma linha de crédito, viu-se que 83% dos agricultores não têm nenhum tipo de financiamento (ver gráfico 8). A principal razão disso está no fato de que, até o momento, não surgiu nenhum tipo de crédito da parte do governo federal e/ou estadual que despertasse o interesse deles, pois os produtores se interessam por financiamentos cujos recursos sejam a “fundo perdido”. Por serem pequenos produtores, interessam por créditos sem retorno (“Fundo Perdido”), ou por créditos subsidiados (onde o agricultor paga uma parte do crédito concedido).

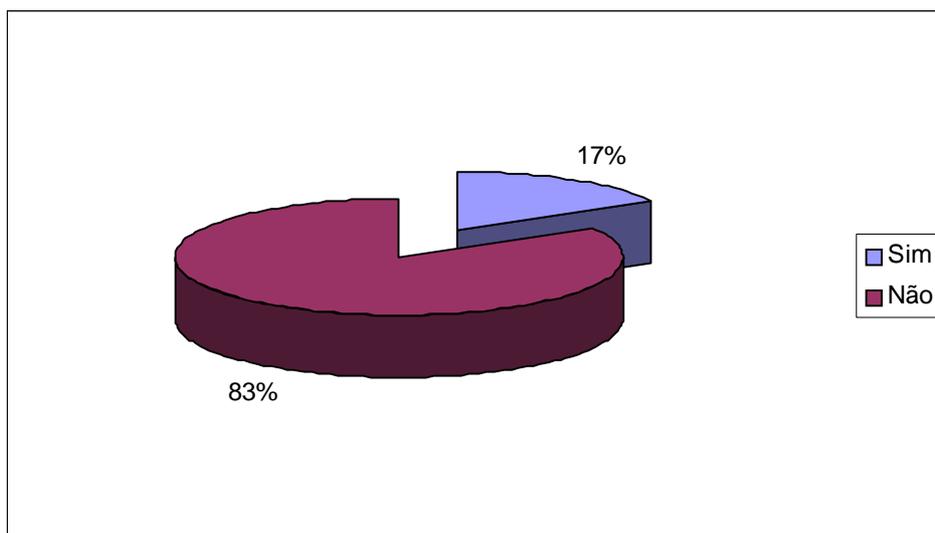


Gráfico-8: Propriedades que possuem financiamentos agrícolas em janeiro de 2006.
Fonte: Pesquisa de campo, 2006.

Em entrevista, o Engenheiro Agrônomo da Emater Ogassawara afirma que a maior parte dos agricultores produz utilizando recursos próprios. Ele afirma:

[...] eles têm medo de fazer financiamento em função de que eles têm pouco capital pra deixar como garantia. Existe linha de crédito para os pequenos produtores, por exemplo, o Pronaf, que pode ser utilizado com juros subsidiados pelo governo. E existe outro tipo de financiamentos que pode ser feitos diretamente com os bancos, agora uma grande maioria não tem feito isso, em função deste medo que eles tem, mas existe financiamento, e pra eles acho que o melhor seria esse Pronaf, em função desses juros subsidiados. Agora dentro do Pronaf existe o custeio, que é a despesa que ele utiliza para compra de insumos, e existe o Pronaf Investimentos, que é utilizado para compra de equipamentos, máquinas, irrigação, tratores e assim por diante; então existe essas duas linhas de crédito de Pronaf que eles poderia utilizar, para poder capitalizar (OGASSAWARA, 2005).

Sobre isto o técnico da Emater afirma que são poucos os produtores que utilizam linhas de crédito. Ele diz que o principal empecilho

[...] está sendo esta incerteza que eles têm perante [...] não digo o banco, mas perante a este sistema econômico nosso. Eles lembram muito dos

sistemas que aconteceram alguns anos atrás, onde os juros disparou e tantos outros problemas, então em função dessa incerteza é que eles não têm feito estes financiamentos (OGASSAWARA, 2005).

Um ponto deve ser ressaltado sobre a fala de Ogassawara, que se refere ao fato de que, até a implantação do Plano Econômico Real⁴¹, em 1 de julho de 1994, a economia brasileira vivenciou altas de juros em longos períodos da história econômica; por essa razão, muitos agricultores ainda possuem receio em realizar financiamentos, e somente 17% dos produtores possuem algum financiamento; porém, a maior parte dos projetos tem se destinado ao cultivo de soja, e os agricultores realizam empréstimos porque esta cultura demanda investimentos muito elevados. Ao falar sobre a linha de crédito do Pronaf-Custeio, Ogassawara diz: “[...] os financiamentos não são muitos, mas quem tem feito esses financiamentos na maioria das vezes são o pessoal que planta soja; né, agora de hortifruti poderia dizer assim que não representa nada, quase nada em função desses problemas todos” (OGASSAWARA, 2005). Os problemas referidos pelo técnico são os relativos aos aumentos gerados pelas altas de juros, mas mesmo com estas dificuldades o produtor procura efetivar o pagamento dos financiamentos. Ogassawara afirma que não conhece casos de inadimplência entre os pequenos produtores.

Até agora eu não sei o que acontece em termos dos problemas relacionados a esses bancos. Esses pequenos produtores na maioria das vezes não causam esses problemas de inadimplência, eles pagam, eles vendem os equipamentos, eles vendem carro, eles vendem monte de outras coisas, mas o financiamento eles pagam, porque eles sabem se deixar para trás é vai acumulando despesa, acumulam juros, acumulam um monte de outros problemas, que ele tem certeza que vai ter dificuldades para depois pagar, então na maioria das vezes eles pagam sem problema nenhum, atrasam um pouquinho, mas eles pagam; então esses pequenos eu acredito que ninguém, quase ninguém tem esse problema de inadimplência (OGASSAWARA, 2005).

Por fim, torna-se necessário considerar os que utilizam linhas de crédito. Observando-se o gráfico 8, percebe-se que 17% dos agricultores estão utilizando

⁴¹ O Programa Brasileiro de Estabilização Econômica é considerado o mais bem-sucedido de todos os planos lançados nos últimos anos para combater casos de inflação crônica. Combinaram-se condições políticas, históricas e econômicas para permitir que o Governo brasileiro lançasse, ainda no final de 1993, as bases de um programa de longo prazo. Organizado em etapas, o plano resultaria no fim de quase três décadas de inflação elevada e na substituição da antiga moeda pelo Real, a partir de primeiro de julho de 1994 (PLANO Real).

financiamentos. Os programas usados são o Proger e o Pronaf-Custeio. Estes produtores têm a soja como o carro-chefe de sua propriedade.

Considerando-se todos os agricultores entrevistados, a eles foi perguntado sobre a possibilidade de poder realizar um financiamento. 67% deles afirmaram que, se existisse uma linha de crédito que valorizasse a horticultura e os produtos de viveiro, teriam interesse em realizar empréstimos; mas 33% afirmaram não possuir interesse em efetivar nenhum empréstimo, como se pode ver no gráfico 9.

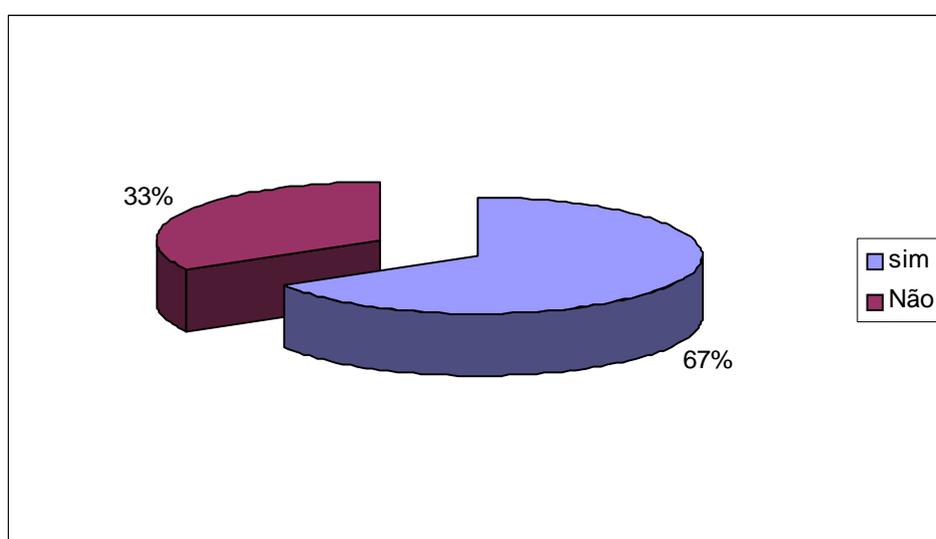


Gráfico-9: Grau de interesse em efetivar financiamento para custeio e/ou investimento na propriedade hortigranjeira.

Fonte: Pesquisa de campo, 2006.

Analisando-se primeiramente o universo dos produtores que não têm interesse em fazer financiamentos, observou-se que 50% afirmam que não realizariam estas transações comerciais porque têm receio de não conseguir arcar com os pagamentos, já que possuem uma pequena produção. O medo destes agricultores é o de contrair dívidas e não conseguir saldá-las. Afirmam que na vida “só sabem mexer com a terra”, e neste caso, se a perderem, não terão outro mecanismo para sobreviver de forma digna. Há 16,67% que confessam estar cansados de trabalhar com a agricultura, e que por essa razão não estão interessados em investimentos constantes, estão preocupados apenas com a manutenção de sua propriedade. Além destes, há 33,33% que afirmam que não procuram linhas de crédito porque possuem “recursos próprios”, o que possibilita o custeio dos cultivos.

Contraopondo-se a este grupo, há 67% dos produtores que estão interessados em linhas de crédito. Quando foram questionados sobre a destinação dos investimentos, observou-se que:

- 25% têm interesse em investir em estufas;
- 16,67% gostariam de instalar granjas para criação de aves;
- 8,33% aplicariam estes recursos em maquinários;
- 8,33 utilizariam as linhas de crédito na construção de canais de irrigação e na construção de poço artesiano;
- 16,67% custeariam a produção;
- 25% afirmaram que não possuem nenhum projeto no momento, mas que se tivessem a possibilidade de financiar analisariam, juntamente com técnicos, a melhor forma de investimento.

A partir destes dados pode-se observar que os produtores têm interesse em permanecer na atividade agrícola de hortigranjeiros e que buscam apenas auxílio tanto financeiro como técnico.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não há como negar que a produção hortigranjeira no município de Maringá possui um papel importante para a sociedade local, embora nem sempre tenha o seu valor reconhecido por esta. Assim sendo, coube a esta investigação demonstrar a relevância dessa produção para a população maringaense. Este estudo não cumpriu a tarefa de evidenciar todos os aspectos da horticultura e dos produtos de viveiro, entretanto, espera-se que ele tenha despertado o interesse de outros pesquisadores para a temática. Há muitos aspectos que devem ser estudados, - como os econômicos, sociais, espaciais e técnicos - que poderão e deverão ser ressaltados em outras análises.

Durante o período de caracterização do cinturão verde em Maringá procurou-se observar como as proposições como a Teoria de Christaller das Localidades Centrais, bem como, a Teoria de Von Thünen do Estado Isolado, pode ser observado no espaço geográfico, neste estudo foi observado a partir do prisma da produção hortigranjeira.

Procurou-se evidenciar o processo de formação do anel verde em Maringá, tendo-se destacado o período de ocupação regional, e a partir deste, identificou-se o papel da pequena propriedade no município. A exemplo desta, fez-se necessário contextualizar a instalação do cinturão verde em Maringá. O contexto histórico foi importante, pois revelou as poucas ações da administração local para a manutenção e/ou transferência das propriedades hortigranjeiras para outros locais; deste modo, tem-se a configuração do processo de territorialização e desterritorialização. Sinteticamente, pode-se definir territorialização como ocupação do espaço, e desterritorialização como a perda dele.

A formação do território do anel verde e a perda deste deixaram sinais sobre as características da produção. Um desses sinais pode ser observado no número de propriedades existentes no município e no fato de que atualmente a produção é bem inferior à demanda, como foi ressaltado na quarta seção deste estudo. Assim, a falta de uma política voltada para o setor fez com que hoje ocorresse um desequilíbrio entre a produção local e o mercado consumidor, desequilíbrio que atualmente é suprido por municípios próximos a Maringá, além de Estados vizinhos e outros países.

Ressaltando também os aspectos de formação do território, cabe lembrar que, na gênese do município de Maringá, o café possui o papel principal, estando os outros cultivos

relegados a papéis secundários. Tanto a horticultura como os produtos de viveiro tiveram poucos incentivos, e mesmo o projeto de instalação urbana prevendo um cinturão composto por 700 propriedades, as ações para sua manutenção não ocorreram.

Destarte, a produção hortigranjeira ficou suscetível a processos como a expansão urbana e a modernização da agricultura, os quais interferiram na organização das unidades agrícolas, acarretando seu deslocamento. Quando isto ocorre as propriedades do cinturão verde têm que construir estratégias que permitam a reprodução social do grupo, e em sua grande maioria, os produtores utilizam as associações como mecanismo de permanência no meio rural. Em Maringá foram identificados quatro grupos: Associação Representativa dos Usuários da CEASA de Maringá - ARPUM; Associação dos produtores de Maringá – APROINGÁ (também presente na CEASA); Associação da Feira do Produtor Rural de Maringá- AFPRM; e o grupo dos Produtores de Orgânicos de Maringá - POMAR.

A união dos produtores permitiu e permite a reprodução social do grupo, porquanto fortalece a categoria. As associações têm contribuído para a conquista de espaços no mercado, tanto na CEASA como na Feira do Produtor. Acredita-se que se não existissem grupos que representassem os horticultores junto aos órgãos municipais e/ou estaduais, possivelmente o processo de expropriação e eliminação do produtor do campo permanecesse; mas com esta ligação observou-se uma inserção no mercado, de maneira positiva. É claro que se deve lembrar o caso dos produtores que comercializam sua produção na CEASA de Maringá. Há muito que se fazer por este grupo, que se encontra preterido na unidade, não possuindo instalações adequadas, o que os prejudica na venda de suas mercadorias. A APROINGÁ tenta lutar contra o sistema vigente dentro da unidade, mas percebe-se que o grupo ainda possui pouca força e representatividade; assim, se nada for feito, os produtores serão excluídos da central, prevalecendo então os intermediários e/ou atravessadores.

A presença de agentes intermediários na cadeia produtiva dos hortigranjeiros traz como consequência o aumento do preço final da mercadoria, pois cada atravessador lhe acrescenta um percentual de valor. Além disso, o produtor não é remunerado de maneira adequada, uma vez que, ele tem um volume de produção pequeno, o que dificulta as negociações. Esse fato eleva o poder de negociação do atravessador e contribui para sua permanência no sistema agroalimentar. Esse intermediário, por sua vez, inibe a entrada de novos agricultores na CEASA, fato que foi comprovado quando se observou que apenas

5,72% dos produtores da região efetivam comercialização na unidade, enquanto os demais agricultores optam por outras estratégias.

A inserção no mercado pode ocorrer com a venda direta ao consumidor, utilizando-se como canal de comercialização as feiras. Neste contexto, surgiu a Feira do Produtor; que tem permitido ao horticultor uma capitalização, e esta assegura a permanência deste pequeno produtor no campo. Assim, neste quadro a capacidade de associação tornou-se um ponto positivo, na medida em que estabelece a reprodução social do grupo. Ao longo do estudo procurou-se focar a pequena propriedade como um local viável economicamente. Mesmo numa estrutura fundiária dominada por médios e grandes estabelecimentos rurais, como é a região de Maringá, observou-se que existem mecanismos para a permanência da pequena unidade agrícola.

Em todo o decorrer do trabalho, procurou-se focar as ações que dificultaram o desenvolvimento da atividade agrícola de olerícolas e produtos de viveiro, porque se devem entender os caminhos percorridos pela pequena produção para que com isso, se possam estabelecer diretrizes para o fortalecimento da agricultura familiar. Observa-se que a eliminação do homem do campo não trouxe benefícios para a sociedade brasileira, porquanto os espaços urbanos sofrem com o crescimento desordenado, além de que a estrutura social não estava adaptada para receber um contingente populacional tão grande como ocorreu após 1960. As questões sociais surgidas após esse momento fizeram com que aumentassem os problemas sociais; assim sendo, quando se defende a fixação do trabalhador rural no campo, luta-se também pelos habitantes urbanos, na medida em que se pode eliminar parte dos conflitos urbanos. Acreditar em um mundo harmônico é buscar soluções para que isto ocorra; contudo, se isto não ocorrer, começa-se a defender as ideologias que se pensa ser a mais próxima do equilíbrio.

6. REFERENCIAS

- ANDRADE, M.C. **Modernização e pobreza**. São Paulo:Unesp, 1994.
- BECKER, O.M.S. A mobilidade espacial da população: conceitos, tipologia, contextos. In: CASTRO, I.E.; GOMES,P.C.C.; CORRÊA,R.L. **Explorações geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. 319-367p.
- BOBBIO, P.V. et. al. **Lex coletânea de legislação**. São Paulo: Ed. LEX Ltda.. Ano XXIX, 1965.
- CANCIAN, N.A.. **Cafeicultura paranaense – 1900-1970**. Curitiba: Grafipar, 1981.
- CASADO, V. Aumentam os recursos para agricultura familiar. **Folha de Londrina**, Londrina, n.1364, p. 8, maio 2003.
- CERON, A.O. A função da distância e os padrões de intensidade e uso da terra no modelo thuniano de localização. **Geografia**, Rio Claro, n.1, v 2, p. 25-53, out. 1976.
- COMPANHIA de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo. **Histórico**. Disponível em: <<http://www.ceagesp.gov.br/>>. Acesso em: 15 jan. 2006.
- COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANA. **Colonização e desenvolvimento do Norte do Paraná**. Maringá: C.M.N.P. 1975.
- CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL –CODESUL. **Formação de capital na agricultura paranaense**. Curitiba: IPARDES, 1979.
- CORRÊA, R.L. **Região e organização espacial**. São Paulo: Ática, 1987.
- CORRÊA, R.L. **Trajetórias geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- CORRÊA, R.L. **Espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1999.
- DINIZ, J.A.F. **Geografia da agricultura**. São Paulo: DIFEL,1984.
- EMATER, **Olericultura**. Disponível em: <<http://www.emater.pr.gov.br>>. Acesso em: 27 jul. 2004.
- EMATER, **Histórico**. Disponível em: <<http://www.emater.pr.gov.br>>. Acesso em: 15 jan. 2006.
- ENDLICH, A.M. **Maringá e o tecer da rede urbana regional**. 1998. 221f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente, 1998.

FAEP, **Anistia beneficia 240 agricultores da região de Maringá**. Disponível em: <<http://www.faep.pr.gov.br>>. Acesso em: 15 jan. 2006.

FLEISCHFRESSER, V. **Modernização tecnológica da agricultura**. Curitiba: livraria do Chain: CONCITEC:IPARDES, 1988.

FONSECA, I.B. **Entrevista sobre a produção hortifrutigranjeira e suas relações com a CEASA de Maringá-PR**. [entrevista em 29 de novembro de 2005]. 2005 Disponível em fita cassete.

FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1995. 25ª Ed.

GEIGER, P.P.; LIMA, M.S.da M.; ABIB, M.E.A. Distribuição de atividades agropastoris em torno da metrópole de São Paulo. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 36, p. 3-36, out./dez. 1974.

GONÇALVES, J.S. **Mudar para manter – Pseudomorfose da agricultura brasileira**. São Paulo: CSPA/SAA.1999.

GONZALES, E.N.; BASTOS, M.I. O trabalho volante na agricultura brasileira. In: PINSKY, J. (org.) **Capital e trabalho no campo**. São Paulo: HUCITEC, 1979. 25-48p.

GRAZIANO NETO, F. **Questão agrária e ecologia: crítica da moderna agricultura**. São Paulo: Brasiliense. 1985.

GRAZIANO da SILVA, J.F.; QUEDA, O. Distribuição de renda e posse da terra na produção e consumo de alimentos. In: PINSKY, J. (org.) **Capital e trabalho no campo**. São Paulo: HUCITEC, 1979. pág. 127-146.

GRAZIANO da SILVA, J. **Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura**. São Paulo: HUCITEC, 1981.

GRAZIANO da SILVA, J. **Modernização dolorosa**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1982.

GRAZIANO da SILVA, J. **A nova dinâmica da agricultura Brasileira**. Campinas, SP: UNICAMP: IE, 1998.

GUIMARÃES, A.P. **A crise agrária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

HAESBAERT, R. **Da desterritorialização a multiterritorializade**. Anais do IX Encontro da ANPUR. Vol. 3, Rio de Janeiro, 2001.

HAESBAERT, R.. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In.: CASTRO, I.E.; GOMES, P.C.da C.; CORRÊA, R.L. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. 165-206p.

HAESBAERT, R. **Globalização e fragmentação no mundo contemporâneo**. Niterói: EdUFF, 1998.

IPEA/IBGE/UNICAMP/IPARDES. **Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil - redes urbanas regionais**: Sul. Brasília: IPEA, 2000.

LOPES, A.S. **Desenvolvimento regional**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1979.

LUZ, F. **O fenômeno urbano numa zona pioneira: Maringá**. Maringá: Prefeitura Municipal de Maringá. 1997.

LUZ, F. Maringá: a fase de implantação. In: DIAS, R.B.; GONÇALVES, J.H.R. org. **Maringá e o Norte do Paraná**. Maringá: EDUEM, 2001.

LUZ, F.; OMURA, I.A.R.; A propriedade rural no sistema de colonização da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná. **Revista UNIMAR**, Maringá, n.2, v.1, p;25-41 set. 1976.

MARINGÁ. **Plano diretor de desenvolvimento de Maringá**. Comissão de Desenvolvimento Municipal. [197-].

MARINGÁ- Prefeitura Municipal de Maringá. **Perfil de Maringá**. Maringá: Secretaria de Planejamento. 1996.

MARINGÁ. **Plano diretor de desenvolvimento de Maringá**. Maringá: Secretaria de Planejamento, 2000.

MARQUES, P. M.; CALZAVARA, O.; GUIMARÃES, M. de F. O projeto “Paraná 12 meses” em um contexto de desenvolvimento rural sustentável. **Acta Scientiarum**, Maringá, v.23, n. 1, p.257-261, 2001.

MARTINS, C. de S. **Consulta rápida do Pronaf**. [S.L.] [S.N.], 2004. 2f.

MELLO E SILVA, S.C.B. de . Teorias de localização e de desenvolvimento regional. **Geografia**, Rio Claro, n.1, v.2, p. 1-23, out. 1976.

MENEGASSI, E.R. **Entrevista sobre a participação do produtor de hortigranjeiro na CEASA de Maringá-Pr**. [entrevista em 29 de dezembro de 2005]. 2005. Disponível em fita cassete.

MENDES, C.M.; BENADUCE, G.M.C. **Diagnóstico das tendências da expansão territorial urbana de Maringá-PR**. Maringá: Prefeitura Municipal de Maringá. 1990.

MENDES, C.M. **O edifício no jardim: um plano destruído. A verticalização de Maringá**. 1992. 364f. Tese (Doutorado) – Faculdade de filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.

MESQUITA, O.V. O modelo de Von Thünen: uma discussão. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v.40, n.2, p. 60-130, abr./jun. 1978.

MORO, D.A. Desenvolvimento econômico e dinâmica espacial da população no Paraná contemporâneo. **Boletim de geografia**, Maringá, ano 16, n. 01, p.1-55, 1998.

_____. **Substituição de culturas e Transformações na organização do espaço rural do município de Maringá**. 1980.168f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.São Paulo. 1980.

_____. **Substituição de culturas, Modernização agrícola e Organização do espaço rural do Município de Maringá**. 1991. 353 f. Tese (Doutorado), Instituto de Geociências e Ciências Exatas campus de Rio Claro, Universidade Estadual Paulista Julio Mesquita Filho, Rio Claro. 1991.

MOURA, R.; ULTRAMARI, C. **Periferia urbana**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

MOURA, R.; MAGALHÃES, M.V. Leitura do padrão de urbanização do Paraná nas duas últimas décadas. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 88, p. 3-21, 1996.

MUSUMECI, L. **Pequena produção e modernização da agricultura: o caso dos hortigranjeiros no Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IPEA: INPES. 1987.

NEGRI, S.M. **A expansão da periferia na região metropolitana de Maringá: cidade de Paçandu; um estudo de caso**. 2001.180 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2001.

NUNES, E.P.; CONTINI, E. **Complexo agroindustrial Brasileiro – Caracterização e dimensionamento**. Brasília: Associação Brasileira de Agribusiness- Abag, 2001.

OGASSAWARA, J. **Entrevista sobre a produção hortigranjeira de Maringá**. [entrevista em 19 de novembro de 2005]. 2005. Disponível em fita cassete.

OLIVEIRA, F.de. O café e o norte do Paraná. In: Brasil, Ministério da Indústria e do comércio, Instituto Brasileiro do Café. **O café no Brasil**. Rio de Janeiro: AGGS Indústrias Gráficas S/A , 1978.

PERLATO, V.B. **Entrevista sobre a participação do produtor de hortigranjeiro na CEASA de Maringá-Pr**. [entrevista em 10 de janeiro de 2006]. 2006. Disponível em fita cassete.

PINTO, L.C.G. Grupos de interesses e Crédito rural no Brasil. **Revista de Economia Rural**. Brasília, 1981. 65-83p.

PLANO Real. Disponível em:<<http://www.fazenda.gov.br/portuguese/rea/planreal.asp>>
Acesso em: 15 de jan. 2006.

ROCHA, M.M. **A espacialidade das mobilidades humanas**. 1998. 186f. Teste (Doutorado) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

RODANTE, Antônio. **Feira dos produtores de Maringá e seus reflexos na economia regional**. Maringá, UEM, 1985. 57p.

SANTOS, M.; SOUZA, M.A.A. de; SILVEIRA, M.L. **Território, Globalização e fragmentação**. São Paulo: HUCITEC: Associação Nacional de Pós-graduação e pesquisa em planejamento urbano e regional. 1996.

SANTOS, R.A. **Vilas Rurais no Noroeste do Paraná – A intervenção estatal atenuando as desigualdades sócio-espaciais**. 2001. 105f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Maringá. Maringá. 2001.

SAQUET, M.A. O território: diferentes interpretações na literatura italiana. In: RIBAS, A.D.; SPOSITO, E.S.; SAQUET, M.A. **Território e desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004. p.120-147.

SECRETARIA de Agricultura e de Abastecimento do Paraná. **Paraná 12 meses**. Disponível em: <<http://www.seab.pr.gov.br/pr12meses/inicio.jsp>>. Acesso em: 15 jan. 2006.

SECRETARIA de ESTADO da AGRICULTURA. **Mudanças técnicas e relações de trabalhos no café, algodão e soja no norte paranaense**. Curitiba: Departamento de Economia rural. 1985.

SERRA, E. **Processos de ocupação e a luta pela terra agrícola no Paraná**. 1991. 360 f. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, Rio Claro, 1991.

SERRA, E. A colonização empresarial e a repartição da terra agrícola no Paraná moderno. **Boletim de geografia**, Maringá, ano 11, nº 01, p. 49-59, dez. 1993.

SERRA, E. Reflexões sobre a origem da crise agrária no Norte do Paraná. **Boletim de geografia**, Maringá, ano 19, nº 01, p. 45-58, dez. 2001.

SILVA, J.; TSUKAMOTO, R.Y. **A modernização da pecuária leiteira e a exclusão do pequeno produtor**. [S.l.] 2001. Disponível em: <<http://www.geo.uel.br/revista/v.10n.2.pdf>>.

SILVA, N.S. **Entrevista sobre o norte do Paraná, período de implantação das propriedades cafeeiras na região**. [entrevista em 15 de agosto de 2005]. 2005. Disponível em fita cassete.

SILVA, S. Formas de acumulação e desenvolvimento do capitalismo no campo. In: PINSKY, J. (org.) **Capital e trabalho no campo**. São Paulo: HUCITEC, 1979. p. 7-24.

SINGER, P. Capital e trabalho no campo. In: PINSKY, J. (org.) **Capital e trabalho no campo**. São Paulo: HUCITEC, 1979. p. 1-6.

SMRECSÁNYI, T. **Pequena história da agricultura no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1998.

SOUZA, D.P. **A implantação de Maringá: a instalação do anel verde**. [entrevista em 10 de setembro de 2004]. 2004.

SOUZA, M.J.L. O território: sobre o espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In.: CASTRO, I.E.; GOMES, P.C.da C.; CORRÊA, R.L. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. 77-116p.

VIANA Jr. A. **A estratégia dos bancos multilaterais para o Brasil**: análise crítica e documentos inéditos. Brasília: Rede Brasil, 1998.

WAIBEL, L. **Capítulos de geografia tropical e do Brasil**. Rio de Janeiro: Secretaria de planejamento da Presidência da República: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1979. 2ª ed. Anotada.